Porto Alegre, Ano II, Nº 15 — Cr$ 5,00

Abril de 1977

coojornal

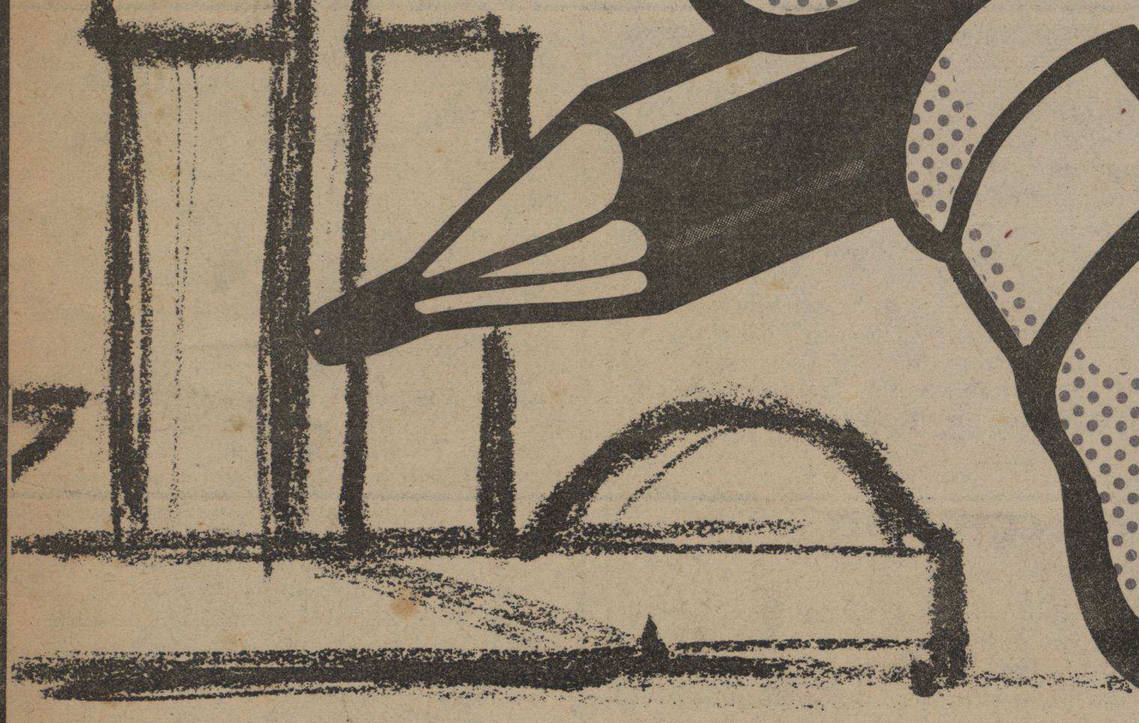
ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

CORTESIA DO COOJORNAL

REFORMAS

O "JEITÃO" BRASILEIRO

As mudanças que liquidam os sonhos do MDB e da distensão política



Incêndio da Renner: Justiça tem dúvidas

coojornal

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira cooperativa de jornalistas do Brasil, a COOJORNAL, que foi fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 317 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembléia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital ou trabalho, tem os mesmos direitos nas decisões de assembléia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e qualidade de suas publicações próprias e de 18 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Elmar Bones da Costa

Redação
José Antônio Vieira da Cunha, Rosvita Saueressig, Jorge Polydoro, Osmar Trindade, Guaraci Fraga, Jacqueline Joner (**editores**), André Pereira, Ricardo Schmit, Marco Antônio Schuster, Elaine Lerner, Marise Fetter, Marina Wodtke, Lenora Vargas, Alexandre Castro, Tânia Faillace, Jorge Freitas, Najar Tubino, Marcelo Oscar Lopes, Paulo Antônio Fogaça (**repórteres e redatores**), Severino Góes (**Santa Maria**), Luís Grassi (**Brasília**), Gilberto Pauletti (**Rio**), Hélio Teixeira (**Curitiba**), Jorge Escosteguy, Geraldo Hasse (**São Paulo**), Paolo Marconi (**Salvador**), Gleiser Neves (**Belo Horizonte**), José Maria de Andrade (**Recife**), Maria da Graça Seligmann, Luiz Lanzetta (**Florianópolis**), Luiz Abreu, Eneida Serrano, J. B. Scalco, Ricardo Chaves, Assis Hoffmann (**fotografia**), Luiz Carlos Ferré, Juvenal da Luz Neto (**arte**), Jorge Gallina, Lilian Bem David (**diagramação**), Francisco Alba (**coordenação técnica**), Dejair Boeira, Maria Isabel Timm, Beti Stifelmann, Paulo Roberto França (**revisão**), Nilson Figueiredo, Carlos Milton de Goz Rios (**produção**), Paulo Sá, Olmiro Lempek, Atil Vineton, Luiz Gustavo Machado, Rubens Machado, Jorge Patrício e Silva (**montagem**), Hélio Pinho, Ivan Carlos Franco (**composição**).

Gerência
Eládio Vieira da Cunha

Comercial
Gabriel Matias

Circulação e Assinaturas
Carlos Alberto Wagner, Dirceu Zaremsky

Endereço
Rua Comendador Coruja, 372 — Fones 24-0951 e 21-8984 — Telex(051)1605 — CEP 90.000, Porto Alegre, RS.
— Registro nº 33170/Livro A 1

Cooperativas dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.

ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (**Presidente**), Osmar Trindade (**Vice-Presidente**), Marcelo Oscar Lopes (Secretário), Luís Cláudio Cunha, Jorge Olavo de Carvalho Leite, José Guaraci Fraga, Carlos Karnas, Antônio Oliveira, Maria da Graça Seligman, Assis Hoffmann, Emanuel Gomes de Mattos, Carlos Henrique Bastos, Edgar Vasques (**Conselheiros de Administração**), João Borges de Souza, Tomás Irineo Pereira, Alberto André, Agnese Schiffino, Sérgio Becker, Antônio Gonzales, Carlos Mosmann, Luiz Carlos Felizardo, Euclides Torres, Leo Tavejnhanski (**Conselheiros Fiscais**), Jorge Polydoro (**Diretor-Superintendente**), Adélia Yates Porto da Silva, Ademar Vargas de Freitas, Affonso Ritter, Angela Riccordi, Antônio Britto Filho, Antônio Dreon, Arthur Monteiro, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Urbim, Celso Rosa, Claiton Selistre, Clarice Aquistapace da Silva, Caco Barcelos, Danilo Ucha, Delmar Marques, Fernando Albrecht, Elmar Bones da Costa, Érico Valduga, Erni Quaresma, Floriano Soares, Gládis Ibarra, Imara Stallbaum, Jandira Maria César, José Antônio Ribeiro, Félix Valente, Julieta Nunes Pereira, Licínio de Azevedo, Luiz Carlos Merten, Luiz Francisco Terra Júnior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Maria Wagner, Marina Wodtke Abu-Jamra, Mário Marcos de Souza, Marques Leonam Borges da Cunha, Nirce Levin, Otacílio Grivot, Paulo de Tarso Riccordi, Paulo Gerson A. de Oliveira, Pedro Maciel, Regina Vasquez, Renato Pinto da Silva, Ricardo Chaves, Rosvita Saueressig Laux, Sérgio Moita, Silmar Müller, Walter Molina, Hermelindo Macedo, Clóvis de Oliveira Malta, Omar de Barros Filho, João Carlos Ferreira da Silva, Lenora Vargas, Leonid Streliaev, Divino Fonseca, J. B. Scalco, Ev Maria Caparelli, Maristela Bairros, Luiz Rache Vitello Fº, Telmo Zanini, Iara Bendati, Afonso Licks, Rogério Mendelski, Carlos Rodrigues, Victor Hugo Sperb, Jaime Klintowitz, Sílvio Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alberto Blum, Flávio Dutra, Jorge Martins Freitas, Renan Antunes de Oliveira, Mário Eugênio da Rocha, João Batista Aveline, Dorival Pacheco, José Lauro Dieckmann, Gerson Schirmer, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Paulo Burd, Gomercindo Coitinho, Carlos Salzano, Laila Pinheiro, Marinória Schilling Osório, Hélio Gama, Geraldo Hasse, Gilberto Pauletti, Jorge Escosteguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Olyr Zavaschi, Ademir Fontoura, Flavio Porcello, Virson Holderbaum, Carlos Fehlberg, Jussara Pereira Coelho, Luiz Paulo de Pilla Vares, Paulo Roberto Maciel, Luiz Afonso Franz, Andre Pereira, Eugênio Bortolon, Mário Luiz Madureira, Roberto Manera, Cláudio Levitan, José Antônio Simch da Silva, Maria da Graça Guindani, Sérgio Caparelli, Lauro José de Quadros, Maria Inês Burger Marques, José Antônio Pinheiro Machado, Olívio Lamas, Silvia Costa, Judith Martins Costa, Sérgio Toniello, José Abu-Jamra, Francisco Dias Lopes, Lilian Bem David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Erasmo Nascentes, Beatriz Polydoro, Hipólito Pereira, Fernando Rômulo Bueno, Edgar Lisboa, Antônio Carlos Mafalda, Valdir Barbosa Paz, Sérgio Arnoud, Ivan Pinheiro Machado, Maroni João da Silva, Luiz Augusto Rebés de Abreu, Vera Regina Monteiro, Amauri Mari de Melo, Paulo Macedo, Marco Antônio Schuster, Neuza Tasca, Otília Maria Goulart, Roberto Appel, Ivo Egon Stigger, Elaine Lerner, Alda Suzete Rosa Souza, Carla Irigaray, Tânia Barros, Tânia Jamardo Faillace, Santa Irene Rosa, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kanitz, Pedro Macedo, Terezinha Tellini Figueredo, Iaraporan Müller, Zélia Leal, Luiz Alberto Arteche, Neuza Maria Ribeiro, Edgar Planella, Marcos Antônio Baggio, Edna Della Nina, Armindo Antônio Ranzolin, Vilmo Medeiros, Paulo Poli, André Jockyman, Jayme Copstein, Raul Rübenich, Cíntia Maria Nahra Leal, Leonardo Berlese Dourado, Edson Gomes Chaves Fº, João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Verlaine Maria Silveira, Adroaldo Bauer Spindola Correa, Vera D. Barcellos, Sibyla Loureiro, Humberto Andreatta, Christa Berger Kuschick, Maria Eneida Serrano, Jacqueline Joner, Ronaldo Westermann, Luiz Carlos Mello, Alfonso Abraham, Wladymir Ungaretti, Danilo Miralles, Gabriel Matias, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Chagas de Moura, Paulo Antônio Fogaça, Severino de Araújo Góes, Fernando Guedes, Neltair Rebés Abreu, Maria da Graça da Silva, Walmaro Paz, Ana Elusa Sperb Rech, Milton Wels, Maria Helena Brancher, Maria Luisa Paim Teixeira, Júlio Tadeu Sortica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Najar Tubino, Marise de Martini Fetter, Luiz Antônio Kozminski, Jurandir Silveira, Alfredo Fedrizzi, Carlos Roberto Dorneles, Ricardo Schmitt, Carmem Maria Laviaguerra, Nelson Baibich, Francisco Daniel L. da Silva, Orlando Carlos Brasil, Vera Teresa Costa, Juarez Fonseca, Carlos Gilberto X. da Rocha, Jorge Gallina, Maria Eloir da Silveira, Renato Kern, Vera Suzana Kern, Valmório Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higino Cosme Barros, José Enedir Francisco, José Roberto Garcez, Luiz Telmo Emerim, Valdir da Silva, Norberto Hoffmann, Sérgio Batsow, Cândido Augusto Cruz, Francisco Juska Filho, Carlos Rafael Guimarães, Gilberto Ribas dos Santos, Carlos Frederico Menz, Eduardo Serrano San Martin, Ilza Maria Tourinho Girardi, Eugenio de Faria Neves, Carlos Eduardo Athanazio, Renato Canini, Wilmar de Oliveira Marques, Acari Amorim, Waldoar Teixeira, José A. Souza Pinto Netto, Pedro Sosa Pereira, Wilson Silveira de Moura, Ênio Roberto Nugent da Rocha, Ana Maria Smidt, Eduardo Soares Guimarães, Alberto Magno Filgueiras, Antônio Carlos Rosito, Iara Terezinha Schilling Pereira, Fernando Fuentes Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Correa, Nestor Fedrizzi, Odilon Abreu, Laerte Martins, Silvio Correa, Luís Carlos Ferreira, Anibal Bendati, Arthur Xavier de Oliveira Filho, Carlos Roberto Silveira, Carlos Alfredo Smich da Silva, Olides Canton, Roberto Augusto Thomé, Rogério Raupp Ruschel, Luiz Fernando Veríssimo, José Luiz Goulart Prévidi, Maria Elaine Alves Borges, Eduardo Rômulo Bueno, Guaracy de Souza Cunha, Marco Túlio de Rose, Mauro César Silveira, Mauro Pacheco Toralles, Luiz Ricardo Lanzetta, Alice Inês de Verney Lorenzi, Ana Maria Barros Pinto, Lotário Neuberger e Ubirajara Silva Prates; Antônio Canabarro Trois Filho, Bernadete dos Santos Viana, Carlos Alexandre Gruber de Castro, Cristina Baptista Pereira, Eloisa Beatriz Enck Gonçalves, Jane Elisabete Peters, José Ribeiro Fontes, Mário Alberto Nascimento, Patrício D'Ávila Garcez Bentes, Paulo Antônio Coelho de Barros, Raul Zoratto Sanvicente, Riomar Béssio da Trindade, Rômulo Kraft, Vera Maria Bosak, Raul Quevedo, Bolsoni, Mirta Vieira Coelho e Juvenal B. da Luz Neto.

Caro leitor,

Conta-se que o velho John D. Rockfeller, o patriarca dos Rockfeller, no fim da vida estava com o coração tão frágil, tão desgastado pelo esforço de construir o seu formidável império, que não podia suportar emoções.

Os médicos que o tratavam temiam que uma simples notícia desagradável pudesse fulminar o velhote diante do seu café matinal.

Como era impossível evitar que ele lesse o New York Times pela manhã, a família — com a prudência e a criatividade que o dinheiro farto permite — tratou de que se fizesse um jornal especial para o bom velhinho, um jornal com único exemplar e só com notícias agradáveis.

Nesse jornal, as ações das suas empresas estavam sempre em alta na Bolsa, os comunistas convertiam-se ao calvinismo, o mundo estava em paz e em ordem. O coração de John D. transbordava de serena alegria a cada manhã.

Não sei se esta história é verdadeira. Conheci-a contada pelo Nelson Rodrigues, que é um homem afeito à fantasia. Mas sei que se estão corretas as informações que se tem divulgado sobre a nova Lei de Imprensa, em breve uma versão bem próxima do jornal de John D. estará se tornando realidade. E desta vez não para resguardar o coração de um velho miliardário. Mas para preservar a alma de 110 milhões de brasileiros, que não podem viver ao sobressalto dos problemas, das dificuldades, dos fatos desagradáveis que teimam em ocorrer no país.

Esta nova lei, pelo que se diz, foi adiada. O Governo abrandou sua intenção, que era baixá-la junto com as últimas mudanças feitas à Constituição. Mas é um fardo que pode desabar sobre nossos ombros a qualquer instante. Por ela, os jornais e jornalistas ficam submetidos ao rigor inaudito de um julgamento em rito sumário, caso não tenha citado a fonte e não tenha provas concretas **(veja página 11).**

Na verdade não é uma lei, é uma ameaça permanente. Num país em que dar informações já é uma coisa perigosa e em que o melhor expediente que os jornais encontraram para continuar informando é preservar a identidade de boa parte de suas fontes, significa que estaremos praticamente condenados à palavra oficial.

E então estaremos como John D., livres de atribulações, a salvo da incômoda realidade. Até o dia em que ela nos venha bater à porta e nos matar de susto.

●●●

No mês passado, março, 300 dirigentes de cooperativas do Rio Grande do Sul reuniram-se em Gramado para debates, trocas de informações e análise das perspectivas do movimento cooperativista no estado e no país. A Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre esteve presente e nesta edição do seu jornal traz um encarte sobre os principais temas levantados em Gramado.

O Editor

Pedro Simon

Amigos:

Achei excelente a entrevista feita com o Pedro Simon, presidente do MDB gaúcho. Ali encontrei respostas para muitas dúvidas que me martelavam há bastante tempo, e só lamento que a entrevista não tenha tido o mesmo espaço dado ao jornalista Audálio Dantas — por sinal, também uma excelente reportagem. Me permito sugerir a vocês uma entrevista também com o senador Paulo Brossard. Como professor de Direito Constitucional e reconhecidamente um dos melhores tribunos brasileiros, acredito que tem muita coisa a nos contar. — *Eusébio Martinez, Pelotas.*

Senhor Editor:

Simplementes lamentável a entrevista do deputado Pedro Simon. Foi uma das reportagens mais superficiais publicadas por este excelente jornal. Conheço o líder do MDB do Rio Grande do Sul, e tenho certeza de que ele tem muito mais a nos dizer do que aquilo que saiu no *Coojornal* de março. O que houve? Foi ele que falou pouco ou vocês que resolveram se conter no que iam publicar? Hein? — *Carmen Elisabete Siqueira, Porto Alegre.*

Fonte da Juventude

Senhor Editor:

Como os anos correm depressa, gostaria de obter com a maior brevidade, se possível, o endereço da Fonte da Juventude, descoberta pelo conhecido fotógrafo Assis Hoffmann. Na edição de dezembro do cada vez melhor *Coojornal*, descobri que ele já fotografara os primeiros passos políticos de Jango e até algumas cenas privadas, como seu casamento, tudo ocorrido em idos anos.

E como o Assis anda por aí, tirando excelentes fotos, jovem, hígido e sem rugas, concluo que faz uso secretamente de uma ainda não descoberta, pelos demais mortais, Fonte da Juventude da Era Espacial. — *Moacir Balbinotti, Porto Alegre.*

Desculpe; as fotos pertencem ao arquivo fotográfico de Assis Hoffmann e, como a diferença de anos prova, não foram feitas por ele. A Fonte da Juventude ainda não foi descoberta, não.

Preconceito

Gente:

Deu a louca em vocês? Ou foi o sol na moleira que encucou suas mentes? Refiro-me à reportagem sobre Tramandaí, que saiu no *Coojornal* número 13. Ela é preconceituosa (ela a reportagem, não Tramandaí), para não dizer coisa pior. Sugiro uma revisão na orientação editorial deste jornal, a menos que não estejam interessados em ganhar mais leitores. — *Raimundo E. Correa, Porto Alegre.*

Um de garantia

Senhor Editor:

Fazemos votos que essa luta árdua de bem informar proporcione ao *Coojornal* sucesso cada vez maior, tanto jornalístico como financeiro. Nada podendo fazer para ajudar, a não ser ler e divulgar este jornal, receba e transmita a seus colaboradores as nossas sinceras congratulações.

Anexo segue a humilde importância de 120 cruzeiros para duas assinaturas. Se o correio não entregar um, receberemos o outro. Assim esperamos! — *Antonio di Giusepe, São Paulo.*

Especulação

Meus amigos:

Parabéns pela excelente reportagem publicada no *Coojornal* nº 14, abordando a desenfreada valorização dos imóveis. Ali vocês focalizaram o problema com a mais absoluta sinceridade e conhecimento de causa. E, infelizmente, colocaram uma pá de cal nas aspirações dos assalariados mais otimistas, que ainda sonhavam em adquirir a casa própria.

Evidentemente, se nada for alterado nas atuais regras do jogo, a casa própria será, para o homem que vive de seu salário, uma utopia.

E, focalizando o problema no ângulo da Capital gaúcha, penso que as poucas medidas tomadas até agora pelo governo municipal em nada alteraram o comportamento dos proprietários de terreno.

Por outro lado, adquirir um terreno é hoje o melhor negócio na atualidade. Não existe brasileiro que entre seus amigos não tenha quem não esteja comprando um terreninho só para valorizar...

Para comprovar o dito acima, um exemplo concreto: em maio de 73 adquiri no bairro Bela Vista por Cr$ 45 mil um terreno com a metragem de 13 metros por 40. Há poucos dias, tomei conhecimento de que o terreno que faz divisa com o meu, e que mede 15 por 40, teve uma proposta de compra de Cr$ 1 milhão, rejeitada pelo atual proprietário.

Este fato comprova que existe em nosso país um enriquecimento ilícito em um campo de atividade que, embora do conhecimento geral, se encontra isento de toda e qualquer tributação, inclusive do Imposto de Renda.

Por outro lado, os terrenos baldios são verdadeiros depósitos de lixo, onde crescem em profusão as ervas daninhas e se alojam pragas como ratos, escorpiões e até cobras. Aos proprietários só interessa o lucro, indiferentes aos problemas causados pelo terreno desocupado. Esta indiferença e comodismo cairiam por terra se a nossa Prefeitura Municipal cobrasse os cercados e as calçadas e, ainda mais, obrigasse os proprietários a executar, pelo menos duas vezes ao ano, uma limpeza geral em seus imóveis, aplicando aos infratores pesadas multas.

Desta maneira, os donos de terrenos, na maioria das vezes verdadeiros picaretas imobiliários, iriam necessariamente colaborar para o embelezamento de um bairro e limpeza da cidade. Desapareceria, assim, o comodismo do proprietário e teríamos, forçosamente, no mercado imobiliário, grande quantidade de terrenos à venda, o que faria seus preços baixarem, segundo a lei da oferta e procura.

Ganharia a nossa Prefeitura uma substancial receita ao multar os infratores, e os claros existentes na cidade seriam logicamente preenchidos. E o picareta de imóveis, uma vez obrigado a trabalhar, deixaria de existir. — *Econ. Francisco Elbruz F. de Castro, Porto Alegre.*

CARTAS (*Continuação*)

Marcelo x Lula

Companheiros do Coojornal:

Eu sou o *tal* Marcelo, do Globo, citado pelo Lula na última edição (março) do *Coojornal*. Estou escrevendo para vocês tentando esclarecer, colocar os pingos nos is.

Não houve perseguição nem desafio para luta entre nós, como disse o Lula. O tal encontro do avião é coisa de louco. O *tal* Lula tá maluco ou tá sei lá o quê.

Triste mundo o do futebol. Num domingo, o ídolo, manchete dos jornais; no outro, anti-herói, pé de página feita às pressas, jogador sem importância. Difícil ter estrutura emocional para resistir a tal impacto.Qual de nós teria formação psicológica para tão súbitas quedas, tão repentinos deslizes?

E este mundo se torna mais cruel quando o jogador ultrapassa o pico da montanha, começa a cair. A decadência. Suas reações se tornam mais conflitantes.

Lula agora se diz perseguido, reage, acusa, critica, cria desafios. Pobre Lula, a bola já não lhe é tão fiel, as pernas já não lhe respondem tão rapidamente à reação da mente. Na seleção, discutiu com Marinho, acusou jornalistas, desafiou a Comissão Técnica. Na remota excursão aos Estados Unidos, criou uma briga — ou, pelo menos, princípio de — que só existiu em sua mente: ou alguém duvida que um caso destes ficaria sem divulgação com quase 100 jornalistas e outros tantos membros da seleção brasileira no avião?

Calma, Lula. Ainda resta um pouco de vigor no seu futebol. Basta apenas que seu ideal continue a ser o gol. Não se sinta perseguido, caro ponta-esquerda. A bola já lhe foi uma amante fiel, tente cativá-la novamente, nem que seja por pouco tempo. Aproveite para refletir, para entender que ser manchete nem sempre é um direito assegurado. Não crie estórias, crie jogadas. É delas que você sobrevive. — *Marcelo Rezende, Rio de Janeiro.*

Nos States

Amigos:

Todos os *Coojornal* que li estão ótimos. Agradeceria se eu pudesse continuar recebendo todas as edições. Já estou fazendo-os circular pela colônia brasileira que vibra com sua chegada. — *Luiz Alfredo Tagliassuchi, Washington.*

Gaúchos dos bons

Gente:

Primeiramente um grande abraço e a minha força pelo trabalho (magnífico) que vocês vêm desenvolvendo e cuja oportunidade de conhecer me foi dada por dois gaúchos dos bons: o Raul e a Jussara. Decididamente, é um alento ver ressuscitar um tipo (cada vez mais raro) de imprensa séria, um jornalismo que atende às suas verdadeiras finalidades, naquilo que procura, a verdade acima de tudo, levando ao leitor não o que os políticos gostariam que ele soubesse, mas os fatos — da forma mais profunda quanto tenha sido possível alcançá-los. — *Augusto Barata, Belém.*

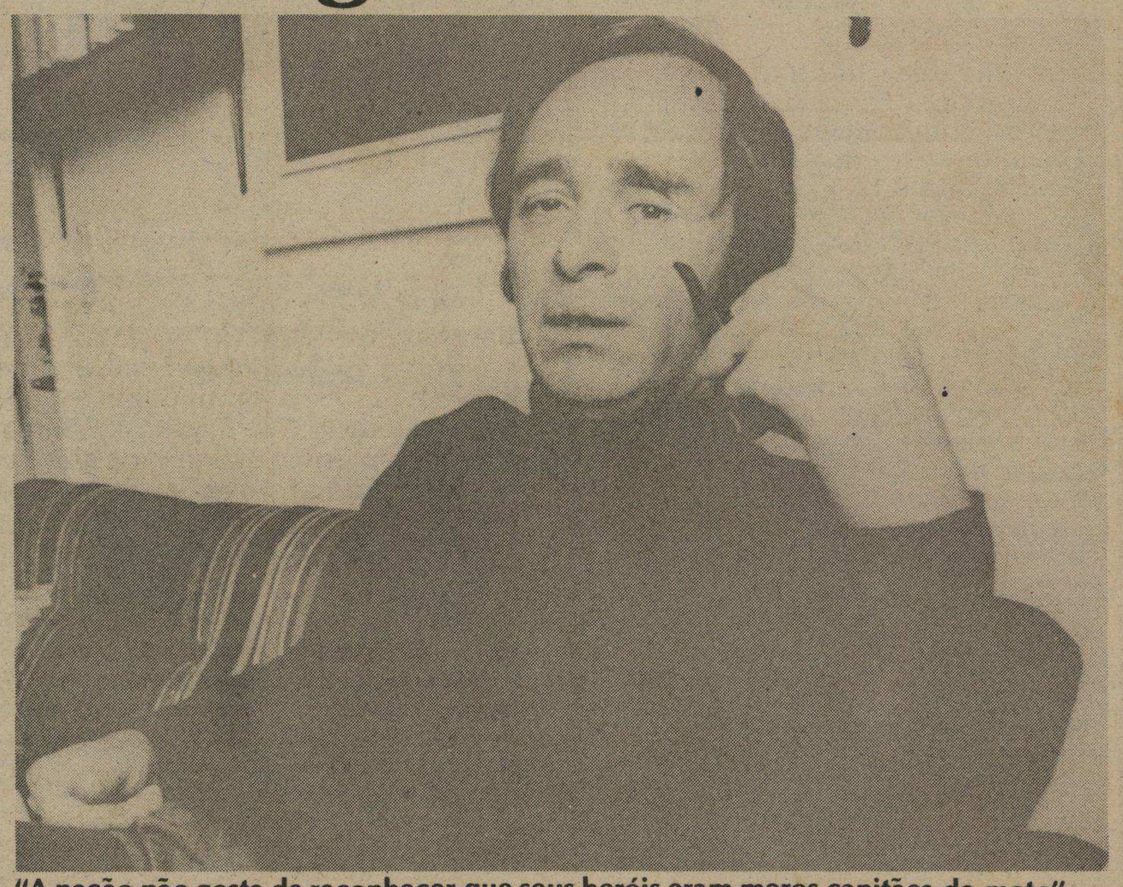
Culpa de quem?

Amigos:

Estou gostando muito do *Coojornal*. Só lamento que ele chegue aqui com muito atraso, não sei se por culpa do Correio ou do carteiro aqui da terra. — *Carlos Eduardo Perez, Santa Cruz.*

Remexendo a vergonha nacional

O país que teve a maior escravidão das Américas não gosta de falar em escravos



"A nação não gosta de reconhecer que seus heróis eram meros capitães-de-mato".

Autor de dois livros sobre levantes escravos — "Palmares" e "Insurreições Escravas" — o advogado e pesquisador Décio Freitas vem procedendo a uma verdadeira revisão da história brasileira, nos últimos anos. Aquela história ignorada pelos livros escolares, nos quais o culto ao herói e à personalidade substitui o conhecimento objetivo dos fatos históricos e suas próprias conseqüências para a realidade atual. "É uma pesquisa lenta e difícil", adverte Freitas, lembrando que, em matéria de importância histórica, os arquivos e bibliotecas nacionais são extremamente falhos.

"Existem casos em que os documentos são deliberadamente destruídos para esconder ou deturpar os acontecimentos. Em outros casos, são os próprios pesquisadores estrangeiros que desviam os documentos importantes para seus arquivos", diz Freitas em seus prefácios. Mesmo assim, obrigado a improvisos nos seus métodos de trabalhos e forçado a montar com paciência os fragmentos para compor a pesquisa, Décio Freitas já está trabalhando no esboço de seu terceiro livro, *Os Guerrilheiros do Império,* que trata da insurreição conhecida como *Cabanada,* ocorrida no século passado no interior de Alagoas. Viajando para o Rio e Recife, onde na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, nos arquivos pernambucanos e junto ao povo nordestino completa sua informações, Freitas afirma que pretende desmascarar o pretenso liberalismo do Segundo Império. Escrito em estilo de reportagem mas sem fugir do rigor histórico o livro deverá ser publicado antes do fim do ano. Nesta entrevista a Tania Faillace, ela fala do seu trabalho:

COOJORNAL — O que foi a Cabanada?

DÉCIO FREITAS — Foi a luta de uma massa de camponeses sem terras, índios e escravos, que em Pernambuco e Alagoas entre 1832 e 1836, foi friamente massacrada, com mulheres e filhos, pela classe dirigente. Manipulados por senhores de terras que queriam o restabelecimento de D. Pedro I no trono e restauração do absolutismo, os insurretos empunharam uma bandeira que não era a sua. Na prática, porém, contrariavam-na ocupando terras, libertando escravos e destruindo engenhos. Esse levante se perdeu justamente pela falta de um suporte ideológico, pela ausência de participação do intelectual nos problemas do povo.

COOJORNAL — Como e por que se interessou pela pesquisa histórica, sendo advogado?

DÉCIO FREITAS — Pela necessidade de encontrar respostas às interrogações que eu me fazia sobre a prática social. Qualquer prática sem conhecimento histórico é errática, estéril, inconseqüente, como desgraçadamente demonstra a nossa pobre e sofrida América Latina. A história não é um museu de antigüidades nem um baú de velharias. Entender o passado é o primeiro passo para entender o presente e projetar o futuro.

COOJORNAL — Por que seus estudos se concentraram no negro?

DÉCIO FREITAS — Eu não tenho interesse específico no negro. O meu interesse é em torno do escravo. Escravos foram os índios — inclusive no século XVIII havia índios escravos. Escravos foram também os mulatos, sendo de notar que, no começo do século passado, 10% da população escrava era mulata. Não é cientificamente correto associar o negro à escravidão e somente o negro, mesmo porque o próprio tráfego de escravos não teria sido possível sem a colaboração das classes dominantes africanas. Mesmo em nosso regime escravista eram freqüentes os casos de negros senhores de escravos. Portanto trata-se de dar ao problema um conteúdo de classe e não étnico. Na América Espanhola, a escravidão abrangia os índios. Na América do Norte, houve escravos brancos contratados.

COOJORNAL — O Brasil, como se situa neste contexto?

DÉCIO FREITAS — Pois é, esse esclarecimento anterior é muito importante porque meu esforço é no sentido de demonstrar que o Brasil foi, na maior parte da sua história, uma sociedade escravista, isto é, uma sociedade baseada na propriedade e exploração de escravos. Uma sociedade escravista econômica, social, política e ideologicamente. Em todo o Novo Mundo, foi o maior sistema escravista — em extensão de território, número de escravos e longevidade.

COOJORNAL — E isso deixou vestígios?

DÉCIO FREITAS — Sim. É altíssima ainda hoje a porcentagem de trabalho gratuito em todos os níveis — desde o campo até o trabalho intelectual.

COOJORNAL — Há necessidade de reescrever a história da escravidão?

DÉCIO FREITAS — O fato de que o Brasil tenha sido uma sociedade escravista é ignorado tanto pela historiografia oficial como a revisionista. Buscam-se eufemismos ou conceitos que não digam a verdade. Não se fala em escravos, mas em elementos servis. Não se fala em escravismo, mas em feudalismo ou mesmo em capitalismo. Os nossos senhores de escravos recebiam títulos de nobreza (barões, condes, duques). A nação não gosta de reconhecer que seus heróis eram meros capitães-de-mato. Por outro lado, os que foram escravos, não gostam que lhes lembrem sua origem. Há uma espécie de vergonha nacional pelo fato de que todos os não-escravos viviam às expensas do trabalho escravo e não estavam, por isso, interessados em destruir o sistema do qual eram beneficiários. Daí, como procuro demonstrar em meus trabalhos, a trágica impotência dos escravos em destruírem sozinhos a escravidão. Nenhuma classe social se liberta sem alianças com categorias de outras classes sociais. Para os escravos, as possibilidades de aliança estavam excluídas pelo fato de que todos os não-escravos estavam interessados na manutenção do sistema. Isso ocorreu em todos os sistemas escravistas, desde os tempos clássicos até os modernos, onde houve a necessidade de forças externas para libertar os escravos. O escravismo romano não teria desaparecido sem a invasão dos bárbaros. O escravismo brasileiro não teria desaparecido sem as pressões britânicas, como Joaquim Nabuco assinalou com muita sagacidade.

COOJORNAL — Em seu livros, você procura destruir o mito do brasileiro pacífico, cordial, que esperou pacientemente pela vitória de suas reivindicações sociais...

DÉCIO FREITAS — O mito do brasileiro cordial é uma invenção da classe dirigente brasileira através da história. Invenção que é inoculada já nas crianças durante os cursos elementares, para esconder os crimes monstruosos que esses dirigentes cometeram contra o povo durante a história deste país. Eu poderia citar cifras sobre o número de escravos massacrados, quando tentavam recuperar sua identidade humana. E cifras de camponeses livres igualmente massacrados, quando tentavam obter uma nesga de terra. Mas isso seria muito longo e teria o inconveniente de mostrar algumas das figuras mais eminentes, intocáveis e gloriosas da história brasileira, literalmente ensopadas em sangue.

COOJORNAL — Qual seu objetivo com essas pesquisas?

DÉCIO FREITAS — O problema que me interessa na história brasileira é saber por que o que hoje chamamos de povo (note-se que na história colonial e imperial, "povo" eram os grandes senhores de terras e de escravos) sempre fracassou nas tentativas de transformar a história segundo seus interesses, necessidades e aspirações. Não se trata de uma mera curiosidade, mas de um rigor metodológico para saber como ele poderá triunfar.

COOJORNAL — Qual sua opinião sobre o intelectual brasileiro?

DÉCIO FREITAS — A missão do intelectual brasileiro consiste precisamente em dar uma resposta a essa interrogação. Pois é chegada a hora em que esse famoso intelectual brasileiro — que durante os tempos coloniais e depois da Independência, sempre viveu aconchegado ao poder, recolhendo os restos do banquete e caracterizando-se como a intelectualidade mais alienada e covarde da América Latina — tome consciência da sua missão histórica, de que seus interesses mais elementares somente se materializarão quando souber ouvir e interpretar o seu povo. A nossa é uma intelectualidade colonizada. Quando eles vão mal de vida, fazem apelos ao povo e ficam chocados quando o povo não os atende.

Mais agilidade na televisão

A instantaneidade do rádio está — finalmente — chegando à televisão. É o que garante satisfeito e esperançoso, o chefe de telejornalismo da Televisão Gaúcha, canal 12, Floriano Correa, ao se referir à recente compra de duas câmaras portáteis e três aparelhos de miniteipe.

As câmaras portáteis, chamadas Ikegami, custam 6 mil dólares cada (Cr$ 81 mil) e são fabricadas pela japonesa Tsushinki Corporation. Com seus escassos sete quilos não perdem em nada para as enormes e lerdas câmaras de estúdio, que pesam em média 80 quilos. São operadas como qualquer máquina filmadora e permitem uma maior liberdade de movimentos, por terem as baterias presas ao cinto que o cinegrafista leva.

Com a Ikegami e o miniteipe (Cr$ 5.400,00 cada) as cenas filmadas podem ser revistas logo após e, se for o caso, refeitas à vontade do cinegrafista. E, com a ajuda de um pequeno furgão para tomadas de cenas externas, permite a transmissão ao vivo do local. Daí a instantaneidade louvada por Floriano Correa. E Luiz Cláudio D'Ávila, gerente-técnico do Canal 12, chega a afirmar que o Ikegami é "superior a qualquer câmara de estúdio das tevês brasileiras".

Com a chegada do pequeno furgão (tecnicamente chamado de minimóvel), a tevê poderá dinamizar mais seus noticiários e apresentar reportagens coloridas. O que até agora era impossível, porque os filmes a cores são revelados em São Paulo, por medida de economia.

Mas a grande vantagem do investimento, segundo o chefe do jornalismo da TV Gaúcha, "é tornar o telejornalismo mais independente da programação normal da estação. Atualmente nós dependemos de interesses, de interesses da programação, porque existe também a Central de Produção de Comerciais".

Pra cima das carrocerias

Durante quase quatro décadas o setor de fabricação de carrocerias foi dominado por empresas genuinamente gaúchas. É um setor de excelente rentabilidade — e por isto mesmo atraiu a gula das multinacionais, que ainda tiveram o estímulo do CDI (Conselho de Desenvolvimento Industrial), órgão do Ministério da Indústria e Comércio, encarregado de controlar a instalação de novas indústrias no país e decidir a concessão de incentivos fiscais a quem está chegando.

Há pouco mais de um ano, a multinacional européia Bernard Krommer obteve do CDI autorização (e incentivos) para se instalar no Distrito Industrial de Curitiba. Na mesma época, corriam adiantadas as negociações entre a Fábrica Nacional de Vagões (ligada ao Banco Bozzano-Simonsen) e a americana Fruehauf, esta a maior fabricante de carrocerias e *containers* dos Estados Unidos. Desta união nasceu a FNV-Fruehauf, que já começou a fabricar carrocerias para caminhões, inclusive refrigeradas.

Não houve pânico entre os empresários, mas desapontamento pela política do CDI, "que permitiu a instalação de empresas estrangeiras em um setor plenamente atendido pelo capital nacional", como afirmou um deles. "O ramo de carrocerias para ônibus é o único que ainda não sucumbiu", retrucou Paulo Bellini, diretor-presidente da Marcopolo, de Caxias do Sul, empresa que se orgulha de não ter nenhum centavo estrangeiro em seu capital.

O setor de carrocerias é dividido em três ramos: carrocerias para caminhões, cujo maior fabricante é a Randon, de Caxias; carrocerias para ônibus, liderado pela também caxiense Marcopolo; e carrocerias refrigeradas e frigoríficas, que tem na Recrusul, de Sapucaia, o maior fabricante do Brasil.

"Eles têm muito capital e podem operar com baixos preços", diz o industrial Hélio Wosiack, diretor-presidente da Recrusul, revelando um temor pela penetração das multinacionais. Mas acrescenta: "O nosso produto é de excelente qualidade e tem tradição no mercado. Um concorrente que surja agora precisará apresentar uma carroceria pelo menos igual à nossa em qualidade para nos tirar mercado". Ou, como lembra o gerente de marketing da Recrusul, Luís Gomes, "se apresentarem um preço muito baixo e vantagens adicionais, como crédito abundante".

Na verdade, qualquer empresário nacional sabe que as multinacionais utilizam muito o *dumping* para conquistar mercado (lançam o produto com preço inferior ao vigente, mesmo com prejuízo, pois têm muito capital. Nessa fase, afastam o concorrente nacional e ganham o mercado. Na fase seguinte, elevam os preços e se ressarcem dos prejuízos).

Não é difícil adivinhar o motivo da atração das multinacionais. A Randon faturará Cr$ 850 milhões em um ano, a Marcopolo Cr$ 500 milhões e a Recrusul Cr$ 255 milhões. Somando o faturamento das demais empresas do setor, o valor global chega fácil aos Cr$ 3 bilhões.

Tomás Pereira

Uma questão de detalhe

A propaganda mostra uma coisa, mas quer vender outra. Pode?

No folheto, a paisagem de Morro dos Conventos vende terrenos...

...de um loteamento na Zona Nova.

Durante janeiro e fevereiro, uma freirinha passeando pela beira do mar, tendo ao fundo belas paisagens rochosas, vendeu na televisão um novo loteamento na praia de Morro dos Conventos, em Santa Catarina. Além de "um santo investimento", o texto do filme garantia que a compra seria "mais que um bom negócio, um milagre".

Pois o bom negócio, ou milagre, foi parar na Justiça: dois loteadores reclamam a posse da bela paisagem. O litígio começou no dia 12 de março quando, num intervalo de poucas horas, o público da televisão e dos jornais gaúchos foi surpreendido por dois "esclarecimentos".

O primeiro era do grupo catarinense Diomício Freitas, de Criciúma, proprietário de um loteamento no Morro dos Conventos e responsável pela implantação do belo balneário. Afirmava que as paisagens mostradas em "reiteradas propagandas de venda de lotes, se inserem dentro dos limites do nosso loteamento".

Realmente, é junto à área loteada pela empresa Diomício Freitas que estão as paisagens rochosas, um iate clube, o Hotel Morro dos Conventos (pertencente ao mesmo grupo) e um camping, além da vizinhança do Rio Araranguá.

O outro esclarecimento partiu do grupo Edel dizendo apenas que é o proprietário do loteamento "Morro dos Conventos-Zona Nova". Em três meses de campanha publicitária, o que garantiu a venda de 600 lotes, era a primeira vez que aparecia a expressão *zona nova*. E também pela primeira vez o comercial da tevê não mostrava imagens da praia, mas máquinas trabalhando.

A coincidência dos esclarecimentos e o porquê da omissão de "zona nova" são explicados pelo diretor da Liga Publicidade, Henry Muhlbach, que detém a conta da Edel e somente em 76 teve um orçamento de Cr$ 2 milhões para as campanhas publicitárias da empresa:

— Eu descobri alguns dias antes que eles lançariam um comunicado. Então largamos em cima. Eles não estão com a razão porque nós usamos imagens de locais públicos. Nós não colocamos Zona Nova porque esse tipo de empreendimento está muito desacreditado aqui no sul. Omitir esse detalhe foi uma questão de interesse.

Já o procurador do Balneário Morro dos Conventos Ltda. (empresa do grupo Diomício Freitas), Evaldo Stopassoli, considera "Zona Nova" sinônimo de "negócio obscuro ou picaretagem". E é por isso que eles omitiram esse detalhe. "Nós só quisemos mostrar ao público, em nosso esclarecimento, que todos estavam sendo enganados".

O diretor do grupo Edel, engenheiro Flávio Lúcio Scaf, garante que a empresa catarinense "tentou nos prejudicar comercialmente, confundindo a opinião pública". E é por isto que está entrando na Justiça contra o grupo Diomício Freitas.

O índio em fotos, filmes e palestras

Aí está uma boa oportunidade para se saber um pouco mais sobre o índio: de 25 de abril a 15 de maio o Instituto Cultural Brasileiro-Alemão e outras entidades promovem o ciclo "O índio brasileiro: um sobrevivente?", com exposição, palestras e filmes, a ser desenvolvido quase simultaneamente em Porto Alegre e Caxias do Sul.

Começa na tarde do dia 25, quando será inaugurada uma exposição no Salão de Atos da UFRGS, com três ambientes fotográficos. Assis Hoffmann, Maureen Bisilliat e Cláudia Andujar são os fotógrafos responsáveis.

À noite começa o Seminário sobre índios, com a palestra de Ismarth de Oliveira, presidente da Funai. No dia seguinte, ele repete a fala em Caxias. O seminário continua assim: dia 26, fala dom Tomás Balduíno, bispo de Goiás Velho (GO) e presidente do Conselho Indigenista Missionário; dia 27 é a vez do sertanista Orlando Villas Boas; 28, o antropólogo e professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Sílvio Coelho dos Santos; 29, padre Egon Heck, missionário junto aos índios kaingangues e guaranis; e dia 1º de maio fala Jorge Zarur, antropólogo do Centro de Referência, de Brasília. Como Ismarth de Oliveira, todos eles falarão em Caxias nos dias seguintes.

Também de 25 de abril a 15 de maio serão apresentados filmes de 16 e 35 milímetros na Assembléia Legislativa. O primeiro 16 milímetros programado é *A tribo que fugiu do homem,* de Orlando Villas Boas, que estará na Assembléia para assistir à projeção. *Uirá,* de Gustavo Dahl, e *Tapera Rondon,* realizado em 1918 pelo Serviço de Proteção ao Índio, estão entre os filmes de 35 milímetros a serem apresentados.

Além do ICBA, o ciclo é promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais, Focontexto Serviços Fotográficos, Fundação Nacional do Índio, Empresa Porto-Alegrense de Turismo, Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, Empresa Brasileira de Filmes, Martins & Andrade Propaganda e Transforte Sul.

A Samrig sempre acreditou muito no talento de nossa gente. Aqui estão algumas provas disso.

Transformar relatórios de diretoria, com seus balanços e demonstrativos de contas de lucros & perdas, em pequenas obras de arte, certamente é tarefa que exige muito talento e imaginação.

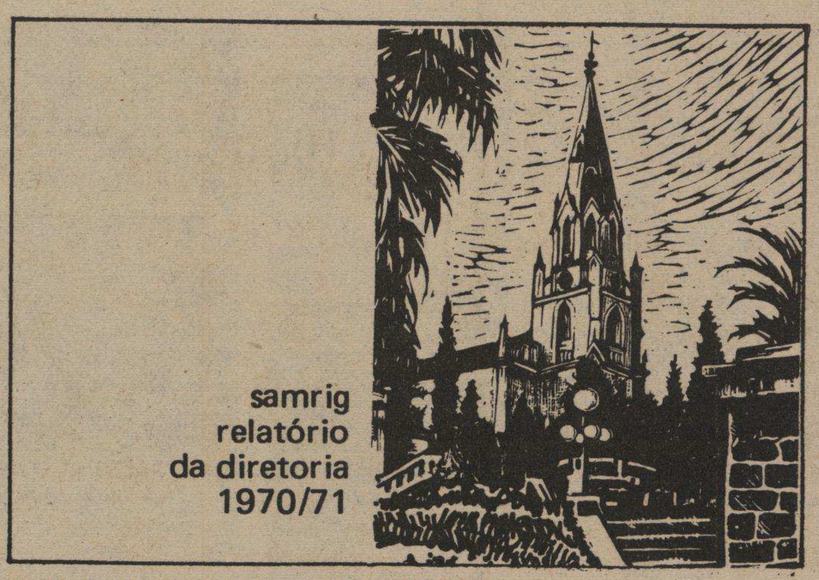
Nesses últimos seis anos, a Samrig tem conseguido isso, com muito brilho.

Tanto que até tem conquistado alguns importantes premios em salões de arte publicitária locais e em São Paulo.

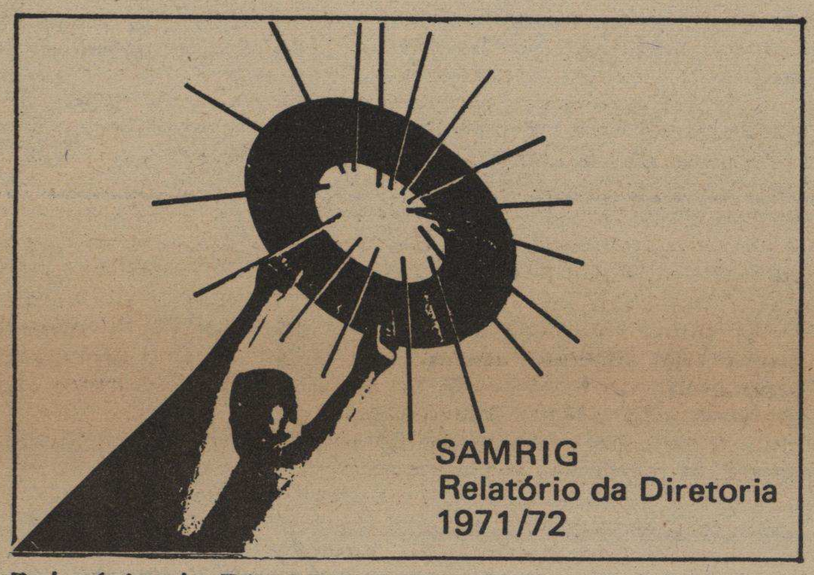
Graças ao talento de artistas e intelectuais gaúchos, a quem confia, anualmente, textos e ilustrações dessas suas peças.

Há 46 anos a Samrig vem apostando no trabalho e na criatividade de nossa gente.

Com todo sucesso, como se vê.



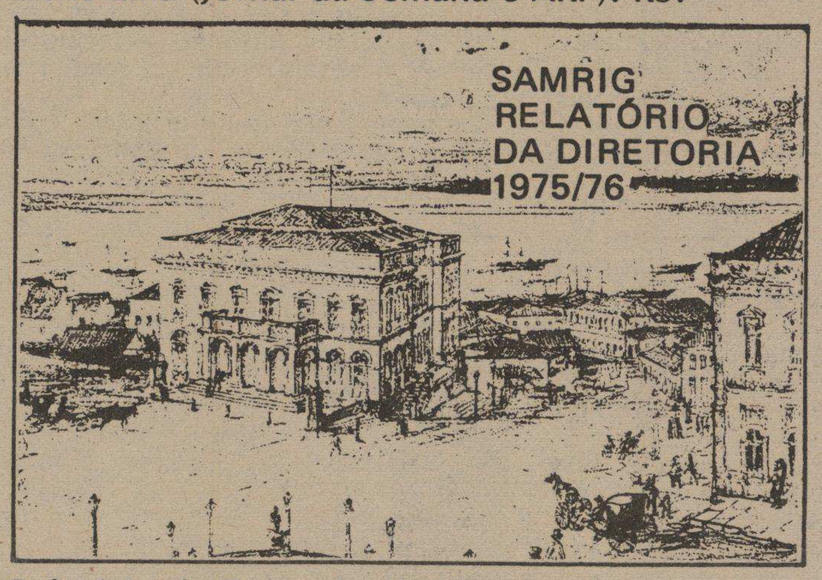
Relatório da Diretoria 1970/71.
Ilustrações: xilogravuras de Porto Alegre antiga de J. Faria Viana. Pequena homenagem à nossa cidade e seu passado.



Relatório da Diretoria 1971/72.
Ilustrações: esculturas de Vasco Prado.
Homenagem às artes plásticas do Rio Grande do Sul. Medalha de Bronze — "Premio Colunistas" (ADVB e Rev. Propaganda) de São Paulo. 1º lugar — Salão Gaúcho de Arte Publicitária (Jornal da Semana e ARP). RS.

Relatório da Diretoria 1973/74.
Ilustrações: Esculturas de Francisco Stockinger (Xico). Homenagem às artes plásticas do Rio Grande do Sul. Medalha de Bronze — "Premio Colunistas" (ADVB e Rev. Propaganda) de São Paulo. — 1º lugar Salão Gaúcho de Arte Publicitária (Jornal da Semana e ARP). RS.

Relatório da Diretoria 1974/75.
Aspectos da evolução da arquitetura gaúcha.
Texto e fotografias do Prof. J.N.B. de Curtis, da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.
Medalha de Bronze — "Premio Colunistas" (Associação Paulista de Propaganda) — 1º lugar – Salão de Arte Publicitária (Caldas Jr. e ARP). RS.



Relatório da Diretoria 1975/76.
Aspectos da formação histórica e cultural do Rio Grande do Sul, através de algumas de suas cidades. Ilustrações especialmente realizadas por Plínio Bernhardt.
Textos dos Professores Francisco Riopardense de Macedo e Dante de Laytano.
— Menção honrosa no V Salão de Arte Publicitária Gaúcha (Cia. Caldas Jr. e ARP)

SAMRIG
S.A. MOINHOS RIO GRANDENSES

Perdão, Leitores

Por Luis Cláudio Cunha

Num país como este, no meio de reformas, pacotes, recessos, ditaduras de minorias e maiorias esmagadoras, aflorou uma viçosa advertência do nobre representante do povo gaúcho na Câmara Federal, deputado Nelson Marchezan: "O MDB se preocupa com os eleitores, e não com os brasileiros".

O arguto deputado, conclui-se, detectou uma nova investida, com fins inconfessáveis, de potências estrangeiras contra a soberania nacional. Tem americano, russo, francês, alemão, chinês e outros gringos por aí votando no MDB, como insinua o deputado. Um esclarecimento: Nelson Marchezan, brasileiro de Santa Maria, RGS, é deputado pela legenda da Arena, partido do qual é secretário geral — função, aliás, que exigiria uma permanente preocupação com os eleitores. Mas sejamos compreensivos. Com as recentes reformas políticas, Marchezan viu aumentarem suas possibilidades como candidato ao governo do Rio Grande do Sul, em 78, em eleições indiretas, sistema pelo qual — como todos sabem — os eleitores não chegam a representar maiores preocupações.

●●●

Retrato do empresário, montado pelo empresário Carlos Reinaldo Mendes Ribeiro, presidente do Instituto de Desenvolvimento Empresarial do RGS, em artigo publicado no Jornal da Indústria, encarte da Federação das Indústrias na edição de 21/3 do Jornal do Comércio: "O empresário, basicamente, é um homem que gosta de correr riscos. Aprecia a liberdade para tomar decisões, sendo rebelde contra todos os mecanismos que tolham esta liberdade (...) Todo empresário ama a liberdade e defende o direito de ser, o direito de agir, o direito de pensar e o direito de falar".

O povão, doido para conhecer de perto um empresário destes, pisa firme no chão, empina o peito, ergue o queixo, limpa a garganta, olha para os lados (que ninguém é maluco) e complementa com um sussurro: "Nós também, amizade, nós também".

●●●

Um jornal totalmente independente, desvinculado de quaisquer interesses políticos, empresariais ou comerciais, feito por uma redação isenta? O idealizador deste fenômeno jornalístico é o médico, ex-repórter esportivo e ex-governador baiano Antônio Carlos Magalhães, atual presidente da Eletrobrás e notório candidato a um novo mandato como governador da Bahia. Mesmo em eleições indiretas.

Ele prepara o lançamento, até o fim do ano, do diário Correio da Bahia, em *off-set*, num projeto de redação feito por Mino (Quatro Rodas, Veja, Isto É) Carta. Desta forma, Magalhães terá o livre acesso, que até agora não encontrou nos quatro jornais de Salvador, a uma imprensa que pode facilitar seus planos políticos. E enfrentará, em melhores condições, seus maiores concorrentes: o atual governador, Roberto Santos, e seus antecessores, Luis Vianna Filho e Lomanto Júnior.

Entre seus futuros sócios no jornal, incluem-se os nomes do ex-senador Antonio Balbino (ligado ao grupo adesista do MDB baiano, que contribuiu com 500 mil cruzeiros) e de alguns diretores do Banco Econômico (presidido até há algum tempo pelo hoje ministro da Indústria e Comércio, Ângelo Calmon de Sá, também forte candidato a governador), que contribuíram com 700 mil cruzeiros como pessoas físicas, para não envolver o nome do banco. Interessado em criar um jornal "onde as coisas podem ser noticiadas amplamente", Magalhães parece estar preocupado com uma censura muito específica: "Às vezes, a censura que se verifica não é apenas a governamental. Existe também a censura, sobre a qual não se diz nada, das direções dos jornais e dos próprios repórteres que, quando não querem noticiar o que eles não gostam, não noticiam. E quando eles são meio esquerdas só noticiam com as tendências desse lado".

Independente, isento e apolítico, espera-se que o Correio da Bahia noticie *com as tendências do outro lado.*

●●●

Arquivo CJCJ

O mordomo

Através de um anúncio classificado, publicado na edição dominical de 20 de março do Correio do Povo, o tablóide Folha da Manhã, da mesma empresa jornalística Caldas Júnior, descobriu uma manifestação de racismo do costureiro Rui, o mais afamado da sociedade rio-grandense, que procurava um "senhor, preferência de cor, boa aparência, educado, para serviços de mordomo". Os negros, segundo o apurado senso estético do costureiro, adaptam-se melhor a esse serviço e não têm, como os brancos, restrições quanto ao uso de uniforme, além do que combinam melhor o escuro da pele com as paredes claras da sua nova *maison*.

Um saboroso prato jornalístico, que o editor Valter Galvani, da Folha da Manhã, enriqueceu com um oportuno toque: chamou o *office-boy* da redação, Rudimar Mendes da Luz, o popular *Idi Amim Dada*, um negro sorridente de 19 anos e 1,85cm, e o enviou até o costureiro, como um suposto interessado no emprego.

Resultado final: todos felizes. O editor, com a reportagem de uma página. O *office-boy*, com salário melhor. E o costureiro com a contratação de seu mordomo, o próprio *Idi Amim Dada*, que preferiu trocar os 750 cruzeiros do salário como contínuo no jornal pelos 2.800 cruzeiros oferecidos pelo modista.

●●●

Foi com notável discreção que o Jornal do Brasil publicou no dia 28 de março, dia seguinte ao do acidente entre dois jumbos nas Ilhas Canárias, onde morreram quase 600 pessoas, uma tabela sobre segurança aérea no mundo no período de 1950 a 1974, com base num levantamento feito pela publicação inglesa *Destination: Disaster*.

A tabela, segundo o JB — apesar da discreção, o único órgão de imprensa a publicá-la com a avaliação final — "desfaz o mito de que a segurança do passageiro é a mesma em uma ou em outra companhia".

Entre as 44 empresas de todo o mundo relacionadas de acordo com a segurança, as brasileiras Varig e Cruzeiro fazem parte do grupo de 22 companhias que se mostram "piores do que a média mundial", enquanto outras 8 estão "próximas à média" e apenas 14 conseguem se manter "melhores que a média".

A mais segura companhia aérea do mundo, a americana Delta, que teve 99 mortos (em apenas dois acidentes fatais nestes 24 anos) entre 194 milhões de passageiros transportados, atingiu um índice inigualável de "nove vezes melhor que a média mundial". A Varig, situada em 26º lugar na tabela, teve 294 mortos (em cinco acidentes fatais) entre 24 milhões de passageiros transportados, o que a colocou — ao lado da espanhola Iberia e da Air France — entre as empresas com um índice de segurança "uma vez e meia pior que a média mundial".

A posição mais constrangedora é a da Cruzeiro (agora incorporada pela Varig), que não passou do 39º lugar na tabela, com 146 mortos (em 11 acidentes fatais) entre 15 milhões de passageiros transportados, ou seja, um índice "dez vezes pior que a média".

●●●

Duas semanas. Foi o quanto durou a liberdade do semanário Opinião, antes de desaparecer (por um longo tempo, ao que parece) das bancas, corrido pela censura. Mutilado pelos censores ao longo de quase todos os seus cinco anos de vida, Opinião resolveu resistir: a edição 230, de primeiro de abril, saiu com um selo de *livre* na capa, indiferente à censura. Não aconteceu nada. O número seguinte, porém, foi apreendido. Segundo seu editor, Fernando Gasparian, só volta quando acabar a censura. Enquanto isso, o livro-reportagem mensal Extra, além de problemas financeiros, tem agora um forte motivo para não chegar ao seu quinto número: a censura o classifica como revista, e não como livro, e exige o seu prévio exame. É bem provável que morra também. Sinal dos tempos.

●●●

Josué Guimarães é um escritor maldito. Pelo menos nas páginas do venerando Correio do Povo, que desde março passado evita a simples menção ao nome do autor de *Os Tambores Silenciosos*. Tudo porque Josué, numa preocupação que deveria ser de todo jornal e jornalista, procurou exercer o seu direito de crítica: atendendo a um pedido do jornalista Alberto Dines, Josué fez uma análise sobre a imprensa de Porto Alegre para a coluna *Jornal dos Jornais*, da edição dominical da Folha de São Paulo (cuja sucursal, em Porto Alegre, é chefiada por ele).

A apreciação de Josué sobre o CP, especialmente no aspecto gráfico, parece não ter agradado à redação do jornal, que aliás teve o escritor-jornalista como seu correspondente em Lisboa durante todo o crítico período 74-75. Assim, quando o redator da seção literária, Antônio Hohlfeldt, quis entrevistá-lo sobre seu último romance, foi impedido: "Não pode", advertiram ao redator, "o nome dele está vetado". Nem mesmo o comentarista de esportes Ruy Carlos Ortermann, que tencionava repetir as observações de Josué sobre uma partida que assistira em Buenos Aires entre húngaros e argentinos, conseguiu vencer as barreiras: teve que substituir o nome do jornalista pelo de "um amigo".

Os "ministros" do banco Itaú

Arquivo CJCJ

Entregue sua declaração aos "gerentes" do Itaú. Ou a Simonsen e Ueki?

O cavalheiro engravatado, de beiços carnudos, não tinha olheiras. E o senhor de sorriso discreto, que fala em economizar gasolina, não se atreve a pronunciar a fatídica palavra bicicreta.
Mesmo assim, ficou evidente o golpe pouco sutil do Itaú — segundo maior banco do país, logo abaixo do Bradesco — na guerra feroz travada nas últimas semanas de março, pela declaração dos 14 milhões de privilegiados brasileiros que, dentre 110 milhões, possuem alguma renda para declarar.
Os dois senhores que se dizem gerentes de filiais do Itaú, tentam na verdade parecer os ministros Mário Henrique Simonsen, da Fazenda, e Shigeaki Ueki, das Minas e Energia. O primeiro, numa declaração que cabe tanto na boca de um gerente quanto na de um ministro, conclama: "Entregar a declaração de renda é um dever de todo cidadão brasileiro". O nipo-gerente, ao lado completa: "Economizar gasolina também". E ambos concluem, simpáticos: "Entregue sua declaração de renda no Itaú e se tiver qualquer dúvida fale comigo".
Na televisão, esta jogada do Itaú é de uma sutileza ainda mais paquidérmica: um dos gerentes, ao falar, parece ter sido surpreendido pela câmara no exato momento em que suportava um tubérculo aquecido entre os maxilares. Não resta nenhuma dúvida, portanto, quanto à deliberada intenção do Itaú de sugerir que os dois ministros são seus funcionários (ou vice-versa). A nós, porém, resta a tranqüila convicção de que isto não é verdade, não pode ser verdade, não mesmo, claro que não, ora essa, onde já se viu...

O pensamento (vivo?) de Dom Sigaud

Ele foi um dos fundadores da TFP — Tradição, Família e Propriedade; considera-se um "revolucionário de primeira hora" por sua participação no movimento de março de 64; em 1968 exigiu a expulsão do país de Dom Helder Câmara. Agora está acusando de comunistas os bispos Dom Pedro Casaldáglia, de São Félix do Araguaia (MT) e Dom Tomás Balduíno, de Goiás Velho (GO). Este é Dom Geraldo Proença Sigaud, arcebispo de Diamantina, que com suas acusações quase conseguiu esvaziar o Documento de Itaci, que trazia as conclusões da XXV Assembléia da CNBB.

As idéias de Dom Sigaud estão expostas em 102 perguntas e respostas no livrinho *Catecismo Anticomunista,* que ele publicou em 1963. O mensário mineiro *De Fato* (nº 12) descobriu um dos 60 mil exemplares do catecismo e selecionou algumas idéias do arcebispo, que *Coojornal* publica agora.

O que é o comunismo?

O comunismo é uma seita internacional, que segue a doutrina de Karl Marx e trabalha para destruir a sociedade humana baseada na lei de Deus e do Evangelho, bem como para instaurar o reino de Satanás neste mundo, implantando um Estado ímpio e revolucionário e organizando a vida dos homens de sorte que se esqueçam de Deus e da eternidade.

Que pensa a seita comunista a respeito da natureza humana?

Para a seita comunista o homem é um simples animal; embora mais evoluído do que o boi e o macaco, não passa de animal.

O comunismo ensina a respeitar as famílias?

Como o homem é um animal, a família vale tanto como um casal de bichos. Por isso o comunismo ensina a dissolver as famílias, a violentar as mulheres dos povos que não são comunistas, e a respeitar as "famílias" dos que o são.

Que aconteceria às nossas famílias católicas se o comunismo dominasse o Brasil?

Os pais que resistissem à profanação do seu lar poderiam ser mortos; as filhas e esposas ficariam expostas à violação; as famílias perderiam suas propriedades e seriam arruinadas e destruídas.

Que se entende por classe social?

Classe social é um conjunto de pessoas — e suas respectivas famílias — cujas funções na sociedade são diversas, porém iguais em dignidade. Exemplo: advogados, médicos, engenheiros, fazendeiros, oficiais das Forças Armadas, apesar da diversidade de suas funções, constituem com suas famílias uma mesma classe social. Todas as classes sociais são dignas, mas não iguais em dignidade. Por exemplo: o trabalho manual é digno e foi até exercido pelo Verbo Encarnado; todavia, a dignidade do trabalho intelectual é intrinsecamente maior; o espírito é mais do que a matéria.

Nos países não comunistas, o comunismo quer melhorar a situação dos operários?

Não. Nos países não comunistas o comunismo quer que os operários fiquem tão miseráveis que cheguem ao desespero, e assim provoquem greves e desordens, as quais os comunistas aproveitarão para derrubar o governo legítimo e implantar a sua ditadura.

Quem inventou esse regime?

Quem inventou esse regime foi Satanás, que sabe que o melhor meio de levar os homens à perdição eterna é fazê-los rebelarem-se contra a ordem constituída por Deus.

Como é que Satanás consegue adeptos para este regime?

Prometendo aos homens o paraíso na terra se eles renunciarem a Deus e ao céu. Satanás consegue enganá-los como o fez com nossos primeiros pais, e o resultado é o inferno na terra e na eternidade.

Qual o ideal remoto da sociedade comunista?

A sociedade comunista ideal, diz a seita, será, depois dos horrores da ditadura do proletariado, uma só cidade sem classes nem proprietários, onde todos serão iguais, todos trabalharão, cada qual segundo as suas forças, e cada um receberá da sociedade tudo o que precisar. Será este o paraíso na terra.

Este ideal corresponde à vontade de Deus?

Este ideal é oposto à vontade de Deus em pontos essenciais. Deus quer que cada indivíduo procure o seu bem-estar por seu esforço pessoal, amparado pelo Estado, mas não substituído por ele. Deus quer que entre os homens haja desigualdade, as famílias formem classes distintas, umas mais altas que as outras, sem hostilidade recíproca, com caridade, e sem exagerada diferença: não deve haver alguns miseráveis, e outros excessivamente ricos.

Qual a última causa da desigualdade entre os homens?

A última causa da desigualdade entre os homens é a sua liberdade. Dada à natural desigualdade de talentos e virtudes entre os homens, estes só podem ser mantidos num mesmo nível econômico e social mediante uma ditadura de ferro, que suprima toda a liberdade e toda a iniciativa.

A justiça social manda que todos sejam iguais em fortuna e posição social?

Não. Que todos os indivíduos e famílias fossem iguais seria uma injustiça social, porque importaria na destruição da liberdade, da iniciativa privada e do direito dos filhos herdarem dos pais. A boa sociedade católica e humana é desigual, hierarquizada.

Ivete: críticas implacáveis

Villela: rosas vermelhas

Críticas fora do vídeo

Os espectadores da TV Difusora, canal 10, ainda não devem ter entendido o que aconteceu com a jornalista Ivete Brandalise, que desapareceu inexplicavelmente de seus vídeos desde 22 março. Mas a dúvida não é só deles: a própria Ivete ainda não sabe com certeza por que saiu do ar.

Profissional com 14 anos de rádio, jornal e TV, ela foi apresentada ao público do canal 10 como uma grande aquisição que iria enriquecer o principal noticioso da emissora, o *Câmera 10,* com o sabor de seus comentários e suas críticas.

A direção da Difusora gastou dois meses para convencê-la e anunciou a sua estréia com entusiasmo em anúncios de jornal e chamadas na própria emissora lançadas ao ar durante 15 dias. Foi nesse clima que ela fez o seu primeiro comentário, dia 7 de março, uma crônica de 2 minutos falando sobre o rompimento do acordo militar entre Brasil e Estados Unidos.

Um bom comentário, mas com um senão: o assunto era proibido pela censura e o funcionário que recebera a ordem (quem sabe contagiado pelo entusiasmo geral) simplesmente esquecera de avisar ao departamento de notícias. Mas não foi nada, a Polícia Federal aceitou rapidamente as explicações sobre o mal-entendido dadas por Ivete e Fernando Guedes, chefe do telejornalismo.

Foi o único incidente até o 16º dia. No 17º, porém, quando saía para gravar o programa, Ivete recebeu um telefonema da direção: "Não gravas hoje, amanhã explicamos".

No dia seguinte, o diretor administrativo da TV, frei Borghetti, limitou-se a dizer que ela "não interessava mais à emissora".

Depois de um diálogo áspero, o frei admitiu que não podia revelar a causa, "talvez daí a dois anos". O chefe do telejornalismo, Fernando Guedes, disse a respeito: "Apenas fui informado pela direção de que Ivete não trabalhava mais aqui".

Disposta a saber os verdadeiros motivos, a jornalista foi à Polícia Federal, ao Dops, informou-se no III Exército e no Palácio Piratini. Nada, nenhum indício. "Pelo que me disse o frei, não tenho dúvidas que houve pressões externas, mas não consegui saber de onde", disse Ivete.

Restou como suspeita para ela e seus colegas do telejornalismo da Difusora a Prefeitura Municipal, único lugar onde poderia haver interesse em tirá-la do ar. Ivete tem sido a mais dura crítica da atual administração municipal. "O inspirador político do prefeito é Pôncio Pilatos", disse ela numa crônica logo nos primeiros dias da posse de Guilherme Villela, querendo dizer que o prefeito se omitia nas questões importantes.

Daí em diante, sua crônica na Rádio Guaíba e sua coluna na Folha da Tarde tiveram como alvo freqüente o prefeito Villela, a quem considera "um homem fraco e inseguro". Em fins do ano passado, um emissário do prefeito chegou a procurá-la na Rádio Guaíba para saber se ela era movida por algum motivo particular. "Não conheço o prefeito pessoalmente nem ele me conhece, ataco o administrador", teria respondido Ivete. Depois disso, o prefeito apelaria para atitudes mais pessoais. No dia em que a encontrou pessoalmente fez um ar surpreso e disse: "Sabia que a senhora era muito inteligente, não sabia que era também muito bonita". E no dia do aniversário de Ivete, mandou-lhe uma dúzia de rosas vermelhas com uma extensa e algo arrebatada dedicatória.

As críticas, porém, continuaram e com a entrada de Ivete na TV passaram também ao vídeo. Dos 16 comentários que fez, 7 faziam críticas à administração municipal, inclusive os três últimos. No dia da demissão, Oly Facchin, secretário do governo municipal, foi visto entrando na sala do Frei Borghetti.

E. Bones

A TARDE

Fundador Ernesto Simões Filho

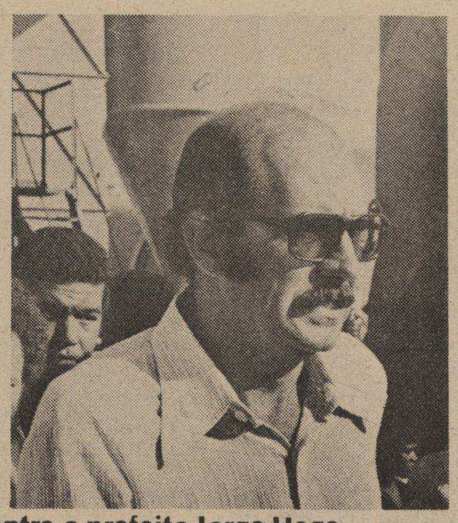
SALVADOR, BAHIA – TERÇA FEIRA, 28 DE MARÇO DE 1977

Demitido o Prefeito da Capital

O castigo da incompetência

Ângelo Sá garante mais incêndios para a Bahia

Óleo diesel foi proibido


O maior jornal da Bahia comandou a campanha contra o prefeito Jorge Hage

Atacou a especulação, é ex-prefeito

A maior cidade do mundo ocidental sem esgotos é Salvador: apenas 10% das moradias da cidade são servidas por esgoto. Outros 40% da população da capital baiana não são servidos por água potável, mais de 50% da população economicamente ativa estão no chamado mercado informal de trabalho (sem remuneração fixa nem carteira assinada), 41% têm renda familiar abaixo de três salários-mínimos.

Falar destes problemas públicos custou o cargo de prefeito ao técnico Jorge Hage. Ele foi derrubado no fim de março, depois de violenta campanha do jornal A Tarde, tendo como bandeira uma entrevista que o prefeito deu ao mais importante diário americano, o New York Times, na qual expunha francamente as mazelas urbanas de Salvador. Na verdade, a briga era mais antiga.

Com a cômoda posição de quem tem a maior tiragem da Bahia (35 mil exemplares), A Tarde sempre teve condições de barganhar os seus interesses e os de seus principais anunciantes do setor imobiliário. Foi o que levou o jornal a mover uma campanha contra o prefeito, que assumira o cargo decidido a tentar humanizar a cidade, descaracterizada pela sempre impune especulação imobiliária.

Para começar, reajustou os valores dos imóveis para efeito de cobrança do Imposto Predial. Aumentou entre 20% nas zonas mais pobres até 80% nos bairros classe A.

Calçadões foram construídos, levando em conta o fato de que apenas 19% da população de Salvador, que possui 1.300 mil habitantes, se deslocam de casa para o trabalho em automóvel, enquanto 31% vão a pé, ferindo assim a velha tradição que dá prioridade ao automóvel.

Hage atraiu mais ira para si ao mudar o enfoque dos investimentos municipais, que passaram dos bairros nobres e do centro da cidade para os bairros populares e periféricos.

A ira do jornal A Tarde cresceu quando a Prefeitura começou a cobrar impostos atrasados. Entre estes estava o Imposto Predial do vespertino, cerca de Cr$ 200 mil referentes a cinco anos de atraso.

A entrevista concedida ao New York Times serviu de motivo para A Tarde pedir a cabeça do prefeito. Editoriais e repetitivas matérias afirmavam que o prefeito estava denegrindo a imagem do país no exterior e — pasmem — que insinuou "aos norte-americanos que um país como o Brasil, com os graves problemas sociais — que exagerou — não devia investir nas etapas de progresso tecnológico a que aspirava" — referindo-se ao acordo nuclear então em debate.

No episódio todo, o governador Roberto Santos preferiu a opção mais simples, isto é, sacrificar o prefeito (que chama agora de ex-amigo) em troca do apoio do jornal.

O jornal, não satisfeito em demitir um prefeito e indicar o novo (num sábado fez uma ampla reportagem com o deputado federal Fernando Wilson Magalhães, presidente da Arena do Estado, que na segunda-feira seria indicado prefeito), acusou Hage de estar cercado de esquerdistas. Resposta do ex-prefeito, em entrevista: "A forma mais óbvia e desmoralizada, e que precisa ser denunciada a cada passo, é essa de taxar de comunista a quem cuida do interesse público".

Paolo Marconi

Tênis, arte e vela em revista

Entre março e maio deste ano, o mercado nacional de revistas estará contando com três novas publicações mensais: *Vela e Motor*, já nas bancas, desde o mês passado; *Tênis Esporte*, com seu primeiro número sendo lançado agora, em abril; e *Arte Hoje*, programada para o mês de maio. Todas elas são da Rio Gráfica Editora, propriedade de Roberto Marinho (Sistema Globo de Televisão, Sistema Globo de Rádio e jornal O Globo).

Vela e Motor é específica de esportes náuticos e pode incluir também reportagens sobre pesca oceânica. Tênis Hoje se dedicará aos esportes de raquete (e conforme o caso cobrirá competições de tênis de mesa ou até "frescobol"). Arte Hoje, além das chamadas "discussões estéticas", pretende ainda orientar o investidor no mercado de artes.

Milton Coelho da Graça (ex-repórter e ex-diretor de Realidade) é o responsável pela divisão de projetos especiais da Rio Gráfica e redator-chefe das três revistas: "Sabemos de tentativas anteriores com esses tipos de revista. Mas a feitura artesanal delas transformou-as em revistas de paróquias. Nosso plano é editá-las num esquema profissional, sem esquecermos, porém, que não terão grande tiragem; Vela e Motor deverá se estabilizar nos 18 mil exemplares, Tênis Hoje nos 22 mil e Arte Hoje nos 12 mil exemplares", declara Milton Coelho.

Em matéria de empregos, esses projetos especiais começam a produzir os primeiros resultados: 25 jornalistas contratados — entre Rio e São Paulo — mais os *free-lancers* costumeiros. Dentro de seis meses, as três revistas devem ter atingido (com circulação nacional) a sua estabilidade.

Uma crônica do Rio maravilha

Por Euclides Torres*

O Rio é como um imenso palco, com 4,8 milhões de figurantes, quase todos procurando desempenhar o papel principal. Ninguém quer ser coadjuvante.

No palco, a peça encenada é uma festa, onde os moradores das áreas baixas, tanto da Zona Sul como da Zona Norte, bebem e comem na sala. E são protegidos dos penetras das favelas por porteiros nordestinos, sempre atentos nas portas dos edifícios, cantarolando Asa Branca.

Os penetras são audazes. À noite, descem de suas malocas nos morros e ficam rondando, à espera de que o contra-regra indique a hora de entrarem em cena.

Em março, numa das principais ruas do Meier, Zona Norte, os penetras estabeleceram os recordes de gafes dramáticas ao completarem um ciclo curioso: conseguiram entrar na festa (leia-se lojas) de todos os comerciantes, pulando pelos telhados. No script não constava o uso dos pés-de-cabra, mas os figurantes não obedecem muito ao contra-regra. Eles têm imaginação criadora.

Noventa e um cadáveres apareceram na Baixada Fluminense no mês passado. Isto também foi uma improvisação dos atores, pois há alguns meses estas notícias de julgamentos e execuções clandestinas estavam reduzidas por intervenção das autoridades federais, aliás, do diretor de cena, preocupado com o que os críticos teatrais, ainda em atividade, poderiam supor e escrever.

No segundo ato falta bebida na festa, mas é tarde e ninguém se anima a sair à noite porque todos leram no jornal de ontem o assalto e a morte de um obscuro figurante.

Quando o pano abre para o terceiro ato, a violência continua. Na Central do Brasil, os trens suburbanos partem repletos de gente sonolenta, malandros e penetras, à espera do momento adequado para tirar a carteira do operário dorminhoco, a caminho de casa.

E em Copacabana, a polícia ocupa um edifício de 12 andares durante horas e mesmo assim deixa escapar um assaltante que esperou três dias dentro da caixa d'água do prédio. O diretor de cena não gostou deste erro dos atores, que quiseram aparecer no papel principal e o ponto, que nesta hora lia o script para os figurantes esquecidos, chateado, também subiu ao palco e falou como Riobaldo, o personagem de Guimarães Rosa: "Viver é muito perigoso".

Perigoso mesmo é entrar na favela do Muquico, por exemplo, ver ao lado da miséria, da promiscuidade, das doenças, toda aquela gente humilde que veio ao Rio procurar viver melhor e que ficam em contato direto com os penetras, nesta hora preocupados em dividir os resultados de sua astúcia e audácia. Sobreviver é muito perigoso.

Os espectadores-figurantes reclamam do excesso de violência e o diretor então manda todos deixarem de lado o script original, onde estão narradas as ironias e violências cariocas, como o riso do motorista de ônibus para os três envolvidos num acidente de trânsito, às sete horas da manhã:

— A essa hora e vocês já estão aprontando?

Amenidades? São 4,8 milhões em ação, isto é, bancários, médicos, jornalistas, trabalhadores do metrô, em qualquer lugar, no ônibus ou nas repartições públicas, a falar do assunto preferido na última semana de março: as cenouras. Pois não é que um dos atores, galã de novela, teria sido hospitalizado com lesões, após estranhas práticas com uma casta cenoura? Há quem diga que foi um áspero pepino.

Depois disso, virou brincadeira presentear amigos com cenoura, mas há gente que não come mais cenouras, desconfiada de sua procedência.

Um dos figurantes quer falar em política. Isto não está no roteiro e o diretor acaba com o caso, afirmando:

— Política não entra aqui. Ninguém vai compreender que no Rio o MDB é arenista.

Num canto do palco, um edifício redondo na Lagoa Rodrigo de Freitas, e no décimo andar, uma festa. Participam diversos estudantes e entre eles um acadêmico de Direito, português, que agora mora no Brasil. Entra em cena para contar a história de uma outra festa, da qual participou, em Lisboa. Falou que dos 30 convidados, 14 pertenciam a partidos políticos diferentes. Depois, não sei por que, ele perguntou quantos times de futebol e escolas de samba havia no Rio. Disseram: 15 times de futebol e 30 escolas de samba.

Agora, um ator lê um jornal e comenta com o executivo impaciente que espera o frescão(*ônibus urbano com ar condicionado):*

— Diz aqui que a Varig deu uma passagem de ida e volta Rio-Paris a uma juíza do trabalho, que na volta julgou uma ação trabalhista de um comandante da Varig contra a companhia. E diz aqui que a ação foi julgada a favor da Varig. Sabe, a companhia de aviação e a juíza falaram que isso é direito, essa história de passagem, por ser a juíza mulher de um funcionário aposentado da Varig.

Quando o frescão não parou no ponto, o executivo entrou num ônibus comum, mas desceu imediatamente, brabo, porque o cobrador não tinha troco e ninguém quis completar, em centavos, o que faltava para pagar sua passagem.

A peça vai chegando ao fim e o diretor agora entra em cena para justificar as reformas judiciárias, digo as reformas no script, impedidas por uma minoria de figurantes ditadores. Esta reforma no script motivou primeira página durante uma semana, na imprensa carioca.

Já é tarde e os penetras voltam aos morros, onde serão vigiados por um exército de sentinelas infantis, capazes de fazer chegar em suas malocas com rapidez espantosa o aviso: a polícia está no morro. São as crianças das favelas.

Antes do final da peça, aparecem os executivos que serão somente uma parcela daqueles dois milhões, que diariamente sobem e descem nos 25 mil elevadores do Rio. Na Central do Brasil, um operário espera o trem. Que não vem.

O diretor grita antes dos espectadores-atores se retirarem: amanhã tem mais, o preço é o de sempre. Quem mora no prédio não paga nada. Os do morro terão que apunhalar o porteiro para entrarem na festa. Pelas costas, de preferência.

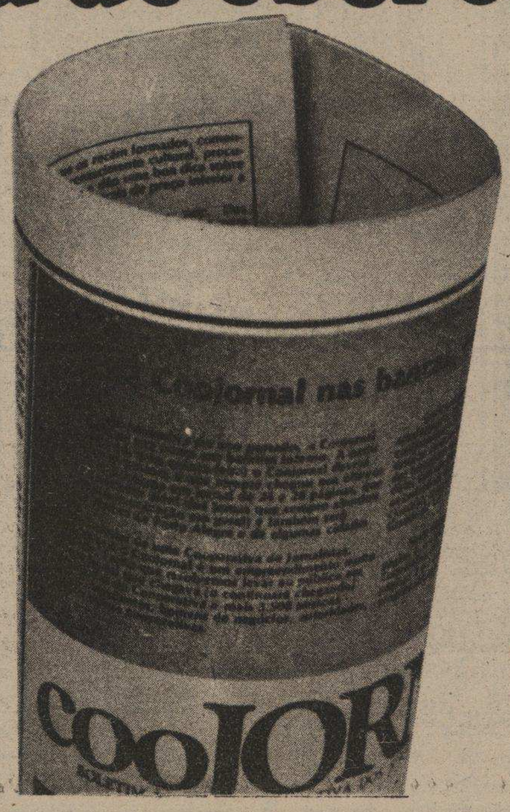
***Euclides Torres, gaúcho, é repórter de O Globo, no Rio.**

Martins & Andrade

Nem todos os jornais podem ser feitos com uma tesoura e uma máquina de escrever

Principalmente quando entra uma coisinha chamada consciência profissional na história.
Coojornal é um exemplo disso. Um feliz exemplo. De jornalismo corajoso. Feito com talento, suor e muito idealismo. Como todo jornal deveria ser.
É gostoso ver profissionais reunidos, dispostos a levar em frente um trabalho sério.
É motivo de orgulho para a gente ver o Rio Grande do Sul mostrando pro Brasil como se faz jornalismo.
Vamos lá Coojornal.

Nós também estamos apostando em vocês.



GRUPO OLVEBRA

Os fundadores da nova cooperativa

Foto Coojornal

Outra cooperativa de jornalistas

Quase três anos depois de fundada a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, surgiu a segunda cooperativa no gênero no Brasil. Na noite de 2 de abril, um sábado, foi fundada em Londrina a Cooperativa dos Jornalistas do Paraná Ltda., com a sigla COPJORNAL.

Os 24 fundadores esperavam chegar a 40 na semana seguinte. A cooperativa se propõe a organizar e editar a produção jornalística de seus associados e executar serviços de imprensa e propaganda, entre outros objetivos. Entre os planos futuros está a edição de um semanário; por enquanto, a COPJORNAL se dedicará à execução de quatro jornais e boletins para empresas.

A cooperativa tem sede em Londrina, mas sua área de ação se estende por todo o Paraná. A primeira diretoria é formada por Leonardo Henrique dos Santos (chefe de reportagem do jornal Folha de Londrina), presidente; Maria Cristina Siqueira de Toledo, vice-presidente; e Hiran Medeiros Hollanda Júnior, secretário. Tem ainda um Conselho de Administração (cinco titulares e cinco suplentes) e um Conselho Fiscal (três titulares e três suplentes).

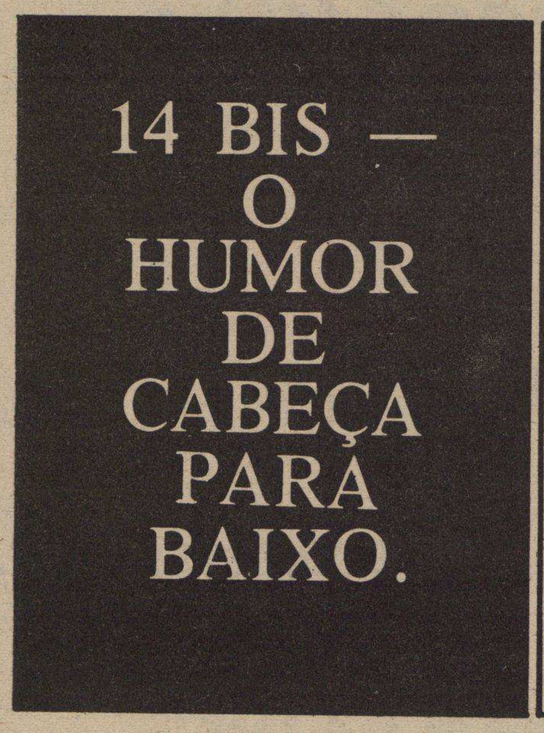
E surge mais um jornal em Salvador

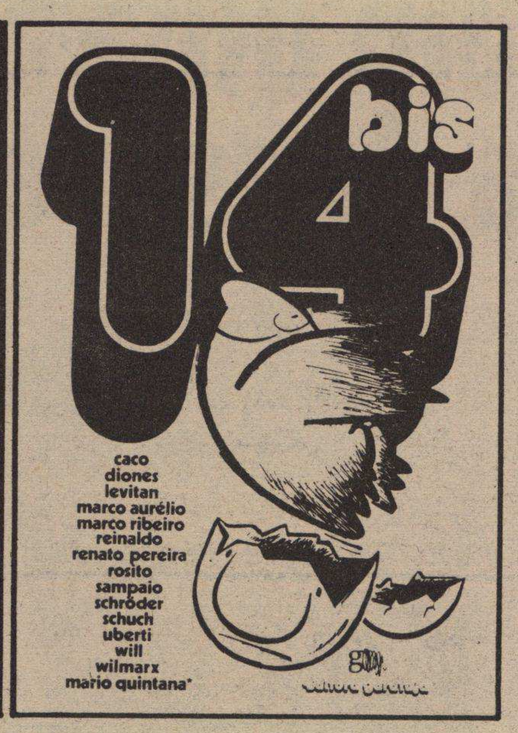
Surge um novo jornal em Salvador, o *Invasão* reunindo cerca de 50 jornalistas locais.

"Nossa intenção é fazer grandes reportagens, voltadas principalmente para os problemas das camadas populares", explica Emiliano José, repórter da sucursal de O Estado de S. Paulo e um dos componentes da redação do novo jornal.

O primeiro número do mensário de 32 páginas, lançado no fim de março com uma tiragem de cinco mil exemplares, trata de assuntos polêmicos, a começar pela poluição, por cadmio e chumbo provocada por uma empresa do grupo francês Penarroya e que vem causando impotência, abortos e doenças nervosas nos moradores de Santa Amaro da Purificação — assunto desprezado pela chamada grande imprensa.

Mas a principal matéria ficou por conta de uma entrevista com um vereador recém eleito pela Arena para a câmara de Salvador. Ele diz que "Arena e MDB são chifres da mesma cabra" e por aí vai, demonstrando estar muito mais perto do programa de um oposicionista do que de um homem do governo.



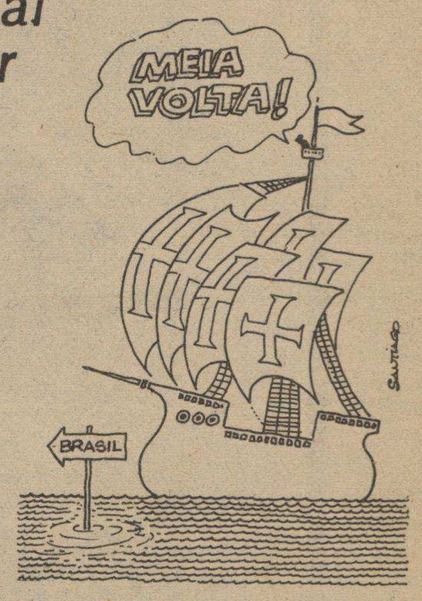


14 BIS transporta toneladas de riso e hilariantes passageiros. E em caso de pane, dá barrigadas na pista e explode em gargalhadas. Cr$ 40,00. **14 BIS** está em todos os aeroportos, isto é, livrarias.

Uma publicação da Editora Garatuja Ltda.
Rua 24 de Outubro, 79 — 90.000 - Porto Alegre — RS

Conheça o Brasil, com paciência e dinheiro

As desventuras de um casal que se atreveu a viajar por este país



Tudo começou com uma longa discussão para decidir onde eu e minha mulher Anne Mary iríamos passar as férias. Sonhamos muito, Europa, Argentina, Punta del Este, mas os 20 mil cruzeiros de que dispúnhamos e um certo sentimento de culpa incutido pelas propagandas da Embratur, essas que insinuam que a gente não conhece nada da terra em que vive, acabaram sendo decisivos. Vamos descobrir o Brasil, já que os anúncios insistem tanto.

Houve abraços e quase lágrimas quando chegamos ao acordo quanto ao roteiro, originalíssimo por sinal: Salvador, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife.

Já na saída oficial do Rio, onde mora a família de Anne, o primeiro problema. Em meio a malas, família, fotos no aeroporto supersônico, entrego as passagens ao setor competente. A funcionária aciona os 40 botões do computador e ele responde: não tem registro. Como que não, argumento. Pois é, diz a mocinha, se o computador não registra o senhor não pode viajar.

Vou ao balcão da gerência queixar-me do computador. Meu amigo, reservei estas passagens há um mês e agora seu computador não me registra. Eu quero lhe avisar que se eu não entrar neste avião vou dar queixa dos senhores diretamente à Embratur. Eu quero descobrir o Brasil, meu amigo. O seu avião representa para mim o que as caravelas foram para Cabral. Por favor...

A tese sensibiliza passantes que juntam-se à minha volta desferindo críticas à companhia de aviação. De repente surge uma moça providencial assegurando que era o meu nome que estava errado na listagem do computador. Tente imaginar a nossa alegria. Vinha passando um dos encarregados da limpeza do aeroporto e eu o abracei vibrando. Consegui, consegui, vou descobrir o Brasil.

Fui. Cheguei em Fortaleza dez da noite. No hotel onde tinha reservas o recepcionista foi atencioso: Olha, doutor, o senhor tinha reservado um quarto grande, mas ocorreu um problema e nós só temos um pequeno. Seriam poucos dias, pensamos e aceitamos. Tive a nítida impressão de estar entrando num bonde. Cheguei a procurar os assentos e só quando caí sobre uma das camas é que me dei conta de que ali era realmente um quarto.

Está certo, pensei, hotel de porte médio, só 340 cruzeiros de diária, não dá pra exigir muito mais. Era melhor tomar um banho. Abre-se o chuveiro, mas cadê água quente? Eu sei, Fortaleza é quente, mas acontece que detesto banho frio. Com a ducha fria sobre o corpo, esvaía-se também meu espírito aventuresco. Anne Mary mantinha o moral da família: Nos outros vai ser melhor, espera, calma. Prosseguiria o discurso não fosse uma tranqüila baratinha a passear sob seus pés.

Na saída, com o bolso menos pesado em mil cruzeiros por dois dias e meio de estadia e menos 200,00 de taxas por serviços prestados, voamos para Natal. Já estive lá, é uma beleza, vou dizendo a Anne Mary. São muito sérios e atenciosos no Hotel Reis Magos. Mas lá a primeira reação já me faz tremer: o recepcionista me olha desconfiado quando digo meu nome e menciono minha reserva para hoje. Nada consta! Depois de muitas discussões pedi para ver a lista de reservas e, mais uma vez, o nome estava errado. Desfeito o equívoco — mas não o meu remorso por ter nascido com este sobrenome complicado — do quarto mesmo liguei para João Pessoa, direto para o Hotel Tambaú.

Hotel Tambaú, às ordens. Eu tenho uma reserva para depois de amanhã e gostaria de confirmá-la. Dito isto, cruzei os dedos e minha mulher foi ligeiro acender uma vela ao Senhor do Bonfim. Em vão. Não havia reservas. Nosso humor só melhorou quando Anne lembrou que o Reis Magos tinha piscina, Natal era banhada pelo mar, e lá fora fazia 40 graus!

Mas resolvemos cumprir nosso roteiro e fomos a João Pessoa. E resolvi também insistir no tal Hotel Tambaú. O recepcionista puxou o seu livro e lascou: Desculpe, sua reserva era para ontem. Para hoje não há mais vagas. Homessa! Fiquei louco. Lembrei ao cidadão a conversa que tivera dois dias antes pelo telefone, ele não arredou pé, tive de mandá-lo enfiar as desculpas onde bem entendesse.

Fomos para um hotel no centro da cidade e telefonamos para Recife. Desta vez os dedos cruzados adiantaram: confirmaram nossa reserva no Hotel Miramar. Anne e eu dançamos de contentamento, profundamente contagiados pela gentileza do povo pernambucano.

Em Recife, olhei para o motorista de táxi e disse com voz de dono do mundo: Toca para o Hotel Miramar. Meio surdo, o chofer demorou a entender mas nos carregou para o hotel onde o drama da reserva se repetiu. Pedi para ver a lista, o rapaz disse que não podia mostrar, ordem da direção. Ameacei enfiar-lhe a mão na cara. Foi então que descobri que estava no Hotel Mar, e não Miramar. Pega o motorista do táxi que eu mato aquele infeliz! Você deve estar curioso para saber o que fez o recepcionista. Eu também: virei as costas e nem olhei pra trás.

No Miramar — finalmente! — já estávamos no elevador quando a moça da portaria disse que havia um pequeno problema. Além da diária, que era de 552 cruzeiros, o hotel estava em regime de meia-pensão, isto é, os hóspedes eram obrigados a fazer pelo menos uma das refeições no hotel. Com isto a diária ia pra 730 cruzeiros.

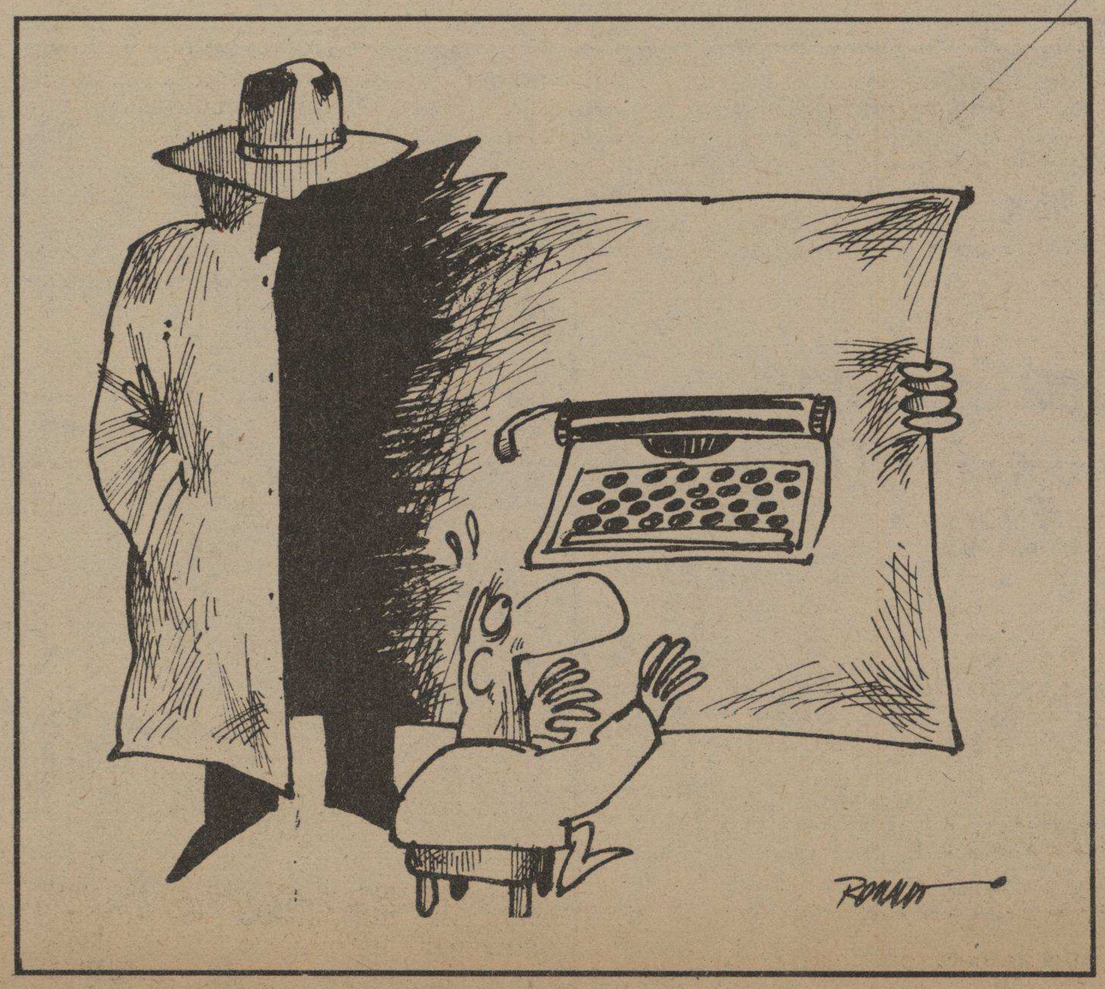
Nem reagimos. Já estava lá por qualquer preço. No fim, pagamos 872 cruzeiros por uma diária do hotel. E fomos para Salvador, onde em vez de hotéis nos hospedamos na casa de amigos, na Pituba. Que nos receberam com compreensível estranheza, pois antes de qualquer cumprimento a primeira coisa que me ocorreu foi uma pergunta. As reservas para Arteche estão confirmadas?

Finda a epopéia, só posso garantir uma coisa: se Cabral soubesse quanto custa descobrir o Brasil atualmente, ele não se atreveria a tal façanha.

Luís Alberto Arteche

Repórteres ainda mais encurralados

A nova Lei de Imprensa não surgiu com os pacotes de abril, mas ela vem aí com um objetivo bem definido: valorizar as informações oficiais



Estamos no limiar de uma nova Lei de Imprensa. Seu objetivo coincide com as que a antecederam: dar aos jornalistas a oportunidade teórica de exercer sua liberdade de expressão, porém com responsabilidade. O autor de notícia que ultrapasse o limite da verdade provada estará sujeito a uma punição legal.

A pena pode ser atenuada pelo desmentido que, segundo a lei, deve ser publicado no mesmo lugar e com igual destaque.

Aparentemente, nada de novo. Nem mesmo a substituição das penas de prisão por multas poderia ser considerado um fato negativo, pois esse é o sistema adotado para crimes de imprensa na maioria dos países desenvolvidos.

O que intriga no caso brasileiro é o enfoque que aparentemente move a pena de seu redator, quando se diz que a nova lei visa robustecer o arsenal de limitações à notícia imposto pela legislação anterior.

O rito sumaríssimo seria o ponto mais importante a ser considerado, pois aí reside o que poderíamos chamar de "o ponto". Antes, no entanto, é bom relembrar qual tem sido a atitude dos jornais relativamente às notícias inverídicas que eventualmente publiquem. Em primeiro lugar, comprovado o erro, mesmo antes que a vítima invoque suas proteções legais, os jornais, por iniciativa das próprias redações, publicam seus desmentidos. Internamente, comprovada a má-fé ou incompetência do autor, tomam-se medidas administrativas, não raras vezes despedindo o funcionário. Então, por que a nova lei?

O rito sumário dá à pretensa vítima todas as armas: 1) dificuldade para o repórter juntar provas; 2) impede que desmentidos "frios" sejam superados pelos próprios acontecimentos. Neste caso, quando o processo chega em julgamento, o desdobrar dos acontecimentos por si só já comprova a má-fé da vítima.

No entanto, pessoas que já tenham tido alguma vez responsabilidade por uma redação sabem perfeitamente o impacto de tal legislação sobre um mercado composto majoritariamente por jornalistas jovens e de reduzida experiência. Apressados pela tremenda carga de trabalho normalmente atribuída a um único profissional (há jornais que dão até cinco pautas diárias para um repórter), ao mesmo tempo em que o Sistema fechado dificulta o trabalho de apuração da notícia, a lei parece colocar o jornalista num beco sem saída.

De um lado a pressa, de outro a dificuldade de informação. Nesse beco movimenta-se o repórter sob o fogo cerrado de interesses e versões deformadoras da notícia. Em geral nas próprias redações os mais velhos aparam as caneladas, *numa atitude que, muitas vezes, os jovens chamam de censura interna, quando esta (a autocensura) na verdade se exerce sobre um grande volume de informações que correm publicamente entre pessoas da mais alta responsabilidade, mas as quais ninguém ousa publicar nos jornais.*

Teríamos de concordar, então, que a nova lei visa atingir a notícia que peca em alguma imprecisão de detalhe, por ser escrita por um profissional independente. Pois, é claro que o elogio e a autopromoção do press release *nunca aponta um problema ou corre o risco de ser desmentido pelo autor.*

Aí está a raiz da equação, ou o X do problema: a nova lei visa intimidar os empresários particulares e o próprio corpo de funcionários das empresas, promovendo um melhor aproveitamento dos press releases, *as informações sob encomenda enviadas por assessorias de imprensa.*

Quem tem prática de vida de redação sabe como funcionam as coisas. Entre uma notícia de um repórter, colhida junto a uma fonte oficial, e um press release *emitido sobre um assunto, pequena é a diferença. Com raríssimas exceções, e assim mesmo em áreas especializadas do jornalismo, o trabalho do repórter acrescenta alguma coisa importante além do que foi dito pela fonte, e que seria transcrito no* press release *emitido por seu gabinete de imprensa.*

Contudo, um titubeio ou uma resposta mal dada pode levar a interpretações indesejáveis à fonte, uma vez que o repórter profissional tem, ali, somente o compromisso com sua empresa e, na maioria das vezes, também com o leitor. Essa pequena margem de descontrole, contudo, levou à radicalização da lei.

Poder-se-á também dizer que a maioria das fontes que manipulam repórteres soltando bombinhas *para hostilizar setores rivais da própria administração (pública, em geral) terão que começar a "matar a cobra e mostrar o pau", como se diz, pois nenhum repórter poderá publicar fatos sem ter em mãos provas razoavelmente concretas. Do lado dos jornalistas a nova lei forçará os profissionais a apurarem suas técnicas de investigação, o que, em muitos casos, servirá para trazer a público notícias mais profundas, melhor comprovadas e bem completas, diminuindo o número de casos que passam "pelo meio das pernas", com boas notícias perdidas no meio de um noticiário pouco explícito e nem sempre bem apurado. Isto porque, por maiores que sejam as dificuldades, sempre haverá jornais e jornalistas, ambos necessitando, para viverem, de notícias para o público.*

Se o efeito da lei será a supressão da censura ainda não se sabe, pois a proibição de notícias de agora tem ocorrido não em razão dos erros que elas eventualmente possam conter, mas, justamente, do que elas têm de verdade.

José Antônio Severo

escala

Andar de carro alugado em dias úteis faz bem ao seu bolso. Pergunte pra Auto Locadora Gaúcha.

Locações de 3 a 5 dias úteis têm desconto de 10%.

700 carros de várias marcas, modelos e cores.
Todos do ano e em perfeito estado.

auto locadora gaúcha

O carro que você quiser, na hora que você quiser. Sempre.

Conceição, 364 - Fones: 21-3333, 21-5555 e 24-5166
Estande permanente no Aeroporto Salgado Filho.
Fones: 42-4510 e 42-5363 - Porto Alegre

A imprensa e a face cor-de-rosa do modelo

Em conferência para os estagiários da Escola Superior de Guerra, no Rio, o publicitário Mauro Salles, presidente da Mauro Salles-Interamericana, uma das cinco maiores agências do país, falou sobre "Opinião Pública, Mercado e Comunicação Social no Brasil". Foi em setembro do ano passado, mas o conteúdo da conferência, considerado reservado, não foi divulgado. A seguir alguns trechos do que ele disse:

"Não há opinião sem informação. Não há opinião pública sem informação pública. Sem imprensa. Sem liberdade.

Enganam-se os que acreditam que a supressão da informação leva ao conformismo, ao consenso, ao acordo. Pode levar à revolta. Ou à apatia. Um e outro frutos lamentáveis, capazes de minar as estruturas da comunidade.

Já no fim deste ano, ou talvez no próximo, seremos a sexta nação maior do mundo, atrás apenas da China, Índia, URSS, Estados Unidos e Indonésia. No entanto, nosso mercado interno, no que toca a consumidores, não se dimensiona pelos quase 110 milhões de habitantes e sim pelos 38 milhões de brasileiros que participam da vida econômica, das atividades produtivas, da formação do grande bolo da riqueza nacional.

Na análise populacional, a extrema juventude das nossas camadas — mais de 50% dos brasileiros têm menos de 18 anos — explica em parte o fenômeno. (...) O Brasil deveria hoje ter um mercado interno de pelo menos 50 milhões de consumidores efetivos. A verdade, no entanto, é que ainda é imensa a faixa de população que vive no subemprego, que vegeta ao lado da sociedade produtiva, que está à margem de um consumo mínimo, que quase não ultrapassa os índices da mera sobrevivência.

O Ministério da Previdência, semanas atrás, divulgou trabalho no qual assinala que estes brasileiros de quarta classe, integrantes de um estrato social em que não são atendidas as exigências mínimas do comer, do vestir e do morar, *são perto de 20 milhões!*

Se fosse um país, teríamos com esta chaga um lugar entre os cinco maiores das Américas. E projetaríamos uma imagem de uma Biafra americana, recordista mundial de miséria, vinte milhões de uma subgente brasileira.

(...) *E é justamente aí que a indústria* da comunicação coletiva tem uma grande responsabilidade. A de trazer a opinião pública para dentro dos problemas, dos dramas, das opções. Os profissionais de comunicação e suas empresas, o rádio, o jornal, a revista, a televisão, o livro, o anúncio, a mala direta, o cartaz de rua, o folheto, não podem se esconder das crises ou esconder as crises. Não podem ficar de costas para as dificuldades, mostrando apenas a face rosa do espelho. O que devem é criar o debate que traga das crises o fermento, o desafio para o crescimento, a motivação para os esforços criativos que vão ser os pequenos ladrilhos, os azulejos deste grande mosaico que é o Brasil de amanhã.

Os profissionais da palavra, jornalistas, publicitários, homens de rádio e televisão, autores e compositores, acompanham com todo interesse a evolução do processo da censura no país, observando os seus desdobramentos e os seus caminhos futuros.

(...) Mas, na hora em que discutimos os problemas de opinião pública e dos meios de comunicação — essa avenida de mão dupla — é justo que se ressalte a urgência com que precisam ser removidos os últimos empecilhos ao restabelecimento da total liberdade de imprensa, condição essencial à institucionalização da democracia brasileira.

Não se imagine que o restabelecimento da liberdade de imprensa, em sua plenitude, representaria uma ameaça à segurança do Estado ou aos poderes constituídos. A Lei de Segurança Nacional e a Lei de Imprensa, originadas do Sistema, já incorporam um elenco importante de medidas destinadas a coibir os abusos e a atribuir responsabilidades nos casos de uso distorcido da liberdade de informar, de publicar, de opinar. Os limites das duas leis são claros. E acima deles ainda há a Constituição e os Atos Institucionais. Os jornalistas sabem disso. Os editores, os donos de jornais, também sabem.

Nos Estados livres, a imprensa é um sistema múltiplo em que atuam variadas empresas diferenciadas na propriedade e na opinião. (...) Esta liberdade é o grande fermento de opinião pública, é o estímulo à formação de uma opinião pública consciente, capaz de se pronunciar, de sair da inércia, não se contentando em ser o espelho opaco em que se pode transformar em um clima de meia liberdade.

Estou certo que os militares do Sistema, que são povo e nascem do povo, não estão em busca deste tipo de verdade carimbada. E certamente se mostraram à altura do momento ao enfrentar, com a seriedade devida, algumas crises recentes surgidas da divulgação de fatos representativos de desordem administrativa, de desídia, de incompetência e até mesmo de corrupção.

O episódio mostrou ainda o que a opinião pública já sentida há tempos: os administradores e os governantes estão demasiadamente sensíveis às críticas e aos críticos, às vezes confundido crítica com acusação pessoal, como disse Evandro Carlos de Andrade. Como decorrência disso, o sigilo passa a ser um escudo, as denúncias não precisam ser respondidas, os esclarecimentos não precisam ser prestados, o diálogo não acontece e a repartição, a autarquia, a secretaria do governo, o ministério, se dedicam a um monólogo olímpico, quase sempre insosso e vazio, que nem aos áulicos interessa mais. E o pior é que esse exemplo começa a frutificar em certas empresas privadas, que também acham cômodo fugir aos compromissos de informação e resposta às perguntas da opinião.

Isto tudo ocorre quando esta opinião pública começa a empurrar as portas e a exercer o seu direito de influir, de participar. São os parlamentares que descobrem que um discurso de idéias, um comunicado de crítica ou fiscalização, têm mais repercussão que as mensagens de clientela, os requerimentos de cidadão honorário. São os homens de pensamento que procuram e são recebidos nas páginas dos jornais para uma opinião assinada, independente, capaz de influir, de criar contradições férteis, de contribuir para soluções de problemas maiores.

São as seções de "cartas de leitores" que deixam de ser meras cestas de louvor, parabéns e cumprimentos para se colocarem nas páginas nobres dos principais periódicos, como verdadeiras tribunas livres, expressão da vontade que tem o público de opinar. Basta dizer que o Jornal da Tarde, o Globo e o Jornal do Brasil recebem mais de 500 cartas semanais cada um.

Esse trabalho de participação da opinião pública, através da imprensa, é uma enorme força positiva que precisa ser estimulada e aproveitada, como já o foi em outros tempos. Quando as grandes decisões são tomadas à luz da opinião pública, com sua participação e sua influência, esta mesma opinião se solidariza com os caminhos adotados e mostra-se mesmo disposta a compreender as crises e aceitar os insucessos.

Poucas pessoas sabem, por exemplo, que o mesmo jornal que na banca se vende a Cr$ 3,00 — dos quais 30% a 35% remuneram o jornaleiro e o distribuidor — tem um custo industrial que pode ir de Cr$ 4,00 a CR$ 8,00, ou seja, de duas a quatro vezes a receita líquida que a empresa recebe pela venda do exemplar. Esta diferença entre o custo do jornal e o que paga o leitor é arcada pela publicidade comercial. Em números grandes, os jornais como O Globo, O Estado de S. Paulo, Folha de São Paulo e Jornal do Brasil têm na publicidade de 70 a 80% de suas receitas, cabendo à venda avulsa e assinaturas os restantes 20 a 30%. O Correio do Povo, o Diário do Paraná, o Estado de Minas, a Tarde da Bahia, estão pouco abaixo da casa dos 70/30. A Zero Hora consegue ficar nos 50/50.

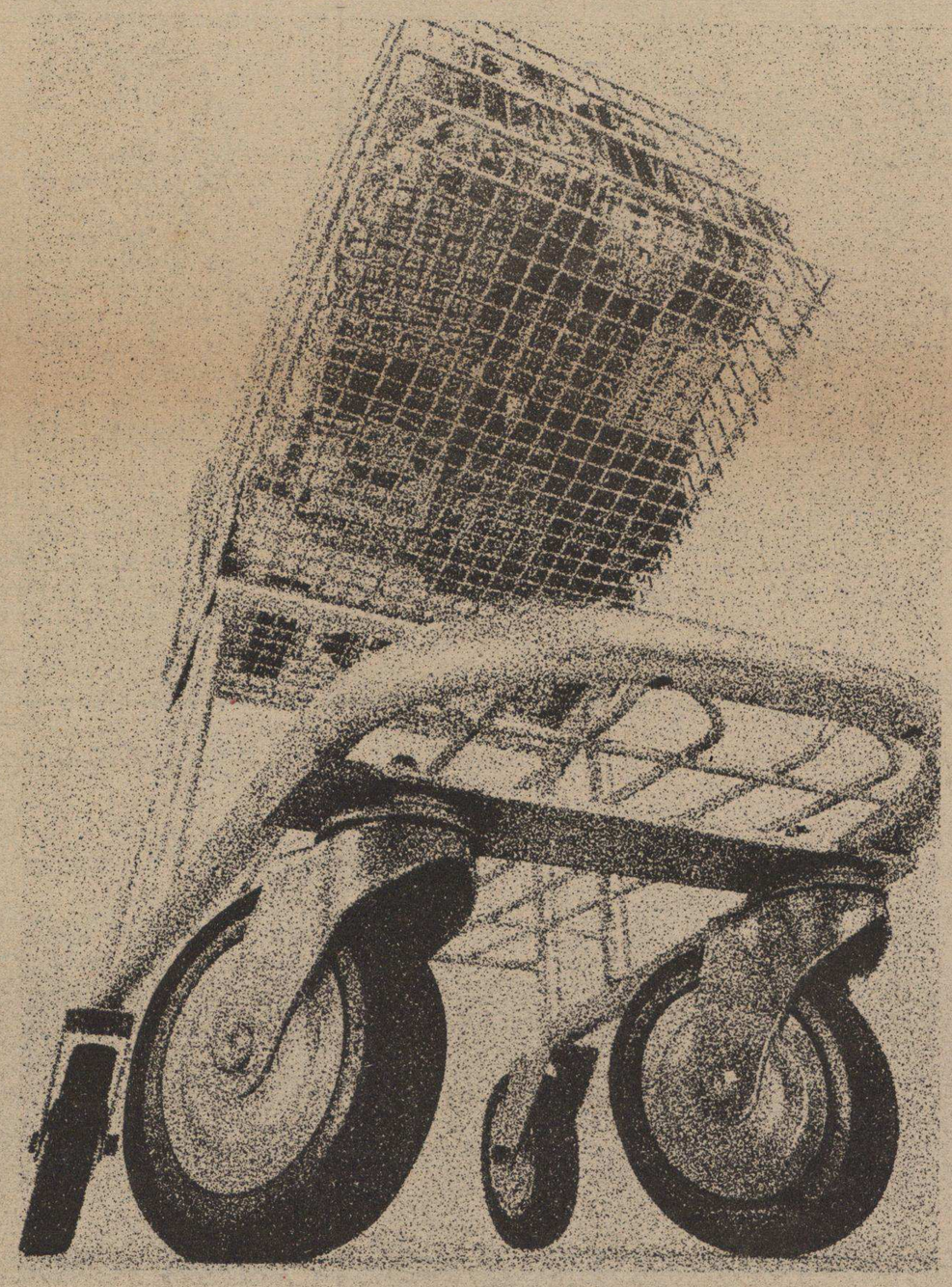
Nossa indústria jornalística coloca nas bancas 250 jornais diários, 700 semanários e mensários e uns 400 títulos de revistas e periódicos os mais variados. Mas o brasileiro lê pouco, consumindo, por exemplo 37 exemplares diários de jornais por 1.000 habitantes, enquanto a Argentina consome 154 e o Japão 519.

Toda a imprensa brasileira atinge a um potencial de leitores que não vai além dos 20% da nossa população. Talvez, com boa vontade, 25%. O que significa que mais de 80 milhões de brasileiros estão à margem de qualquer jornal, revista ou publicação regular.

Existem 64 emissoras comerciais de tevê no país, com mais de 12 milhões de aparelhos receptores, dos quais 1.600 mil são coloridos. A televisão brasileira, inaugurada em 1950, e que só em 1972 entrou na era da cor, alcança um público potencial de perto de 45 milhões de espectadores.

Os números mostram dramaticamente que 20% dos brasileiros estão à margem do rádio, 65% à margem da televisão e 80% à margem da mídia impressa, em números redondos.

Nestes tempos de crise
você precisa de um carro que
gaste pouco.



Use o do Real.

REAL
Supermercados ao gosto do freguês.

AMPLA

UM ACORDO INDIGESTO

O futebol vai arrecadar pelo menos 30 milhões de cruzeiros no Rio Grande do Sul em quase 300 jogos do Campeonato Gaúcho de 1977, segundo algumas previsões. É um dinheiro insuficiente para acabar com a crise financeira da maioria dos times inscritos no torneio — com raras excessões, todos eles chegarão ao fim da disputa na situação de sempre, isto é, com mais despesas do que receita.

É, no entanto, dinheiro mais do que suficiente para fazer com que o assunto que mais empolga a crônica esportiva de Porto Alegre no momento não apareça nos jornais. E não seja propriamente o futebol, mas o destino de uma parte desses milhões que os torcedores vão deixar nas bilheterias dos estádios entre março e julho.

A história é um faroeste sem mocinho, cujo enredo tem como ingredientes principais uma briga entre as duas empresas jornalísticas que disputam o mercado de anúncios e leitores no Rio Grande do Sul, uma série de denúncias contra o presidente da Federação Gaúcha de Futebol, xingamentos, ameaças e a introdução da censura no setor esportivo de uma parte da imprensa de Porto Alegre.

TAXA DE PROMOÇÃO

Tudo começa com um acordo entre Rubens Hoffmeister, comerciante de modos truculentos que há sete anos dirige a Federação Gaúcha de Futebol de forma controvertida, e o empresário Maurício Sirotsky Sobrinho, dono do jornal Zero Hora, cinco emissoras de rádio e a televisão de maior audiência no estado, a TV Gaúcha.

Por esse acordo, o grupo das empresas Sirotsky, conhecido como Rede Brasil Sul de Comunicações, torna-se co-patrocinador do Campeonato Gaúcho: a RBS veiculará, com exclusividade, uma ampla campanha publicitária destinada a aumentar o público dos jogos de futebol e terá participação nos lucros que a Federação ganhar com isso.

Segundo os termos do acordo, enquanto o total das rendas não superar 25 milhões de cruzeiros, a campanha será financiada por uma *taxa de promoção*, criada por Hoffmeister este ano e que corresponde a 6% da renda bruta de cada jogo.

Desses 6%, que no final do campeonato representarão 1 milhão e 500 mil cruzeiros se forem alcançados 25 milhões, 750 mil serão pagos à RBS pela veiculação dos anúncios. O restante será para pagar a Promox, uma pequena agência que criou a campanha e produz as peças publicitárias (aqui também a RBS terá uma parte pois todos os filmes para TV e os spots para rádio serão produzidos nos seus estúdios).

Fora isso, a RBS receberá uma percentagem por cada torcedor a mais que a sua campanha conseguir levar aos jogos. Para avaliar os efeitos da campanha, a Federação calculou um teto, correspondente a um aumento de 40% em relação à arrecadação total do ano passado. Este seria o aumento normal — 20% de aumento do preço dos ingressos e 20% de crescimento vegetativo do público. A partir daí, o que entrar a mais será considerado obra da campanha.

No ano passado, o futebol gaúcho arrecadou 18 milhões e 800 mil cruzeiros. Um aumento de 40% sobre esse total daria pouco mais de 25 milhões. Portanto, se o campeonato realmente chegar aos 30 milhões, a RBS terá participação em aproximadamente 5 milhões. A percentagem dessa participação é que não foi bem esclarecida (veja outra matéria nesta página).

EFEITOS COLATERAIS

Esse bolo todo, no entanto, não foi deglutido tranqüilamente devido aos efeitos colaterais provocados pelo seu recheio, espertamente preparado pela RBS.

Ao tornar-se co-patrocinadora do campeonato, ela deixou a sua concorrente, a Companhia Jornalística Caldas Júnior (Correio do Povo, Folha da Tarde, Folha da Manhã e Rádio Guaíba) numa situação incomoda. Pois com todos os seus veículos dedicando intensa cobertura ao futebol, a Caldas Júnior vê-se na condição de promotora dos lucros da concorrente, sem levar nada.

Publicamente, a reação da Caldas Júnior ficou restrita a críticas de seus acionistas à atuação de Hoffmeister como presidente da Federação, caracterizada por uma notória propensão a desviar partes cada vez maiores das rendas do futebol para os cofres da Federação e gastá-los de forma não muito convincente (segundo alguns cálculos, a Federação já retira em certos casos, um terço da renda dos jogos).

"Eu continuo pensando que é preciso haver explicações. Quero saber o que estão fazendo com o dinheiro do futebol. Mas é preciso pôr tudo em cima de mesa e por escrito. O futebol deve ser negócio aberto, claro, sem mistérios e sem segredos", afirmava Armindo Antônio Ranzolin, diretor do departamento de esportes da Rádio Guaíba, num comentário radiofônico inesperadamente transcrito no sóbrio Correio do Povo do dia 1º de abril.

Esse comentário teria, segundo se comenta nos jornais, provocado a ira de Maurício Sirotsky, que respondeu com um telefonema ameaçador a Ranzolin "ordenando que parasse com a campanha contra a taxa". Sem desmentir nem confirmar o telefonema, "por uma questão de ética", Ranzolin insiste no ponto que considera mais importante: "O futebol está sendo conduzido para um abismo escuro, misterioso e nebuloso".

Adjetivos similares seriam usados por outros cronistas esportivos da Caldas Júnior que abriram baterias pesadas contra a taxa. Um deles, Cid Pinheiro Cabral, da Folha da Tarde, numa coluna intitulada "A voz era pastosa", denunciou também ameaças telefônicas recebidas em troca das críticas à Federação. Ainda no terreno dos comentários, surgiriam várias versões sobre um encontro que teria ocorrido entre a direção da Caldas Júnior e o presidente da Federação, dois dias antes do campeonato começar. Nessa ocasião, em meio a ânimos exaltados, Hoffmeister teria explicado por que apenas a RBS participava do acordo. Ou seja: porque a proposta partira de Maurício Sirotsky.

Se a iniciativa de Sirotsky despertou uma artilharia de críticos, por outro lado silenciou uma significativa corrente de oposição a Hoffmeister. Isto é: os próprios veículos da RBS, que entre seus colaboradores abrigavam alguns dos mais ferozes adversários de Hoffmeister, em especial o comentarista Ibsen Pinheiro, que tem espaços na rádio, TV e jornal.

Da mesma forma que em uma matéria publicada dia 27 de março em Zero Hora, (convenientemente reescrita), a censura da empresa abateu-se sobre a crônica de Ibsen que seria publicada dia 30 de março no mesmo jornal. Como de costume, ele atacava a Federação insistindo na denúncia dos desmandos praticados por Hoffmeister com o dinheiro do futebol gaúcho. Foi o suficiente para que um telefonema do editor-chefe do jornal, Lauro Schirmer, interrompesse um jantar de Pinheiro no Clube do Comércio, informando-lhe que estava proibido de falar mal da Federação.

Tratava-se sobretudo de uma vitória pessoal de Rubens Hoffmeister. Pois a oposição que o cronista lhe movia era incômoda ao ponto de, meses atrás, à saída dos estúdios da Rádio Gaúcha, provocar uma discussão que acabou em socos. Segundo as testemunhas oculares, o combate terminou com vitória de Pinheiro que derrubou o presidente da Federação com um potente direto. Mas, como se veria depois, era um *round* secundário.

Silenciado, Pinheiro se limita a acompanhar os lances da briga entre as duas maiores empresas do estado — cujos donos são sócios beneméritos da Federação com títulos outorgados pelo próprio Hoffmeister. Quanto aos clubes, os interessados diretos, por enquanto apenas o Grêmio está retendo as rendas para discutir na justiça a legalidade da taxa de promoção. O Inter, que poderia ser um aliado valioso, não se manifestou. Talvez porque as 15 rádios da cadeia Emissoras Reunidas, de propriedade de Arnaldo Balvé, presidente do Inter, também estejam veiculando os anúncios da Federação no interior do Estado.

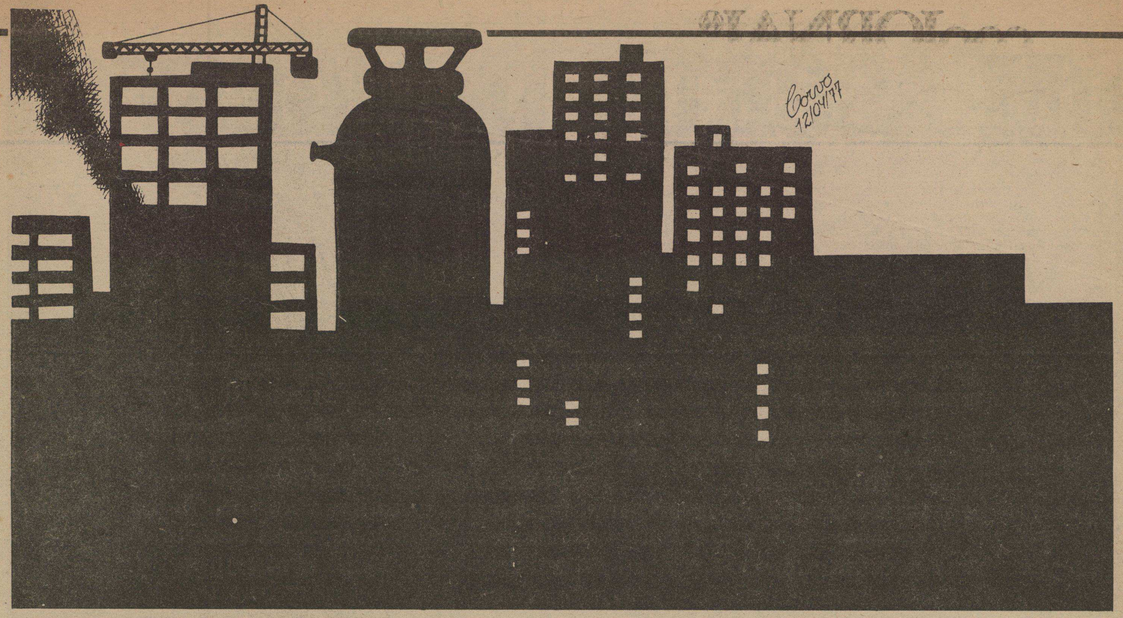
Alguns detalhes do bom negócio

Aparentemente, o acordo entre a Rede Brasil Sul e a Federação de Futebol envolve algum risco: se o total de rendas não chegar aos 25 milhões, a RBS recebe apenas 750 mil cruzeiros pela veiculação da campanha, o que, segundo um assessor da empresa, é menos do que o valor real dos espaços utilizados no rádio, jornal e tevê.

Mas o risco é apenas aparente. Porque para chegar aos 25 milhões a arrecadação precisa crescer 40% em relação ao ano passado e isso só é difícil para quem não sabe somar. Os preços dos ingressos aumentaram 51,14% para os jogos de clubes do interior e 75,7% nos jogos da chamada dupla Gre-Nal.

Além disso, no ano passado o campeonato era disputado por 18 clubes. Este ano são 24. E uma prova de que a arrecadação será maior já foi dada pelas primeiras 3 rodadas, que renderam 400 mil a mais que o ano passado, embora o público (que deveria ter aumentado com a campanha) tenha diminuído.

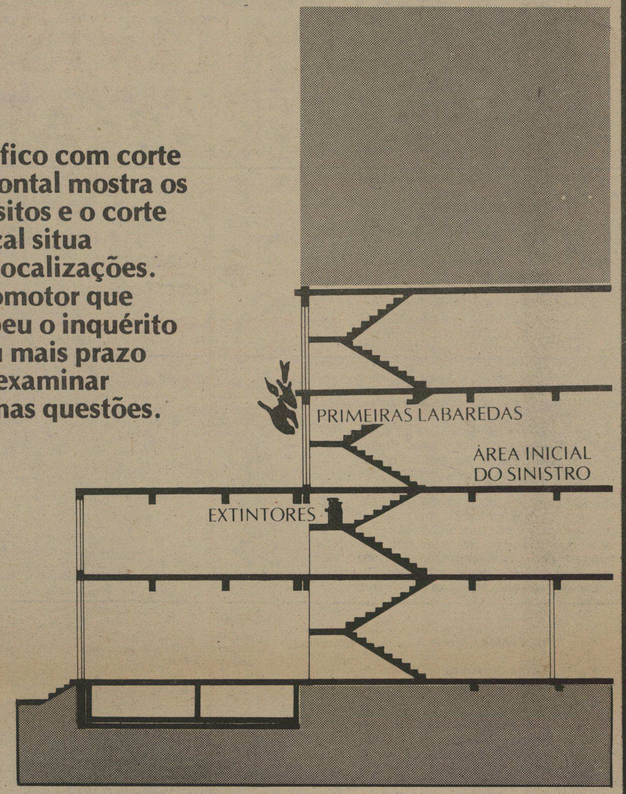
É, portanto, perfeitamente realista a previsão dos 30 milhões, não sendo surpresa se for além disso. Para a RBS, a situação é tranqüila: se a arrecadação ficar entre 25 e 28 milhões, ela ganha 5% desse total. Se for entre 28 e 32 milhões, a percentagem passa para 10% e se superar os 36 milhões, ela fica com 15% da arrecadação total bruta. Portanto, se confirmados os 30 milhões, a RBS terá um lucro líquido de 3 milhões mais os 750 mil garantidos como mínimo. Uma soma equivalente ou superior ao que rendem as melhores contas publicitárias do estado.



DÚVIDAS UM ANO DEPOIS DO GRANDE INCÊNDIO

Dois diretores, dois gerentes e um funcionário das Lojas Renner, além de dois técnicos de uma empresa de combate a incêndios, foram indiciados no inquérito policial sobre o incêndio que há um ano matou 29 pessoas (veja a página seguinte). Eles foram responsabilizados pela existência dos depósitos de mercadorias onde começou o fogo, localizados junto às escadas dos três primeiros pisos.

O gráfico com corte horizontal mostra os depósitos e o corte vertical situa suas localizações. O promotor que recebeu o inquérito pediu mais prazo para examinar algumas questões.



Além do inquérito, ações de indenização

O primeiro aniversário do incêndio das Lojas Renner no centro de Porto Alegre, dia 27 de abril, vai apanhar o promotor encarregado do caso com o inquérito nas mãos, por causa de seu pedido de novas diligências. Ao mesmo tempo, as famílias de vítimas começam a entrar na Justiça com pedidos de indenização e a agência de publicidade que detém a conta da empresa analisa sua pesquisa para melhorar a imagem da loja sinistrada, pensando no lançamento do novo prédio da loja, justamente no mesmo local do incêndio.

No último dia 18 de março, todos os jornais de Porto Alegre, após um longo período, voltaram a falar sobre o incêndio. Sem o mesmo destaque dado quando da tragédia, o relatório do inquérito culpando a direção da Renner não mereceu manchete. Com exceção de Zero Hora, que publicou o relatório na íntegra, os demais jornais o sintetizaram em poucas laudas. Destes, apenas o Diário de Notícias não omitiu o nome das sete pessoas previamente indiciadas pelo delegado Luiz Carlos Carvalho da Rocha, após um longo inquérito materializado em 1.456 páginas com 350 depoimentos.

QUATRO DÚVIDAS

Coincidentemente, no dia da divulgação do relatório, o promotor Antônio Fausto Cerato — guaporense de 44 anos e pai de três filhos — vinha transferido de sua comarca, na pacata Santa Cruz, para a 14ª Vara Criminal. Já na sexta-feira, dia 24, ele recebeu o inquérito e um prazo de 15 dias para emitir seu parecer. Prazo esse finalizado na quinta-feira, dia 9 de abril. Como a sexta-feira também foi santa, só na segunda-feira, dia 11, o Juiz Adjunto Bertran Roque Ledur recebeu, ao invés de seu parecer, um pedido requerendo "expedição de ofício ao Instituto de Resseguros do Brasil, a fim de ser, dentro do possível, esclarecida a recomendação anteriormente feita pelo Instituto em Causa".

O promotor se refere ao Relatório de Inspeção de Risco-Incêndio número 513/75, datado de março de 1976 (nove dias antes da tragédia), que recomendou, na página 5, "desobstrução dos corredores dos depósitos de mercadorias". A mesma questão enfocada no relatório da 1ª Delegacia de Polícia. Por isso, ou para ganhar mais tempo, o promotor solicitou esclarecimentos de quatro questões, que o separam de seu parecer final. Elas são as seguintes:

1) Essa recomendação referia-se única e exclusivamente aos depósitos de mercadorias?

Geni Borges: irritada com o jogo de empurra

Fotos de Luis Abreu

Pedro Chaves: "Eu sabia que não ia sair nada"

2) Essa recomendação tinha por objetivo alertar a empresa sinistrada no sentido de não serem deixadas caixas de papelão, aparelhos encaixotados, e mesmo outras mercadorias, à venda nos corredores comuns e de trânsito geral de funcionários e clientes?

3) De um modo geral, segundo a terminologia técnica do Instituto, o termo "depósitos" indica locais necessariamente fechados, ou seja, cercados com paredes?

EM POUCOS DIAS

O fato de questionar estes itens relacionados com a recomendação do IRB valeu ao promotor Cerato elogios de Antônio Leiria, procurador-geral do INPS, professor de Direito e advogado das Lojas Renner, que estava presente no Palácio da Justiça, na terça-feira, dia 12. Na ocasião, Leiria explicava ao promotor — que viu o incêndio pela televisão, em Santa Cruz — que houve dias na loja em que o movimento chegava a 20 mil. Mas, felizmente, dizia ele, no momento do incêndio havia tão somente 400 pessoas.

O advogado Leiria explicou ainda que morreram "apenas 29 pessoas, nem 10%", levando o promotor a comparar com um acidente de ônibus, "onde morrem no mínimo 40%". Mostrava esses dados em meio a sua argumentação sobre a segurança do prédio. Porque, para o dr. Leiria, o número de mortos poderia ser bem menor, se algumas pessoas não tivessem voltado para buscar isso ou aquilo, e terminando por ficar entre os escombros.

Após ler o ofício com as perguntas ao IRB, Leiria se retirou do Palácio da Justiça. Enquanto isso, o juiz Ledur encaminhava o pedido de informações ao Rio de Janeiro, solicitando "brevidade", e o promotor, por sua vez, recebia o novo prazo para continuar na análise do inquérito. Depois da resposta do IRB, ele terá mais 15 dias para concluir seu parecer.

Portanto, no começo de maio podem começar os andamentos normais do Poder Judiciário. Se acontecer do promotor achar insuficiente a sustentação da culpa, pede o arquivamento do processo. Aí, o Juiz pode dar o inquérito a outro promotor. Se obtiver a mesma resposta, o caso está encerrado.

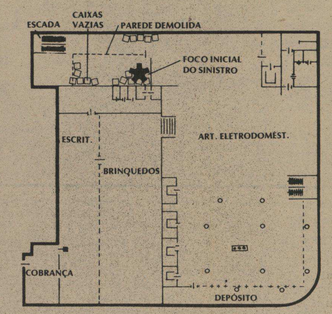
Mas se o promotor Cerato se convencer da culpa, pede o prosseguimento do processo até o julgamento pelo rito sumário (o mesmo caso de acidentes de trânsito, ou seja, o crime culposo julgado por um juiz e não por júri popular). A pena para os culpados, com direito a *sursis*, poderá ser de até três anos, dependendo da atuação dos advogados durante o julgamento, que será realizado no fim de maio ou no começo de junho.

QUESTÃO MAIOR

Nesse meio tempo, a Justiça será palco de outras questões envolvendo o incêndio. Os parentes de pelo menos duas das 29 vítimas já entraram com pedidos de indenização: Geni da Rocha Borges, mãe de uma das caixas do quinto andar, Marisa França e Pedro Celestino Chaves, pai de Shirley Chaves, durante 17 anos confeiteira da Renner.

Pedro Chaves, com 75 anos de idade, chegou a ser entrevistado pela Reportagem Policial da Zero Hora, mas a matéria acabou sendo censurada. O que não foi surpresa para o velho Chaves, que nem chegou a comprar o jornal no outro dia "porque sabia que não ia sair. Capital é capital, meu filho. Quantos mil cruzeiros custa uma página de jornal? Eles vão querer perder anúncio?"

Foto Juan Gomis



Sua filha morreu com 39 anos de idade e 17 de Renner. Era confeiteira. Trabalhou por nove anos, saiu para não adquirir a estabilidade e, depois de três anos, voltou para trabalhar por mais sete anos. Todo esse tempo não impediu o velho de levar "11 meses para retirar o fundo de garantia. Não é admissível que uma pessoa de sua família faleça e você não tenha direito", protesta. Por isso ele contratou advogado e está na Justiça, pedindo indenização e pensão pela morte de sua filha.

Por sua vez, Geni Borges está processando tanto a empresa como o INPS, que lhe fez "o jogo de empurra. Exigiram papel de tudo quanto era coisa, o de Porto Alegre mandou para o de Gravataí, porque nós moramos em Cachoeirinha, e de lá foi pra Brasília. Mas depois, veio a resposta dizendo que eu não tinha direito à pensão de Marisa porque ela é que era minha dependente. Tinha que ser mesmo, ganhava um salário miserável de 600 cruzeiros por mês. Como poderia viver com essa miséria? E dizer que morreu para salvar a caixa da Renner. Lá eu não entro mais. O prédio tá mal-assombrado com os mortos que ficaram enterrados".

Talvez mais por essa questão da imagem que as pessoas ainda fazem do incêndio, do local e da loja o Departamento de Criação da MPM esteja enfrentando, quem sabe, a maior prova de sua existência: como lançar o novo prédio no mesmo local? Pensando nisso, em janeiro iniciou discretamente, entre a classe jornalística, uma pesquisa de opinião para recolher sugestões de como melhorar a imagem da empresa.

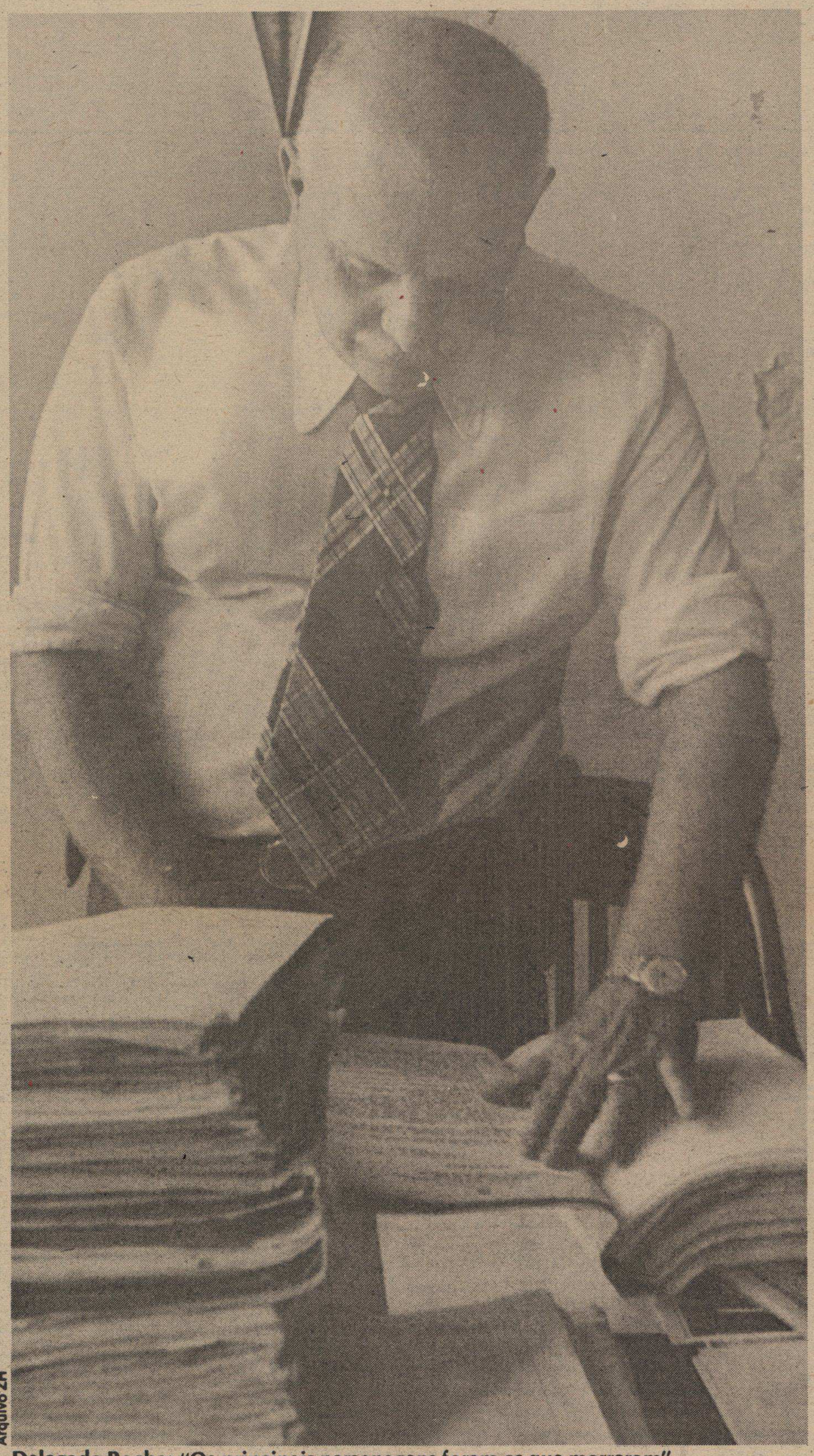
Um dos profissionais consultados foi Geraldo Canalli, *pauteiro* da Folha da Manhã, que havia tentado uma matéria sobre o novo prédio da loja, recebendo uma negativa por parte da MPM. Quando ele solicitou a maquete do novo prédio, a agência negou. Por isso, ao ser consultado, Canalli recusou-se a participar da pesquisa, justificando que, quando quis noticiar algo de interesse público, teve as informações tolhidas.

Houve culpa. A conclusão de um relatório de 1450 páginas

Ao ser transferido, em julho do ano passado, da Corregedoria Policial para a 1ª Delegacia de Polícia, o delegado Luiz Carlos Carvalho da Rocha sabia o que lhe aguardava: o inquérito do incêndio das lojas Renner. *Seu antecessor já tinha ouvido "umas 200 pessoas", por isso, seu trabalho foi o de complementação. O que não impediu o delegado Rocha de considerar o caso mais importante de sua carreira.*

Deu trabalho. Muitas horas de conversas, investigações, anotações, mas, segundo ele mesmo diz, não houve nenhuma pressão. "Nem da Renner. Eles colaboraram cem por cento. Conversamos só coisas de serviço. Pedíamos, por exemplo, a lista dos funcionários e eles nos mandavam no outro dia. Fora disso — ressalta o delegado — não houve mais conversa". Agora ele não quer mais comentar o caso: "É uma questão de ética, já entreguei o relatório à Justiça".

Tranqüilo, com a certeza de ter cumprido a sua missão, o delegado Rocha também não vê motivos para elogios: "Não há por que receber cumprimentos nem deixar de recebê-los", afirma. Sua tranqüilidade tampouco foi abalada pela resposta da direção da Renner. Achou até que "eles foram comedidos". A única coisa que ele não gosta é que lhe chamem de personagem principal do caso. Pois, na sua maneira de ver, "os principais personagens foram os que morreram".



Arquivo ZH

Delegado Rocha: "Os principais personagens foram os que morreram"

PREÇO DA CULPA

A peça básica do seu trabalho foi um relatório do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), que recomendava a desobstrução dos corredores dos depósitos de mercadorias. Como o fogo começou (ver desenho) "justamente em um depósito sem paredes, repleto de mercadorias, caixas, palhas, etc.", que obstruíam a passagem, o delegado concluiu, "conseqüentemente, o incêndio não foi acidental, mas culposo". Ainda mais que as providências não foram tomadas como deveriam ser.

O prédio das Lojas Renner tinha aproximadamente oito mil metros quadrados de área construída sobre um terreno de mil metros quadrados. O prédio, mais as mercadorias existentes nos 10 pavimentos (térreo, sobreloja e mais oito andares), estava segurado em pouco mais de Cr$ 37 milhões. Quando o seguro ultrapassa determinada quantia, as companhias seguradoras são obrigadas a informar ao IRB, que faz a redistribuição da importância segurada "entre diversas companhias, inclusive no exterior".

Antes de aceitar o seguro, o IRB vistoria o prédio e, depois, faz um relatório, apontando "as informações e sugestões ou recomendações referentes ao risco segurado. É bem verdade — comenta o delegado — que essas sugestões ou recomendações não são obrigatórias de serem atendidas. Seguro é confiança mútua e, não sendo atendidas as recomendações, resta à seguradora suspender o contrato. O certo é que, enquanto estiver vigente o seguro, somente a culpa grave por parte do segurado impedirá o pagamento da indenização".

No relatório, o delegado fez o seguinte comentário sobre o pagamento do seguro: "Não houve, para o IRB, pois, culpa grave para o sinistro". Por isso, a Renner, do seguro inicial de Cr$ 37 milhões, recebeu Cr$ 34.883.348,40 como indenização. Estranho paradoxo. O desleixo de manter as caixas de papelão em lugar indevido, desobedecendo recomendações do próprio IRB, foi motivo de uma redução de aproximadamente Cr$ 2.116.651,60 no seguro, enquanto que para a polícia foi o ponto fundamental para considerar o incêndio culposo.

PODER PÚBLICO

O delegado Rocha comentou largamente, no relatório, a ineficácia da firma Ecil-Equipamentos de Combate a Incêndios Ltda. O engenheiro José Igor Machado, responsável técnico, reconheceu que a Ecil não tinha instrução aministrar a um incêndio de grande vulto e "que não havia um treinamento específico para a evacuação do prédio, na prática, pois é impossível ser realizado". Ao mesmo tempo disse que "desconhecia a existência de um depósito de caixas de papelão ao lado da seção de tintas"

Mais adiante o delegado conclui: "Como se vê, de prevenção contra incêndio, a Ecil, realmente, só se interessava pela venda de extintores (estes na verdade em número bem superior ao exigido em lei, embora sua distribuição não obedecesse a uma ordem lógica) e na realização de cursos (fracos) de uso de extintores"

Rocha destacou no relatório a existência de escadas com um metro de largura para uma área de aproximadamente mil metros quadrados por andar, enquanto que pela Norma Brasileira-208, "deveriam tais escadas medir, no mínimo, dois metros" Por isso, "não é de admirar-se, pois, que entre os lances dessas escadas, em caso de sinistro, sejam encontrados vários corpos carbonizados"

CULPADOS

Explicando que o depósito localizava-se "junto ao acesso à escada de emergência e, face às paredes demolidas, nada mais era do que a ampliação de um corredor que servia de passagem para todos", o delegado alçou outro raciocínio: "E, sendo passagem, era de se prever que alguém, descuidadamente, poderia acender um cigarro e atirar o fósforo sobre o material combustível; mais provável, porém, é que algum funcionário ao retornar fumando da lancheria, ao ingressar no local de trabalho onde era proibido fumar, tenha atirado o cigarro sobre o material em questão, dando início diretamente a toda a tragédia".

No dia seguinte à divulgação do relatório pelo delegado Rocha, o jornal Correio do Povo finalizou a sua matéria, transcrevendo parte das conclusões do delegado: "Se é verdade que esta Delegacia não conseguiu identificar quem lançou ou deixou cair corpo ígneo sobre o material combustível, responsável direto pela tragédia, não é menos verdade que estão claramente identificados os responsáveis diretos pela existência desse material combustível num local indevido. (...) São indiciadas nas sanções do artigo 250, §2º, combinado com os artºs 258 e 25 do Código-Penal Brasileiro as seguintes pessoas, todas devidamente qualificadas quando inquiridas..."

A matéria do Correio do Povo terminou nestes três pontinhos, mas o relatório do delegado continuou assim: ... Herbert Bruno Renner, *diretor-presidente das Lojas Renner S.A., que embora negue ter tomado conhecimento do relatório do IRB, é contraditado pelos demais diretores, principalmente por Cyro Kraemer, que afirma: "que foi dado ciência à diretoria do recebimento do IRB bem como das providências tomadas" (fl. 1335).*

Cyro Kraemer, *diretor administrativo, sabia da existência do relatório, afirmando que tomou todas as providências cabíveis. Sabia da existência das caixas no corredor do 1º andar, "o que constituía uma certa rotina, pois os televisores, por exemplo, chegam embalados e para serem expostos à venda havia necessidade de tirá-los dessa embalagem, ficando essas caixas no corredor" (fl. 1335).*

Rubens Paulo Gaspar de Oliveira, *gerente de operações, alega ter terminado uma série de providências com referência ao relatório do IRB, admitindo a existência de caixas no depósito do 1º andar, cujas paredes já sabia demolidas. Nega, contrariando todos os depoimentos, a existência de caixas no corredor.*

Nilo Léo Fiorin, *gerente da loja sinistrada, alega não ter conhecimento do relatório do IRB e de não haver recebido qualquer ordem específica para a desobstrução de corredores, "já que desde que assumiu a gerência da loja, isto há dois anos antes do sinistro, já havia esta recomendação", embora admita a existência de caixas com mercadorias no corredor do 1º andar (fls. 1340/1341).*

João Osinski, *responsável pelo andar onde teve início o fogo e que reconhece a existência de caixas no corredor, "porém, nem no corredor nem no depósito, a quantidade de caixas, vazias ou com mercadorias, era muito grande e não alcançava o teto" (fls. 937/940).*

Paulo Stuepp e Igor José Machado *gerente administrativo e responsável técnico, respectivamente da firma Ecil-Equipamentos de Combate a Incêndios Ltda., em virtude de haver ficado comprovado através de seus próprios depoimentos, não haverem feito nada mais em matéria de prevenção de incêndio do que vender extintores e ministrar cursos para o uso dos mesmos, embora a seção técnica da Ecil tem a atribuição de, quando contratada por qualquer empresa ir ao local, levantar as necessidades de proteção, instalar este serviço e depois mantê-lo" (fl. 1203).*

A SOLUÇÃO DO TRATOR

Ao fim de uma tarde de quarta-feira, em Brasília, o presidente do Senado, senador Petrônio Portella, confidenciou a alguns amigos que os políticos deveriam entender-se dentro de seis meses para evitar a *solução do trator*.

Era o dia 8 de março e Portella, suposto delegado do governo para negociar a reforma política com o MDB, acabara de sair do primeiro encontro com o presidente oposicionista, deputado Ulisses Guimarães, um encontro definido como "animador".

Durariam menos de duas semanas as esperanças de ambos. A *solução do trator* começaria a se abater sobre os políticos no dia 22 de março quando, numa reviravolta inesperada em suas posições anteriores, o MDB decidiu não permitir a aprovação da reforma do poder Judiciário, proposta pelo governo. E culminaria no dia 14 de abril, quando o presidente Ernesto Geisel, com os poderes que lhe dá o Ato Institucional nº 5, baixou duas leis complementares e oito decretos-leis em 24 horas. Ao final dessa faina, a Constituição brasileira estaria modificada em 26 itens que alcançavam 17 de seus 187 artigos; e a chamada reforma política, na qual os políticos acreditaram um dia poder influir, completa. Ou pelo menos com o essencial decidido.

O caminho para vitória da Arena nas eleições de 78 devidamente terraplanado, o MDB novamente diante de um impasse gigantesco (seu programa, a "lei do partido" não admitia eleições indiretas!), e o projeto da distensão, de abertura política, tão docemente acalantado por certas áreas, devidamente soterrado por tempo indeterminado.

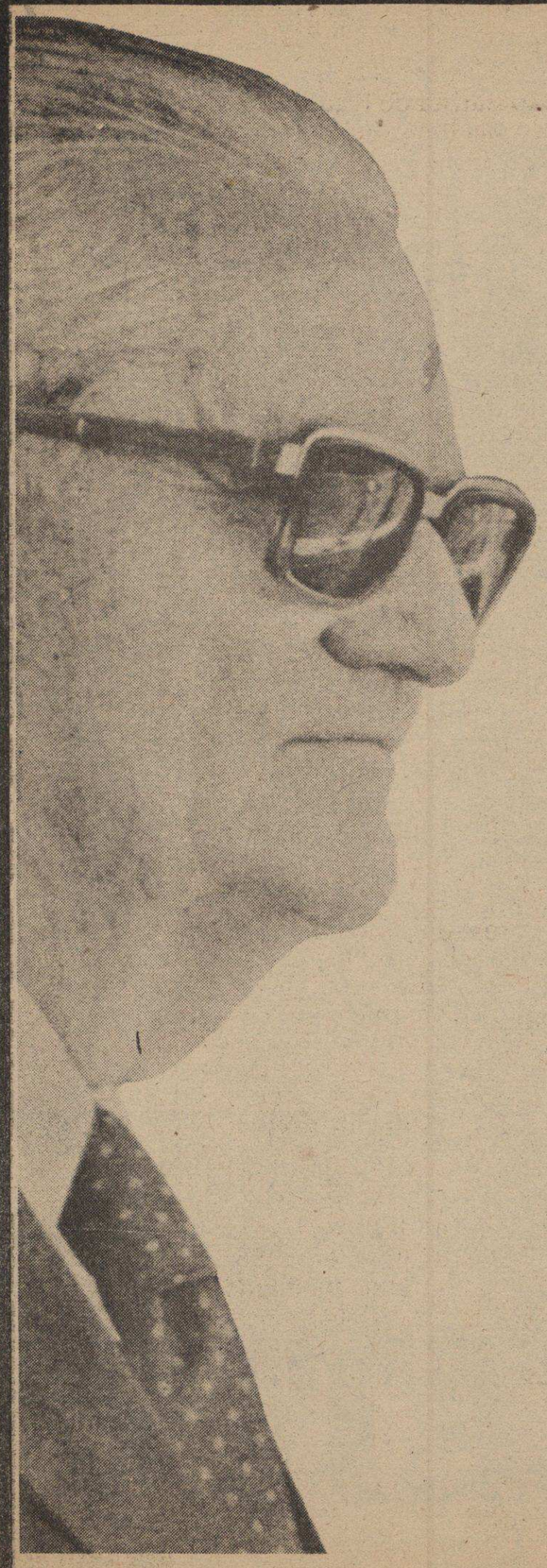
Nunca se soube, na verdade, se era possível evitar tudo isso. O tão falado projeto de distensão nunca teve contornos muito claros. Ele nasceu de algumas declarações do então candidato a presidente, Ernesto Geisel, quando elaborava sua plataforma de governo, no Largo da Misericórdia, no Rio de Janeiro em 73. E durante esses anos todos navegou ao sabor dos fatos, mas sempre longe da costa, envolto em denso nevoeiro.

Se o presidente Geisel cassava dois deputados do Rio Grande do Sul por terem feito declarações consideradas ofensivas ao regime e às forças armadas, interpretava-se que o projeto de distensão estava sendo retardado. Se transferia o comandante do II Exército, depois de duas mortes de presos políticos em sua jurisdição, a abertura estava em andamento.

Não havia referências concretas e então avaliava-se o andamento do processo de distensão pela interpretação de cada gesto do presidente. Ao ponto de, este ano, quando na abertura do Congresso ele enviou uma mensagem com apenas dois parágrafos de referência aos políticos e ao parlamento, os políticos se encherem de pressentimentos. E duas semanas depois, na comemoração do 3º aniversário do seu governo, quando o presidente fez um longo improviso manifestando a sua crença no diálogo, os comentaristas políticos registrarem os efeitos benéficos das palavras no ânimo geral.

Mude para a
poupança de renda certa.

Banco Maisonnave de Investimento S.A.



Este era o terreno em que se iniciaram os entendimentos etre Arena e MDB em abril. A oposição, dizia-se, deveria abrir mão dos objetivos de circunstância (eleições diretas, por exemplo) em favor dos benefícios de substância (por exemplo: a formação de um Conselho de Estado para disciplinar a aplicação do ato 5). E o aval a tudo isso era dado pelo projeto de distensão, essa embarcação que passava ao largo e que bem poderia ser um navio-fantasma, como os últimos fatos estão a indicar..

O governo certamente não esperava que o MDB agisse como agiu. Segundo os principais comentaristas políticos do país havia um acordo entre a direção oposição e o governo, de que o partido não fecharia questão, deixando seus deputados livres para decidirem individualmente sobre a reforma do Judiciário. Mas a atitude do MDB é compreensível num quatro caracterizado pela falta de rumos definidos nunca ficaram estabelecidos os limites para o recuo ou o avanço da oposição.

Alguns assessores do governo, segundo os jornais do centro do país, chegaram mesmo a afirmar que o Sistema em hipótese alguma admitia o risco de a oposição chegar ao governo de alguns estados. É uma versão que os atos baixados por Geisel confirmam plenamente. Se o caso era este, o MDB já havia infringido a regra básica para que pudesse obter confiança do governo: crescera muito nas eleições de 74 e 76 e tinha pretensões (e chances) a pelo menos cinco governos estaduais.

Isso porque, embora o governo insista que as medidas foram políticas, no sentido institucional, elas na verdade foram eleitorais. E isto foi reconhecido até por um dos homens mais chegados ao Palácio do Planalto e que por momentos chegou a ser um dos paladinos da distensão — o governador Sinval Guazzelli.

Em seu primeiro pronunciamento, depois dos atos presidenciais, o governador gaúcho afirmava: "As medidas que vêm de ser adotadas, reformando o processo eleitoral, não nos eximem de prosseguir na procura de uma reforma política ampla, que nos leve à consecução de uma sociedade estável, solidária e justa".

A seguir, um resumo das decisões do presidente e suas intenções:

GOVERNADORES INDIRETOS

Aparentemente a eleição indireta para governadores, fixada pela Emenda Constitucional nº 8, repete o que foi feito para 1970 e 1974, quando foram eleitos os atuais governadores. Mas apenas aparentemente, pois, na verdade, as emendas anteriores alteravam a Constituição de 1967, onde ela determina sufrágio universal e direto para eleger governadores, para casos definidos.

A emenda introduzida em 1969 pela junta militar que substituiu o presidente Costa e Silva estabeleceu eleições indiretas para o ano seguinte. Em maio de 1972, com dois terços do congresso arenistas, o governo manteve as indiretas para 1974. Agora, com a emenda 8, as eleições indiretas para governador tornam-se definitivas (ou pelo menos até que o governo decida mudar), o que elimina o compromisso que fica implícito de retornar às diretas quando a alteração é passageira.

VEREADORES ENTRAM NA DANÇA

A eleição indireta não seria suficiente para impedir que o MDB chegasse ao governo em cinco estados onde a oposição é maioria nas assembléias: Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Amazonas, Acre. Foi então aumentado o colégio eleitoral que deverá eleger os governadores com a introdução de 2 vereadores por município (mais um para cada 500 mil pessoas). Com isso, a Arena, que tem maioria nas câmaras municipais, neutraliza a maioria das bancadas emedebistas nas assembléias de quatro dos estados citados, menos no Rio de Jàneiro. No Rio, ainda assim a oposição poderá eleger o governador, mas isso não é problema porque o candidato quase certo do MDB é bem visto nas hostes arenistas.

LIMITE PARA OS DEPUTADOS

Atualmente a representação de cada estado na Câmara Federal é calculada em proporção ao número de eleitores inscritos e o número total de deputados é de 364, incluindo cinco que foram cassados Com a reforma, a representação estadual passa a ser calculada com base na população de cada estado até um total máximo de 420.

Isso vai propiciar uma representação maior aos estados rurais, especialmente os nordestinos, onde é elevado o número de analfabetos e por isso o índice de eleitores em relação à população é pequeno. Esses estados, onde geralmente a Arena obteve bons resultados nas últimas eleições, terão suas bancadas aumentadas. O Rio Grande do Sul, por exemplo, continuará com 32 representantes.

SENADORES DE MATERIA PLÁSTICA

A mais surpreendente das medidas do governo, no chamado *pacote* das reformas, é a eleição indireta para um terço do Senado. Atualmente o Senado é formado por 65 membros (um, Wilson Campos foi cassado por corrupção), eleitos diretamente de forma alternada: num pleito elege-se um terço, no outro dois terços. Em 1978 deverão ser renovados dois terços do senado.

Em eleição direta, o governo corre o risco de perder a maioria se o MDB repetir a atuação de 1974, quando dos 22 senadores renovados, a oposição elegeu 16 e ficou com um total de 20 senadores para 45 da Arena. Portanto, se o MDB elegesse mais 17 deputados entre os 44 que serão eleitos em 78, teria a maioria.

Com a eleição indireta, ficam garantidos 21 eleitos para a Arena (o MDB do Rio, mesmo por indireta, elegerá um senador). Essa medida provocou espanto

Judiciário, uma reforma mais política do que técnica

A reforma do Poder Judiciário levou o País a um impasse político e à necessidade do governo federal promulgar uma emenda com base no Ato Institucional número cinco. Por quê? Afinal, segundo as afirmações das autoridades federais a reforma trata de um problema eminentemente técnico e não havia nenhum sentido no partido da oposição se recusar a aprová-la. Disse o presidente da República que o MDB não queria colaborar para a criação de uma justiça mais rápida e eficiente.

Na verdade o problema não era eminentemente técnico e vários fatos o demonstraram. Primeiro o fato de o projeto do senador Accioly Filho, da própria Arena, ter sido vetado pelo Poder Exécutivo. De acordo com o senador arenista o seu projeto era tecnicamente mais correto que o enviado pelo governo pois Accioly Filho ouvira as opiniões de vários juristas, juízes e advogados pelo País afora. O que não acontecera com o projeto governamental elaborado pelo procurador-geral da República, Henrique Fonseca de Araújo, sem o conhecimento, ao menos, do Supremo Tribunal Federal. Os ministros do Supremo em várias oportunidades declararam à imprensa — entre eles Bilac Pinto em matéria publicada no Globo e no Jornal do Brasil — que o projeto enviado pelo governo ao Congresso não era de sua autoria. No máximo, disse Bilac Pinto, o ministro Rodrigues Alckmin participou dos estùdos, "mas em seu nome pessoal. Não como delegado do STF".

Assim, se o projeto tratava de matéria "eminentemente técnica" nada impediria que os ministros do Supremo Tribunal Federal tomassem parte na sua elaboração e discussão. E muito menos que os subsídios colhidos pelo senador Accioly Filho fossem aproveitados para enriquecer o projeto remetido pelo governo ao Congresso Nacional.

INADEQUADO

O que aconteceu foi bem o oposto disso. Não só os ministros do Supremo Tribunal não foram convidados a colaborar no debate do projeto como o senador arenista foi chamado pelo ministro da Justiça, Armando Falcão, para ser informado de que o seu substitutivo ao projeto governamental era "inadequado". Quando Accioly Filho procurou contra-argumentar demonstrando a utilidade do seu trabalho o procurador-geral da República, Fonseca de Araújo, fez-lhe ver que o projeto do governo ficaria como estava e não haveria modificações.

A intransigência do ministro da Justiça e do seu auxiliar, o procurador-geral da República, demonstra que o assunto não era técnico mas, ao contrário disso, o governo federal tinha interesse político na sua aprovação.

Evidentemente, o partido da oposição assumiu, no decorrer dos debates, uma posição eminentemente política. Os seus representantes no Congresso — além de discordarem do texto governamental — apresentaram emendas incluindo na reforma a garantia de os juízes não serem transferidos do cargo, a não ser a seu pedido e também o pleno funcionamento do sistema do "habeas-corpus" — direito de não ser preso a não ser por ordem do juiz ou quando estiver praticando um crime em flagrante.

O trabalho do senador Accioly Filho, todavia, não acrescentava pontos politicamente polêmicos ao projeto. E ainda assim também foi rejeitado. O mesmo se pode dizer da participação dos ministros do Supremo.

TRÊS PODERES

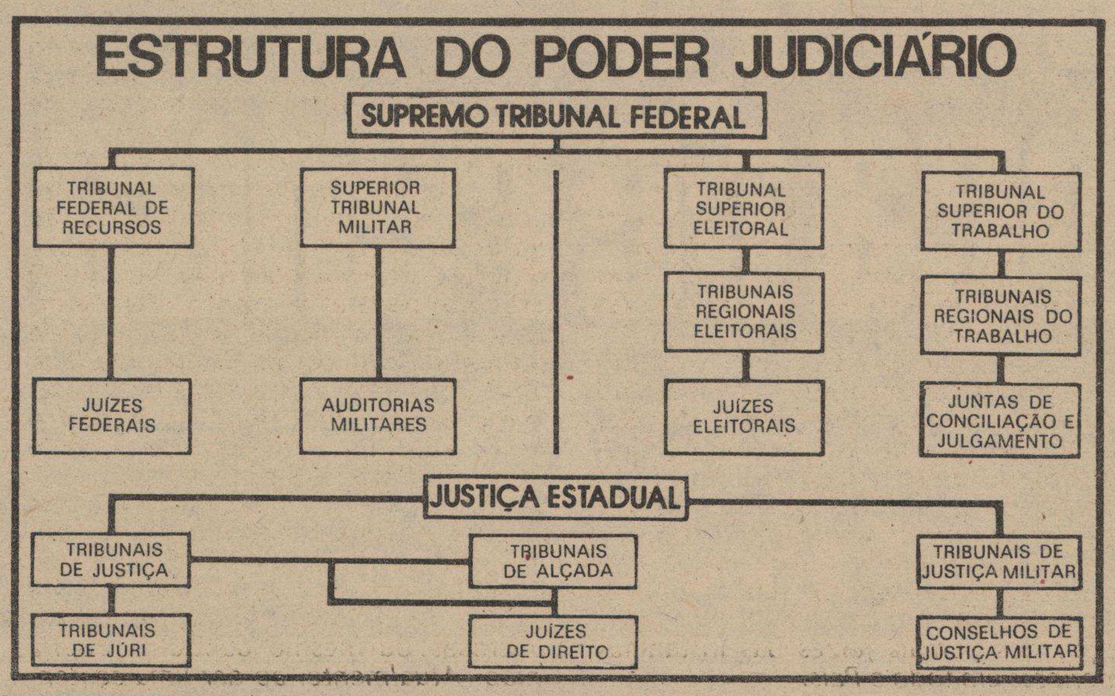
Mas, passado o debate que cercou o problema, promulgada a nova reforma, resta esclarecer onde se encontra o interesse político do governo em ter o seu projeto aprovado e não aceitar modificações. Isto é, o que é politicamente tão importante no próprio projeto governamental que não admite nem a participação dos ministros do Supremo nem a colaboração dos senadores do próprio partido do governo?

A resposta está no próprio texto da emenda número 7. Com a sua entrada em vigor, o Poder Judiciário passa a funcionar em maior entrosamento orgânico com as iniciativas do Poder Executivo. Isto é, a reforma do Poder Judiciário faz com que — à semelhança do Poder Legislativo — haja uma incorporação dos três poderes sob a égide do Poder Executivo.

Com isto encerra-se a divisão estanque entre o Poder Judiciário, Legislativo e Executivo, que tradicionalmente caracterizou o funcionamento da República no País.

Como é feita essa mudança? Basicamente com a criação de três novos sistemas no funcionamento do Poder Judiciário: 1) o direito de avocação de processos pelo Supremo Tribunal Federal; 2) a criação do Conselho Superior da Magistratura; 3) e o julgamento da lei em tese. O novo sistema é aperfeiçoado com a atribuição de novos poderes ao procurador-geral da República.

O sistema da "avocação" consiste em que, por iniciativa do procurador-geral da República, o STF pode mandar buscar em qualquer lugar do País os processos que tratem de assuntos referentes a



inclusive entre os arenistas, alguns dos quais já estão chamando seus futuros colegas eleitos de forma indireta (por indicação, em suma) de "senadores de matéria plástica". Ao tempo do Império, um terço dos senadores era escolhido pelo imperador.

SUBLEGENDAS ESTÃO DE VOLTA

As sublegendas têm sido responsáveis por muitas vitórias da Arena nas eleições municipais. Em 1966, no Rio Grande do Sul, o senador Guido Mondin conseguiu eleger-se conseguindo obter pouco mais da metade dos 638 mil votos do seu adversário, o emedebista Sigfried Heuser. Sua votação final, com a soma dos votos dos dois outros candidatos da Arena, Sinval Guazzelli e Mário Mondino, chegou aos 672 mil votos.

Agora, o governo estabelece que poderão haver até três sublegendas nas eleições para o Senado. Os senadores eleitos vão ter dois suplentes em lugar de um, como acontece agora, sendo estes suplentes os candidatos das sublegendas.

A DITADURA DA MINORIA

A exigência de dois terços do Congresso para aprovação de emendas à Constituição foi uma novidade introduzida em 1969, pela Junta Militar que substituiu Costa e Silva para tornar o mais remota possível a possibilidade de a oposição poder fazer alterações constitucionais.

O AI-1 de 1964 e a Carta de 1967 exigiam maioria absoluta (metade mais um) para essas emendas. Portanto, a mudança que propiciou o que o governo está chamando de "ditadura da minoria", foi uma arma paralela em outros tempos, quando a Arena tinha tranqüilamente os dois terços do Congresso.

Agora, volta a maioria absoluta, que a Arena ainda tem. Ao mesmo tempo, as medidas presidenciais mudam a forma

Editora Abril

Ulisses e Portella, no primeiro encontro, quando ainda havia muita esperança.

para apresentação de *propostas:* até agora bastava um terço de deputados ou um terço de senadores para que um partido pudesse apresentar proposta. Pela nova norma terá que ser um terço de deputados *mais* um terço de senadores.

AO MDB SÓ RESTA O DIVÓRCIO

Estas alterações todas no Congresso deixam à vista uma única chance de vitória à oposição: o projeto para introdução do divórcio no Brasil, de autoria do deputado emedebista Nelson Carneiro. Em maio de 1975, esse projeto foi derrotado porque não alcançou os dois terços necessários do Congresso. Obteve 222 votos, contra 145, ficando 65 votos abaixo do que seria necessário para emendar a Constituição e instituir o divórcio. Agora, com a exigência de maioria absoluta, prevê-se que ele será aprovado facilmente e esse fato está gerando uma onda de protestos da Igreja contra o governo. Nelson Carneiro, mesmo antes, quando ainda se acreditava em reformas pela via do consenso, já se preparava para reapresentar o seu projeto.

JÁ TEMOS O NOVO PRESIDENTE?

A eleição do próximo presidente da República foi antecipada em três meses, ao mesmo tempo em que foi ampliado o mandato presidencial de cinco para seis anos. O sucessor de Geisel, portanto, será eleito dia 15 de outubro de 1978 e tomará posse no dia 15 de março de 1979 e governará por seis anos.

Foi alterado também o critério para formação do colégio eleitoral que elegerá o novo presidente. Além dos componentes do Congresso Nacional, cada Assembléia Estadual poderá indicar três delegados mais um por um milhão de habitante (antes era mais um por 500 mil eleitores).

Essas medidas envolvem outras mudanças a serem tomadas no futuro próximo, segundo os analistas. O governo deverá dissolver os atuais partidos e permitir que se formem quatro ou cinco agremiações novas. Esse item da reforma, mais ou menos antecipa a discussão em torno da escolha do presidente, e já surgiram nomes, ou melhor, um nome: João Batista de Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informações.

CONDIÇÕES DO CANDIDATO

Mudaram também as exigências para quem quer ser candidato. Antes, para efeitos de inelegibilidade, considerava-se a vida pregressa do candidato apenas no que diz, respeito "à moralidade para exercício do mandato . Agora leva-se em consideração também o passado do candidato no que diz respeito à preservação do regime democrático, probidade administrativa, normalidade e legimitidade das eleições contra influências ou abusos de funções públicas e de poder econômico. Segundo os analistas mais atentos isso quer dizer que se alguém tiver sido condenado por crime de trânsito, poderá ser considerado inelegível.

QUANTO MENOS ELEIÇÕES MELHOR

Quando assumiu o governo em 1964, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco acabou com a coincidência de mandatos que existia. O povo devia ir às urnas de dois em dois anos, para aperfeiçoar-se nas práticas da democracia.

As atuais reformas estabelecem a extinta coincidência de mandatos, sob a argumentação de que ir às urnas de dois em dois anos acarreta transtornos administrativos e custa caro ao país. Para pôr em prática isso, os prefeitos e vereadores eleitos em 1980 governarão apenas dois anos para que haja eleições coincidentes para todos os cargos eletivos em 1982.

"perigo de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou às finanças públicas". Com a transferência do processo para Brasília, a decisão do juiz do lugar onde ele estava sendo julgado é suspensa e o caso será de novo decidido pelos ministros do Supremo, em caráter definitivo.

NÃO EXISTIA

O sistema da avocação não existia até agora no Direito Brasileiro. Na verdade ele só existiu no Brasil no tempo da Colônia quando o reino de Portugal tinha o poder de mandar buscar em qualquer parte do seu reino qualquer processo em andamento para ser decidido por sua real pessoa, diretamente em Lisboa.

O seu inesperado retorno à vida jurídica do País dá ao Poder Executivo a possibilidade de interferir nos processos em andamento que interfiram com "a ordem, a segurança, a saúde e também as finanças públicas". Até agora, o Poder Judiciário começava a julgar um processo e ele mesmo o concluía sem que o Executivo tivesse qualquer participação especial.

O juiz de primeira instância julgava o caso. Quem perdesse — inclusive a União — tinha que recorrer para o tribunal logo acima. Se perdesse de novo, poderia recorrer para o Supremo. Mas só em casos especiais. Com este sistema o processo passava pelas diversas instâncias do Judiciário e ia sendo julgado segundo as normas do Direito, com base no entendimento de juízes de carreira. Ou seja, o que caracterizava este sistema de julgamento era a sua forma anônima e a impessoalidade, como decorrência de ele ir passando por diversos graus de decisão.

Com o novo sistema o procurador-geral da República pode pedir ao Supremo que "avoque" o processo, para que ele vá ser decidido em Brasília. O cargo de procurador-geral da República é de livre indicação do chefe do Poder Executivo. Ele tem posição de ministro de Estado e pode ser substituído a qualquer momento. O procurador funciona junto ao Supremo e representa os interesses jurídicos do Executivo nos processos. Assim, a iniciativa da "avocação" é um ato do Poder Executivo.

LEI EM TESE

Além disso o Supremo Tribunal Federal é constituído de onze ministros também indicados pelo Executivo e referendados pelo Senado. Os integrantes do Supremo são de livre escolha do chefe do Poder Executivo, sendo que para ser ministro do Supremo é exigida, apenas, "reputação ilibada e notório saber jurídico". Os componentes do Supremo não precisam ser juízes de carreira, embora alguns deles sejam escolhidos entre os juízes da magistratura inferior.

Assim, com o julgamento do processo diretamente em Brasília, temos uma sentença que será dada não mais de forma anônima por um juiz de carreira de qualquer cidade do País, mas será proferida por onze pessoas individualizadas. A sentença perde dessa forma a sua impessoalidade e anonimidade, para se tornar na manifestação de onze pessoas — ou de apenas cinco quando no julgamento de uma turma — indicadas pela chefia do Poder Executivo.

O outro sistema introduzido — o julgamento da lei em tese — consiste no seguinte: o procurador-geral da República pode pedir ao Supremo que julgue uma lei antes que ela seja levada ao conhecimento dos demais tribunais. Ou seja, assim que promulgada uma lei os ministros do Supremo julgam o que a lei pretendeu estabelecer e determinam o seu entendimento para efeito de aplicação dos demais juízes das instâncias inferiores em todo o País.

Esse sistema atualmente não existe. Hoje em dia — pelo menos até que entre em vigor a reforma — o Judiciário só se manifesta sobre as disposições de uma lei quando um caso concreto é transformado em processo e levado a julgamento. Ou seja, verifica-se o que a lei pretendeu estabelecer fazendo-se a comparação com os casos acontecidos. Com isto se garante maior segurança a respeito das disposições legais em benefício das pessoas que recorrem aos tribunais.

Com o julgamento em tese, o Supremo cria o entendimento oficial de uma lei para efeito de sua aplicação. O que equivale a dar funções legislativas ao Supremo Tribunal Federal. Isto porque, no momento em que se cria o entendimento oficial se acrescenta e se estende o campo de aplicação da lei.

MAIOR PODER

A última medida — das três mais importantes — é a criação do Conselho Superior da Magistratura. Este Conselho — à semelhança das duas medidas já citadas — representa a entrega de maiores poderes para o Supremo. Ele também não existia no Direito Brasileiro.

O Conselho será composto de sete ministros do Supremo e a sua função será julgar os casos de reclamações contra os juízes de qualquer lugar do País. O Conselho poderá aposentar ou determinar a disponibilidade do juiz, seja ele estadual, federal ou da Justiça do Trabalho. Atualmente este poder existe mas ele é exercido pelos Tribunais de Justiça dos Estados ou, na área federal, pelo Tribunal Federal de Recursos.

A conseqüência deste sistema é que ele pesa na independência moral, política e emocional que o juiz deve ter, no momento em que vai proferir uma decisão. Decisão que pode ser contra poderosos ou mesmo contra a própria União. Atualmente, ao dar uma sentença, o juiz sabe que se algo ocorrer advirá de decisão do seu tribunal superior estadual — no caso os Tribunais de Justiças dos Estados, compostos de magistrados de carreira, como os demais juízes das instâncias inferiores.

Com o funcionamento do Conselho o juiz sabe que está sujeito à censura de um órgão de Brasília livremente indicado pelo chefe do Poder Executivo.

DOIS EXEMPLOS

Como se vê — através apenas destas três mudanças no sistema do Poder Judiciário, pois há outras — o problema da reforma não é apenas técnico mas bem ao contrário ele é bastante político.

Isto porque o funcionamento e a composição do Supremo Tribunal Federal sempre foi um problema político. Há dois exemplos recentes que demonstram isso de sobejo. Em 1965, quando da promulgação do Ato Institucional número dois, uma das medidas mais importantes tomadas então foi a indicação de mais cinco juízes para integrar o Supremo. Este era composto de juristas indicados nos governos anteriores e os novos juízes tinham a função, como foi dito então, de "dar um conteúdo revolucionário" às manifestações da suprema corte de justiça do País.

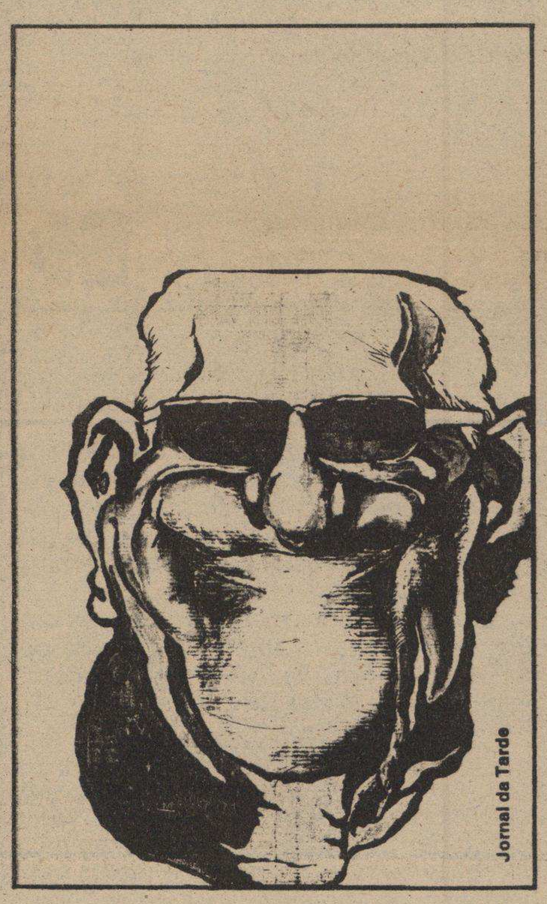
Posteriormente, em 1968, o mesmo se repetiu quando da edição do AI-5. Uma das decisões tomadas então com base no ato foi a substituição de vários dos ministros que faziam parte do Supremo e a indicação de outros, para ocupar o seu lugar.

Em síntese a reforma do Poder Judiciário contribui para a fiscalização dos seus atos pelo Poder Executivo. Com isso evita-se o surgimento de casos como os ocorridos em data recente em que a Presidência da República foi obrigada a lançar mão dos poderes excepcionais do AI-5 para aposentar juízes do Tribunal de Justiça de Brasília, acusados de comportamento irregular.

POUCA COISA FORA DA POLÍTICA

Além das decisões de natureza política, o governo baixou dois decretos-lei no dia 13 de abril, junto com a Emenda número 7 que reformou o poder Judiciário. Um deles altera a lei que instituiu a chamada "denúncia vazia" (mas não extingue como foi dito) e o outro institui as férias de 30 dias para os trabalhadores. Foram duas medidas destinadas basicamente a amacia o impacto das duras reformas que introduziu na área política.

Na verdade, foram duas idéias tomadas do Congresso, onde ambos os projetos estavam já em exame e com aprovação prevista para breve. Na emenda Constitucional nº 8, que introduziu a reforma política propriamente dita, apenas três dispositivos escapavam da área política. Um deles estabelecendo o prazo de quatro anos para validade dos concursos públicos (se aprovado e não aproveitado em 4 anos o candidato perde o direito) e outros da área econômico-financeira. O mais importante destes dispositivos é o que permite ao Executivo criar impostos e cobrá-los no mesmo ano, prática proibida pelo parágrafo 2º do artigo 21 e parágrafo 29 do artigo 153 da Constituição. Esta possibilidade de criar imposto e cobrá-lo no mesmo ano, servirá para evitar constrangimentos como o ocorrido com o depósito compulsório para a gasolina, que teve que ser chamado de "depósito restituível", porque se fosse caracterizado como imposto só poderia começar a ser cobrado no exercício seguinte.



Jornal da Tarde

"Não há intenção de renunciar a qualquer dos poderes especiais"

Em fins de 1976, o Departamento de Estado dos EUA preparou um relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil. Aqui, um trecho:

Quando assumiu o poder no início de 1974, a administração do presidente Geisel comprometeu-se publicamente com um relaxamento gradual dos estritos controles centralizados sobre as liberdades políticas e civis, introduzidas desde a Revolução de 1964. Parte de seus esforços visavam estabelecer um diálogo com a Igreja e com os estudantes,e a tentativa de adotar, pelo menos, o princípio da prestação de contas nas respostas formais e indagações sobre aqueles que se supunha terem sido presos por subversão. Ao mesmo tempo, o oficialmente reconhecido partido de oposição, sobretudo após os resultados surpreendentemente fortes que colheu nas eleições legislativas de novembro de 1974, mostrou-se cada vez mais inclinado a denunciar violações de direitos humanos e a exigir a punição dos culpados de tais ofensas. Membros da Igreja e representantes de organizações profissionais também aderiram a esse ativo debate público, que se refletiu amplamente na imprensa na medida em que esta se beneficiou do abrandamento do controle da censura.

Elementos conservadores — mais notadamente dentro das várias organizações de segurança — mencionaram uma permanente ameaça à segurança como justificativa para o desencorajamento da liberalização política. Sua influência ficou muito evidente no ano passado. No decorrer de 1975, prisões políticas e relatos de maus tratos aumentaram em São Paulo e outras cidades brasileiras em seguida à descoberta de gráficas do Partido Comunista Brasileiro e à alegada infiltração comunista no governo do Estado e na milícia estadual. Num discurso, em agosto último, o presidente Geisel, embora defendendo a liberalização ocorrida, assinalou uma mudança de ênfase das iniciativas políticas às preocupações sociais e econômicas. Ele também agiu unilateralmente, sob a autoridade da Lei de Segurança Nacional e do Ato Institucional nº 5, ao intervir em atividades parlamentares estaduais. Esta lei dá ao Executivo amplos poderes para restringir o exercício de direitos públicos ou privados, para suspender *habeas-corpus* e recursos judiciais em todas as situações às quais produz efeito).

Em conseqüência de desenvolvimentos recentes, entretanto, a administração parece atualmente estar reassumindo alguma iniciativa na direção de seu compromisso inicial. Após o segundo caso de morte, num período de três meses, de prisioneiro sob custódia das forças de segurança do II Exército em São Paulo, o presidente Geisel prontamente removeu o general comandante do II Exército. Seguiu-se, de acordo com informações, um considerável número de mudanças de pessoal no comando de São Paulo e em outros pontos de estrutura de segurança.

O combate à subversão está quase sempre definido de maneira ampla, continua. E, de fato, ninguém, — mesmo no partido de oposição — sugeriu que ele seja reduzido. Enquanto as prisões prosseguirem, persistirá a possibilidade de sérias violações. A situação está mal definida: acontecimentos que vão desde um incidente específico até uma conseqüência política nacional, como um revés do partido do governo nas eleições municipais deste ano, podem ter um impacto significativo na intensidade e nos métodos da "campanha anti-subversão". Enquanto isso, um ativo debate público prossegue no Brasil sobre direitos humanos, liberalização e institucionalização do presente sistema.

SITUAÇÃO LEGAL

A Constituição brasileira inclui, na área de direitos humanos, garantias legais e disposições internacionalmente reconhecidas como, por exemplo, igualdade perante a lei, liberdade de consciência, liberdade de convicções políticas e filosóficas, garantia contra prisão arbitrária, garantia de defesa plena, liberdade de reunião pacífica.

A Constituição também prevê a decretação de estado de sítio pelo presidente em certas situações. Mas esse poder não tem sido usado. Ao invés, desde a Revolução de 1964, o governo tem fortalecido sua autoridade com certas "medidas excepcionais" que, com efeito, permitem ao Executivo operar fora da Constituição, como bem entender, sem que seus atos estejam sujeitos a recurso posterior. Tais medidas são: o Decreto-lei 477, que tem a ver com o afastamento da atividade universitária de qualquer um, estudante ou professor, considerado culpado de atividade política proscrita; a lei de Segurança Nacional (Decreto-lei 898), envolvendo o tratamento, nem sempre constitucional, daqueles suspeitos de atos especificados contra a segurança nacional; o Ato Institucional nº 5, que dá ao presidente o poder de fechar o Congresso, intervir em estados ou municípios, remover de seus postos autoridades eleitas e privar pessoas dos seus poderes políticos, por dez anos (um ato conhecido como "cassação").

O *status* jurídico desses atos é complicado pelo artigo 181, na seção da Constituição intitulada "Disposições gerais transitórias", o qual aprova e exclui da revisão judicial virtualmente todas as medidas tomadas pelo Executivo de 1964. Ademais, o artigo 182 declara especificamente que o Ato Institutucional nº 5, de dezembro de 1968, e os outros atos editados subseqüentemente continuam em vigência. Assim, embora essas medidas sejam consideradas "excepcionais", por oposição a (medidas) constitucionais, elas são, dessa forma, sancionadas pela Constituição. Há indícios de que o Executivo não tem a intenção, pelo menos em futuro possível, de renunciar a qualquer um de seus poderes especiais.

Férias: faltou consulta

Em novembro do ano passado, a Comissão de Direito do Trabalho do VI Congresso dos Advogados, da OAB gaúcha, enviou um telegrama ao ministro Arnaldo Prieto. Preocupados com as notícias sobre modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, os advogados pediam esclarecimentos e ofereciam sua colaboração.

A resposta foi rápida e lacônica: as modificações, comunicava o ministro do Trabalho, estavam em estudos e no momento adequado seriam divulgadas. Depois disso, os advogados souberam pelos jornais que o presidente Geisel havia enviado ao Congresso um projeto aumentando para 30 dias as férias do trabalhador. E, no dia 14 de abril último, souberam que este projeto estava aprovado pelo decreto-lei 1535, baixado pelo presidente durante o recesso do Congresso.

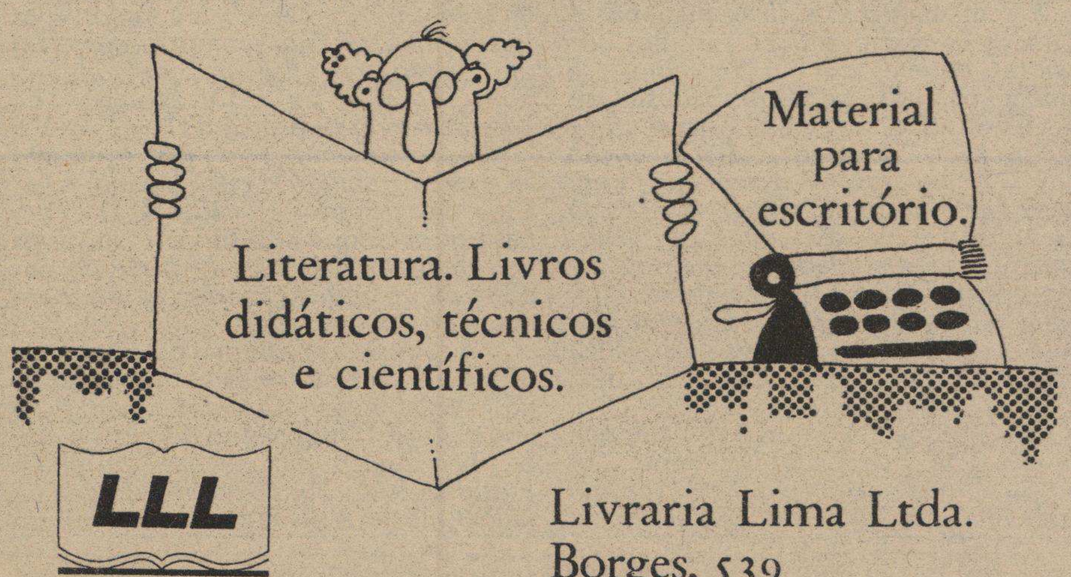
Esse desinteresse em ouvir as pessoas diretamente ligadas ao problema é, provavelmente, a causa das falhas ou das ambigüidades da nova lei, embora ela tenha aspectos positivos, segundo Olga Cavalheiro de Araújo, presidente da Associação Gaúcha dos Especialistas em Direito do Trabalho. Os pontos positivos são: o aumento do número de dias de férias, a regulamentação dos problemas decorrentes da suspensão do trabalho de empregado que goze benefícios do INPS, as multas, que deixam de ser simbólicas quando o empregador não cumpre suas obrigações, e a fixação do salário de férias. Ela ainda acrescenta nesse lado positivo a legislação sobre salários das férias, que "está muito bem redigida, não deixa dúvidas. Antes esta questão tinha que ser discutida na Justiça, agora não será necessário".

Em relação ao artigo 143 (que permite ao empregado vender dez dias de suas férias), no entanto, Olga tem restrições: "O abono de férias legaliza uma prática de muito tempo, mas só merece críticas de princípio. Porque toda a doutrina trabalhista entende que o repouso, o descanso nas férias é um direito irrenunciável e essa questão de princípio não foi levada em consideração".

A parte relativa às férias coletivas também, segundo Olga, legaliza uma prática, mas a nova redação da lei tira um direito do empregado. Até esta lei, as férias coletivas dependiam de um acordo entre patrão e empregados. Agora a única exigência é que o sindicato dos empregados seja comunicado e isto atende aos interesses das grandes empresas, como é o caso da indústria automobilística.

Estas questões, no entanto, são detalhes da questão básica que é a ausência de uma discussão da lei pelos interessados diretos dela. "As necessidades e a vivência direta delas devem ser aferidas junto aos que vão ser atingidos pela lei. Esta concessão de direito dada pelo Estado, com caráter paternalista, retira da vantagem obtida a natureza de conquista do trabalhador, em prejuízo da sua necessária estabilidade. Em dez anos nós observamos que várias vantagens trabalhistas concedidas até então pelo Estado foram instáveis. Haja visto que a partir de 1964, o trabalhador perdeu direitos que lhe eram fundamentais, como a estabilidade do tempo de serviço, trocada pelo Fundo de Garantia. Perdeu o adicional de insalubridade, que antes era pago a partir da admissão do empregado. Agora ele recebe apenas a partir da reclamação na Justiça, que ele não faz porque senão perde o emprego. Perdeu o direito de negociar os reajustes salariais com seus patrões, pois agora quem decide é o governo, e perdeu o direito de greve".

LIVRARIA LIMA, O SUPERMERCADO DA CULTURA.



Livraria Lima Ltda.
Borges, 539

Pense.

Pare para pensar.

Uma paradinha qualquer, um pensamentinho que seja.

Pense idéias ao alcance da realização, coisas práticas.

Num meio melhor de executar uma tarefa, de cumprir uma função.

Dê uma boa pensada na vida que você leva, no modo como reage e na sua postura em relação às mudanças do nosso tempo.

Reflita sobre problemas que lhe interessam ou lhe dizem respeito. Problemas seus, da sua comunidade — todos merecem maior reflexão.

Refletindo, você encontra soluções inesperadas, oportunas, construtivas e renovadoras.

Fazer do hábito de pensar uma forma de questionar fatos e atos é evoluir.

E todos nós, de um jeito ou outro, uns mais outros menos, estamos precisando de uma dose de evolução.

Não dessa evolução carregada de know-hows, tecnologias, avanços científicos e progressos. Não.

Estamos falando de idéias de ser humano para ser humano.

Se nós chegamos a este estágio cultural, foi porque há milhões e milhões de anos um ancestral nosso resolveu assumir o seu mais antigo e exclusivo privilégio biológico: o de pensar.

Não fosse isso, o Homem ainda seria um animal a mais na natureza.

Não teria acumulado conhecimentos nem sentido a necessidade de preservar e transmitir idéias.

Mas parece que todas essas conquistas estão nos custando muito caro. Estão impedindo da gente pensar.

Nós, da Pallotti, vivemos de imprimir idéias e não podemos conceber esse impedimento.

Porque achamos que ficar calado, engavetar criações ou desistir de imaginar, é ruim para você e para os que vivem ao seu redor.

A Pallotti, com este anúncio, não quer mudar o mundo. Só não queremos que pensem que por não opinarmos estamos satisfeitos com ele.

Vamos pensar. Com originalidade, com teimosia.

Pode ser que uma idéia sua contribua para aumentar a esperança ou otimismo em sua casa, no seu trabalho, na sua escola.

Pode ser que vire um conto, um livro. Uma peça de propaganda. Um manual de instruções. Um cartaz, um folheto ou um prospecto de utilidade pública. Pode ser que se torne um boletim de empresa ou mesmo um catálogo comercial.

Não importa. O que mais interessa é que pensando você pode participar intensamente de qualquer processo funcional que estiver envolvido e assim se realizar melhor.

Demos esses exemplos de idéias porque essa é a parte que nos toca no contexto geral. E porque nós da Pallotti acreditamos muito no que fazemos.

Mas se a sua felicidade depender de uma idéia que não precise de papel, tinta e impressora, não faz mal.

Nem só de idéias impressas vive o Homem.

LIVRARIA EDITORA PALLOTTI

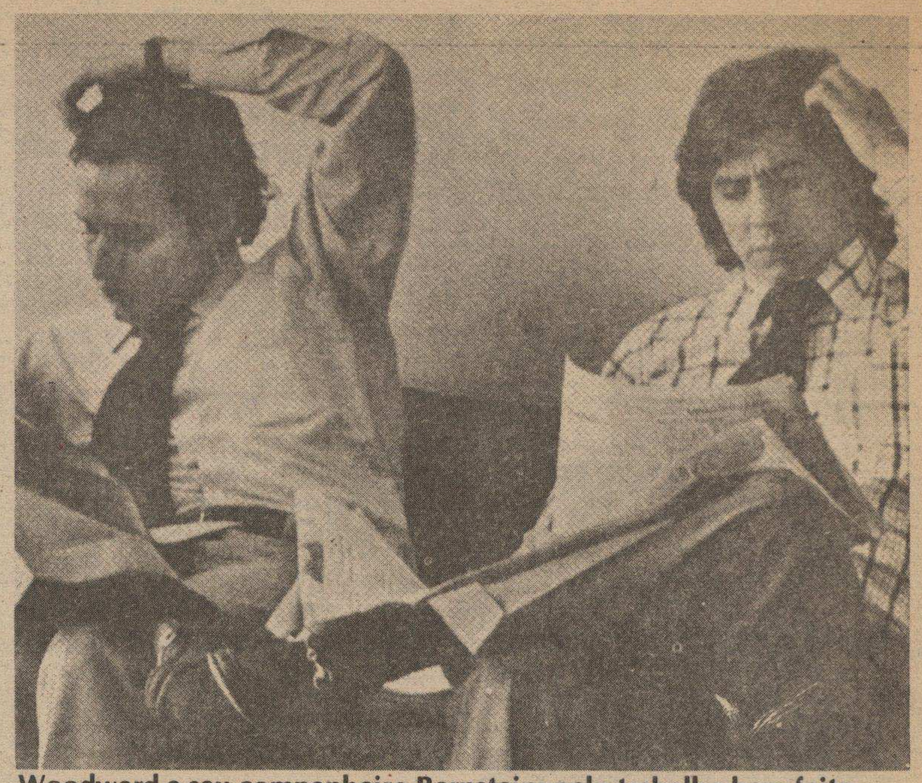
Rua Tupi, 200 — Passo D'Areia (Volta do Guerino)
Fone 41.3976 — Cx. Postal 6010
90.000 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul

COMPOSIÇÃO/FOTOLITAGEM/IMPRESSÃO

Livros • Catálogos • Boletins • Folhetos • Revistas • Cartazes • Anais • Prospectos • House-organs • Malas-diretas

OS HOMENS DE NIXON

"Todos os Homens do Presidente", o filme sobre Watergate, baseado no livro dos dois repórteres que levantaram o caso, chega ao sul três meses depois do lançamento no Brasil. Chega no momento em que os jornais começam a publicar resumos de um outro livro recém lançado e que fortalece as hipóteses de que tudo não passou de um golpe da CIA.



Woodward e seu companheiro Bernstein: pelo trabalho bem feito

Um caso jornalístico?

O roteiro de William Goldman, baseado no livro de Bob Woodward e Carl Bernstein, não é mais revelador sobre a natureza política da crise que chamamos *Caso Watergate* que o próprio trabalho dos dois repórteres. Ele apenas escolheu pontos essenciais do *caso jornalístico,* deixando que o aspecto político seja referido, nas duas últimas conversas com Woodward, por seu informante secreto, *Deep Throath*.

O filme tem uma narrativa calma, quase fria. Pakula utiliza três recursos de expressão dramática para obter efeitos diferentes: o som, os contrastes de luminosidade nos cenários e a "palavra-ação".

O som nos fornece, no início, meio e fim, a idéia central da luta que Pakula vai desenvolver. São três momentos em que ele atua fortemente, quase como um discurso do diretor. Na cena inicial, uma máquina de escrever bate a data da invasão da sede democrata no edifício Watergate. Cada batida da tecla no papel soa como um tiro, poderosa, ameaçadora. A cena é cortada para a transmissão de TV da chegada de Nixon em Washington, vindo da URSS, para falar ao congresso. No meio do filme, quando em primeiro plano a TV transmite a escolha de Nixon, pela convenção republicana, como candidato à re-eleição no segundo plano Woodward bate uma reportagem. O som da máquina vai crescendo, impondo-se aos gritos de "Four more years" que a massa republicana grita para a câmara de TV. E no final, quando o teletipo se opõe aos tiros de canhão que festejam a posse de Nixon para mais um período presidencial. O teletipo funciona para mostrar como acabou o caso, mas funciona muito mais com a imposição do som de suas teclas ao ruído da salva de canhões. Através deste diálogo de objetos sonoros, Pakula depõe: o filme é uma luta entre a máquina de escrever, que explica o que acontece, e a Televisão, que mostra apenas a aparência externa do poder ou o próprio canhão, que festeja o poder. Estes momentos são quase como a partitura musical dramática, a música incidental que trabalha a emoção do espectador para um lado do combate.

Toda a ação se passará em diferentes tons de luminosidade. O *Washington Post* é claro, preciso, todas as linhas estão bem nítidas, porque é um espaço iluminado, é o mundo da clareza. Mas a isto se contrapõe a escuridão da garagem, o subterrâneo onde Woodward deve descer para buscar a verdade dos fatos. E os tons quase neutros dos outros locais de ação. A noite, a obscuridade, os dias nublados, a assustadora caminhada de Woodward pela madrugada, nos mostram que o mundo exterior ao *Post* tem linhas pesadas, duras, difíceis de esclarecer, de explicar.

E pela "palavra-ação", nos explica as contradições reais do drama, da aventura, que Pakula já vinha acentuando pela utilização do som, da iluminação, da tonalidade deste espaço físico da ação.

E a "palavra-ação" está toda apoiada no excelente roteiro de William Goldman. Ele selecionou do livro (como o livro já havia selecionado da história real) os pontos essenciais do trabalho jornalístico. Há o trabalho de "Woodstein" (como a redação chamava a dupla de repórteres) e há o trabalho da redação, onde se destacam o diretor Ben Bradlee e o editor de local, Harry Rosenfeld (o roteiro excluiu Barry Sussman, editor de distrito que coordenou diretamente o trabalho dos dois repórteres). Nestes dois momentos interligados da ação, percebemos que o personagem central de Pakula é o *Washington Post,* sua hierarquia, suas relações de trabalho, seus métodos. E o roteiro mostra estes dois tempos: o trabalho do repórter e o trabalho da redação. Woodward e Bernstein movimentam-se, interrogam, pesquisam, sem ter uma idéia precisa do drama maior em que estão envolvidos. A redação é, simultaneamente, um elemento crítico que "segura" a obsessão dos repórteres e lhes dá uma forma, uma definição editorial. Bradlee, democrata, amigo dos Kennedy, sabe algo do que está em questão. Diz isso em sua última fala ("é apenas o destino do país que está em jogo"). É um crítico. Recoloca a verdadeira dimensão do trabalho quando explicita "vocês estão chamando o ex-procurador-geral da República de escroque". Mas nem os repórteres nem Bradlee dão a dimensão exata da crise. É nas conversas de Woodward com *Deep Throat* que isto vai surgir. Já pelo clima de conspiração que envolve os encontros, que dá ao filme os momentos de maior densidade, temos o sentimento de conjura, perigo, mistério. Também são nestes momentos, dramaticamente marcados pela escuridão, pela figura mal delineada de *Deep Throat,* que percebemos a confusão em que estão os repórteres e o próprio *Washington Post*. Ao nível da história real, *Deep Throat* foi mais que uma fonte, o pauteiro das reportagens. Indicou caminhos, impediu desvios. Mas no filme ele é utilizado como contraponto dramático. Ele "sabe". É quem vai acentuar a importância de alguns acontecimentos e a inutilidade de outros. Ele é quem explica (numa boa montagem de texto feita pelo roteirista Goldman) que há um complô do Executivo para dominar a vida política do país. Que toda a administração está envolvida, direta ou indiretamente, pela equipe Nixon, pelo próprio Nixon. Há um golpe em marcha. "Eles liquidaram Muskie, porque o temiam. E fizeram escolher McGovern, porque o queriam como adversário". Pakula nos mostra que a imprensa funciona não por aquilo que já sabe, mas pelo que deve saber, pela investigação e pela organização dos fatos.

Estes três recursos (som, tonalidade do cenário, "palavra-ação") se articulam num filme sóbrio, que excluiu a possibilidade de ser um documentário para ser um relato, trabalhado dramaticamente, de alguns fatos que ocorreram. O filme não conta tudo sobre o trabalho jornalístico ou a conspiração. Nem ao menos é uma síntese perfeita do livro. É um trabalho que se conjuga com este para fazer o elogio da imprensa. E esta não surge como uma instituição (nunca vemos a fachada do *Post* ou Katharine Graham), mas como uma forma de trabalho. Ninguém fala em "público" ou no "dever com o público". Isto está implícito no trabalho. Bernstein e Woodward não querem salvar o mundo. Querem fazer o seu trabalho bem feito. Não há a deformação do jornal como ponto de vista fechado sobre algo. Há uma demonstração clara de que um jornal, quando leva suas funções aos seus limites, ainda é um grande meio de se impedir uma ditadura. E o que é uma ditadura, se não a imposição de um ponto de vista excludente de outros? Pakula nos mostra que a sobrevivência da relativa liberdade de uma democracia liberal se apóia não apenas numa imprensa livre, mas na existência de uma imprensa disposta a ser independente de pressões econômicas ou interesses políticos imediatos. E que esta imprensa não seja apenas livre, que se faça livre. Pelo trabalho. Por não se omitir. Por topar as paradas.

Yankees e cowboys

O *Caso Watergate* é tido como o incidente que levou Nixon a renunciar ao posto de Presidente dos EUA. O trabalho do *Washington Post* é considerado essencial para que isso tenha acontecido. Mas nem Nixon renunciou porque meia dúzias de vadios invadiu a sede do Partido Democrata em Washington, nem o *Washington Post,* particularmente, foi quem o encurralou até a renúncia. Os fatos são outros.

A invasão da sede do Partido Democrata foi o ponto de partida. O governo Nixon estava todo envolvido em atividades semelhantes. Invadiram o consultório do psiquiatra de Daniel Elsberg (que havia entregue ao New York Times os documentos do Pentágono), instalaram aparelhos para controlar as conversas telefônicas de políticos e homens de imprensa, usaram as declarações de renda para fazer pressão política, etc. O governo Nixon, diria *Deep Throat* a Woodward, "se apossara com pulso forte de todas as repartições do governo" Isto tudo era utilizado para coletar informações. Explica *Deep Throat:* "investigavam-se as pessoas e, caso se descobrisse alguma coisa, fazia-se uma meia chantagem". O governo Nixon era uma conspiração dentro do Executivo, para fortalecer a presidência diante do Congresso, dar-lhe condições para manobrar o Judiciário, atemorizar a imprensa e manipular a opinião pública. Era um golpe branco que, ao fortalecer o Executivo, fortalecia o grupo Nixon dentro do governo e do Partido Republicano. O objetivo era o poder. E para quem este poder? Para o grupo Nixon, é certo, mas também para os grupos econômicos que ele representava. O Correio do Povo editou (domingo, dia dez, terça e quarta-feira) um resumo do livro de Carl Oglesby, *A Guerra entre Yankees e Cowboys,* que trata do asunto. Em síntese , o grupo ou grupos econômicos, que apoiavam Nixon eram "os novos ricos" do chamado cinturão sul, o sudoeste.

Essa batalha pela hegemonia política era o caminho necessário para a hegemonia econômica desses "novos ricos", em detrimento do tradicionalmente chamado "velho dinheiro": famílias ricas do nordeste dos EUA. Não é uma luta entre conservadores e liberais, mas uma luta de interesses econômicos. Há democratas conservadores também.

JORNALISMO INTERPRETATIVO. O LIVRO QUE OS JORNALISTAS VÃO LER.

Um estudo de Luiz Beltrão sobre o desenvolvimento de novas técnicas no jornalismo gráfico brasileiro. Um livro pra profissional de Comunicação nenhum botar defeito.

Solicito remeter pelo reembolso postal .....

JORNALISMO
Luiz Beltrão INTERPRETATIVO ..... Cr$ 65,00

Nome: .....
Endereço: .....
Cidade: ..... Data: .....

Assinatura: .....

livraria SULINA
Av. Borges de Medeiros, 1030
90.000 - Porto Alegre - RS

Nixon foi levado à renúncia porque houve reação em várias instâncias das instituições e do processo político norte-americano. O Congresso vinha sendo, desde Roosevelt, castrado pelo Executivo. E o Congresso tinha a maioria de membros do Partido Democrata. Esses dois fatos colocaram o Congresso em oposição a Nixon, porque este o desprezava e queria liquidá-lo. É mais complicado situar o problema do Judiciário. Vários dos juízes da Corte Suprema foram nomeados por Nixon e acabaram votando contra ele. Aquele foi um dos momentos em que as tensões políticas no Judiciário, as ideologias e os interesses internos, se impuseram à lealdade partidária ou de grupo. Se levarmos em conta que subjaz, em tudo isso, uma luta pelo domínio, ou pela hegemonia, da economia, por grupos, é claro dá para imaginar que até isto atuou no Judiciário e Legislativo.

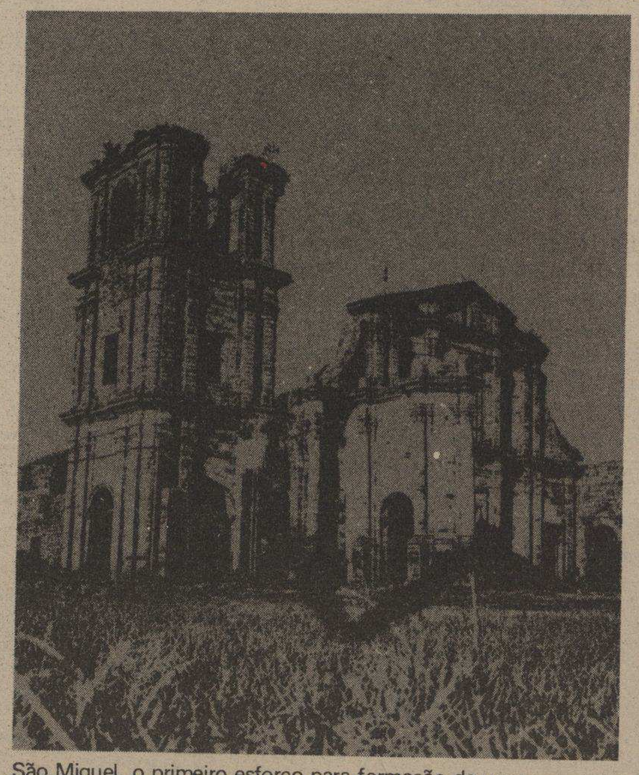
A imprensa, não apenas o *Washington Post,* batalhou contra Nixon, porque este a ameaçava, desde o primeiro período. John Mitchel, quando procurador-geral, jogou todo o seu poder para atirar a opinião pública contra a imprensa, utilizando jornais direitistas e aqueles, simplesmente conservadores, que estavam na jogada econômica em evolução. Os comentaristas de TV, o conservador *Time* (sempre em boas relações com o FBI), os jornais de esquerda ou liberais: todos jogaram pesado. Sabiam, mesmo que fosse apenas pela conjugação de detalhes,ou instinto,que estavam ameaçados,que Nixon os queria amordaçados. E que Nixon usaria a chantagem, o poder econômico, a legislação, a coação — o que fosse — para anular a imprensa. O *Washington Post* puxou o fio de Watergate e verificou algumas das ligações entre o incidente e o Grupo Nixon. O Grande Júri e o Comitê do Senado interrogaram os envolvidos e acabaram chegando à presidência. Sempre com a cobertura dos grandes veículos. Com isso a opinião pública, já desgostosa com a guerra do Vietnam, a inflação, etc., começou a mostrar, nas enquetes do Gallup, sua insatisfação com Nixon. O negócio era o seguinte: Nixon usava todas as tropas que tinha e os outros respondiam com fogo total. Era uma guerra completa e o prêmio era gordo.

Nesse estágio é bom perceber que um repórter republicano, com apenas nove meses de *Washington Post*, que havia votado em Nixon, cursado Yale, veterano da Marinha, descrito por seu colega Bernstein como um homem de "gramados, relva, cabines de transatlânticos e quadras de tênis", estabelece contato com *Deep Throat*. Quem era *Deep Throat*? É apresentado assim no livro de Bob Woodward e Carl Bernstein, no capítulo quatro: "Woodward tinha um informante no poder Executivo, com acesso a informações do Comitê de Reeleição do Presidente e da Casa Branca (...) a posição do homem (*Deep Throat*) no poder Executivo era extremamente delicada". Mais adiante, no capítulo seis, é dito sobre ele que "ultimamente, havia expressado seu temor quanto ao futuro do poder Executivo, onde ocupava posição invejável para observar os fatos". E mais "tinha livre acesso a informações da Casa Branca, do Departamento da Justiça, do FBI e do CRP". O informante, pauteiro, e principal fonte de verificação dos fatos para o *Washington Post* estava "dentro" da presidência. Isto significa que havia, ao nível dos funcionários da administração, reações aos propósitos de Nixon.

Em *Os Últimos Dias,* também de Woodward e Bernstein, há a citação de uma conversa de Bob Haldeman com seu advogado, Strickler (página 400). É no exato momento em que a imprensa, as TVs, rádios, tribunais, comitês do Senado, estão forçando Nixon a entregar às transcrições das fitas gravadas. Haldeman considerava que o fim estava próximo, pois o assessor imediato de Nixon, general Alexander Haig, e os advogados do presidente "entravam em pânico". E argumentava que a importância das transcrições era enormemente exagerada. "O presidente já tinha revelado coisas piores e suportara a situação". E concluía com uma informação extremamente importante: "Nixon estava sendo vítima de um *putsch* em sua própria Casa Branca". O que Haldeman queria dizer é que o processo se consolidava. Que processo?

Fosse por um encadeamento natural, fosse por um esquema deliberado, Nixon havia sido desfalcado, pouco a pouco, de sua equipe. Restavam Kissinger, (homem de Harvard e dos Rockfellers), algumas secretárias, Ziegler e os caras que escreviam os discursos. Haldeman, Erlichman, Mitchel, Colson, Magruder, Dean III, Spiro Agnew, tinham sido despachados. Nixon estava só. Estes caras eram como sucessivos muros de uma fortaleza que vão sendo tomados pelo exército formado pelo Congresso, Judiciário e os *Mass Media*. E Haldeman queria dizer que além desse avanço do exterior para o interior, havia um processo interno de isolamento. O único homem entre Nixon e o mundo, era o general Haig. Alguns jornalistas e políticos especulam que Haig era *Deep Throat*. A função de Haig era a anteriormente desempenhada por Haldeman, uma espécie de chefe da Casa Civil. Tornou-se o único canal de comunicação entre Nixon e a realidade. O presidente era um desequilibrado. Toda a sua trama de intimidar a oposição, ou calá-la, era resultado de sua tendência de enxergar inimigos onde só se movia uma cortina. À medida que foi perdendo a equipe, ficou mais enlouquecido. Não tinha em quem se apoiar, não havia um referente crítico que o ajudasse a tomar decisões. As páginas finais de *Os Últimos Dias* mostra que o arquiteto da renúncia foi Alexander Haig. Nos dias decisivos, ele chegou a coordenar Goldwater e o líder republicano Hugh Scott para que isto fosse obtido. Disse a eles como deveriam proceder diante da consulta de Nixon sobre se deveria renunciar ou não.

Deliberado ou não, isso houve. Nixon tentou se apropriar dos órgãos de segurança e da administração para dominar inteiramente o país. E houve uma reação neste mesmo nível. O caso *Washington Post contra a Presidência* foi apenas um dos detonadores de um processo que iria acontecer. *Todos os Homens do Presidente* (livro e filme) mostram a batalha na sua parte mais heróica. Houve medo, solidão, erros, grandes ganhadas, foi uma grande parada. Mas Nixon não renunciou por circunstâncias. Foi deposto num processo, numa contra-conspiração. Foi um golpe.



São Miguel, o primeiro esforço para formação de uma comunidade cristã no sul do Brasil.
O passado que o tempo não apagou.

Chame as coisas pelo nome: no sul, Caderneta Apesul de Poupança.

Há dez anos que o nome Apesul está ligado às tradições e aos costumes do Rio Grande do Sul.

E durante todo este tempo, ela se tornou parte da vida de mais de 300 mil famílias gaúchas.

Recebendo poupança e concedendo financiamentos para casa própria.

Sempre com muito carinho, simpatia e atendimento personalizado.

Conte com a Apesul. A Caderneta da terra.

Gaúcha de nascimento, gaúcha de coração.

No sul, Caderneta Apesul.

ANO DA POUPANÇA 77

Caderneta APESUL de Poupança

marca

Ainda aldeia, apesar dos turistas

Os noivos marcam a data do casamento, mas fogem antes, mantendo uma das tradições de Garopaba. Por *Afonso Licks* e *Flávio Porcello*

Um velho e sempre seguido costume na praia de Garopaba, pequena e pobre aldeia de pescadores a 60 quilômetros de Florianópolis, manda que os noivos fujam da cidade alguns dias antes da data marcada para o casamento. Vivem alguns meses numa cidade próxima e depois voltam para a aldeia e passam a viver juntos.

O cartório da cidade tem registrado como último casamento uma cerimônia realizada no dia 13 de dezembro do ano passado. Porque era gente de dinheiro, explicam os moradores, que queria evitar comentários. E antes deste, garantem, há três anos não acontecia outro casamento sem que os noivos fugissem antes. É natural, explica Flora Ribeiro da Silva, tia Flora:

—Uma festa de casamento sai caro, começa aí o problema. Depois, de que adianta a moça casar com um homem e descobrir depois que não gosta dele? Melhor provar antes. Quando minha última filha fugiu eu estava na janela. Aí me virei para o lado, fingi que não via nada e até chorei um pouquinho. Mas não adiantava impedir, era para o bem dela mesmo.

Este é um dos costumes da aldeia que resistiu à invasão dos turistas, quase todos gaúchos, que no começo da década de 60 descobriram a bucólica praia. Até então, a civilização passava longe dali. Tanto, conta-se, que há 30 anos, quando um pequeno avião sobrevoou a aldeia a uma altura muito baixa, os assustados habitantes encheram as pequenas carroças com o que foi possível pegar mais rápido e fugiram em fila pela estrada até Araçatuba, a 20 quilômetros dali.

Nem mesmo a carga muito forte de informações, novidades e tentações trazidas anualmente pelos 6 mil turistas e veranistas conseguiu mudar os hábitos e costumes deste povo e, muito menos, tirar a sua inconfundível calma e tranqüilidade.

É verdade que os pescadores e suas famílias já aprenderam que estes três meses têm alta significação para o *progresso* da cidade, mas aprenderam também que todo descuido em relação aos forasteiros pode ser fatal.

Mestre Severo, pescador de 47 anos, não cansa de repetir aos filhos que no início, quando os gaúchos começaram a invadir a praia, "nós ainda éramos muito ingênuos". Era comum, por exemplo, alguém bater à porta de um pescador e pedir emprestado panelas ou pratos que nunca mais voltavam.

Mesmo o maior bem de um pescador, como o bote, de fácil manejo, era emprestado aos garotos que pediam apenas para "dar uma voltinha". Bergamino, vizinho de Mestre Severo, lembra bem que seu bote ficou muito tempo no meio do mar e precisou de muito esforço para buscá-lo porque os garotos resolveram abandoná-lo e vir nadando até a praia.

Da mesma forma, todos os 3 mil habitantes de Garopaba sabem que nos três meses de verão até a sua própria subsistência entra em jogo. As mães passam dificuldades para conseguir um litro de leite para os filhos — "os gaúchos levantam cedo e pagam até 5 cruzeiros por um litro que custa 3 cruzeiros, e nós ficamos às vezes até uma semana sem tomar leite", diz tia Flora.

José Inácio Ávila, dono do pretensioso Museu Oceanográfico de Garopaba e ex-dono do Hotel Lobo, quando não está encerrado no seu pequeno quarto de experiências injetando formol em lagostas, siris e outros animais marinhos, é o popular Zé Inácio das ruas de Garopaba e do bar do Luca, bem em frente da praça central. Lá ele ouve dos pescadores todas as histórias das aventuras, mandos e vexames dos gaúchos turistas e se encarrega de espalhar:

—No verão, dá cada briga ali nas barracas, que as mulheres despencam pedra abaixo e quase caem no mar. Eu mesmo já ajudei muitas, fazendo curativos ou levando à farmácia — diz, com gestos largos e alguma encenação.

Isto faz Zé Inácio e a maioria dos habitantes olharem os forasteiros com um certo ar de indiferença. Que se torna amável para com os que passam a viver lá, como dona Álmia, viúva, 43 anos, o João da Benga, "compositor e boêmio", 37 anos, e o Morongo, médico também jovem que vive com os atendimentos que faz para o INPS. São portoalegrenses atraídos pelas belezas naturais e vida pacata da aldeia.

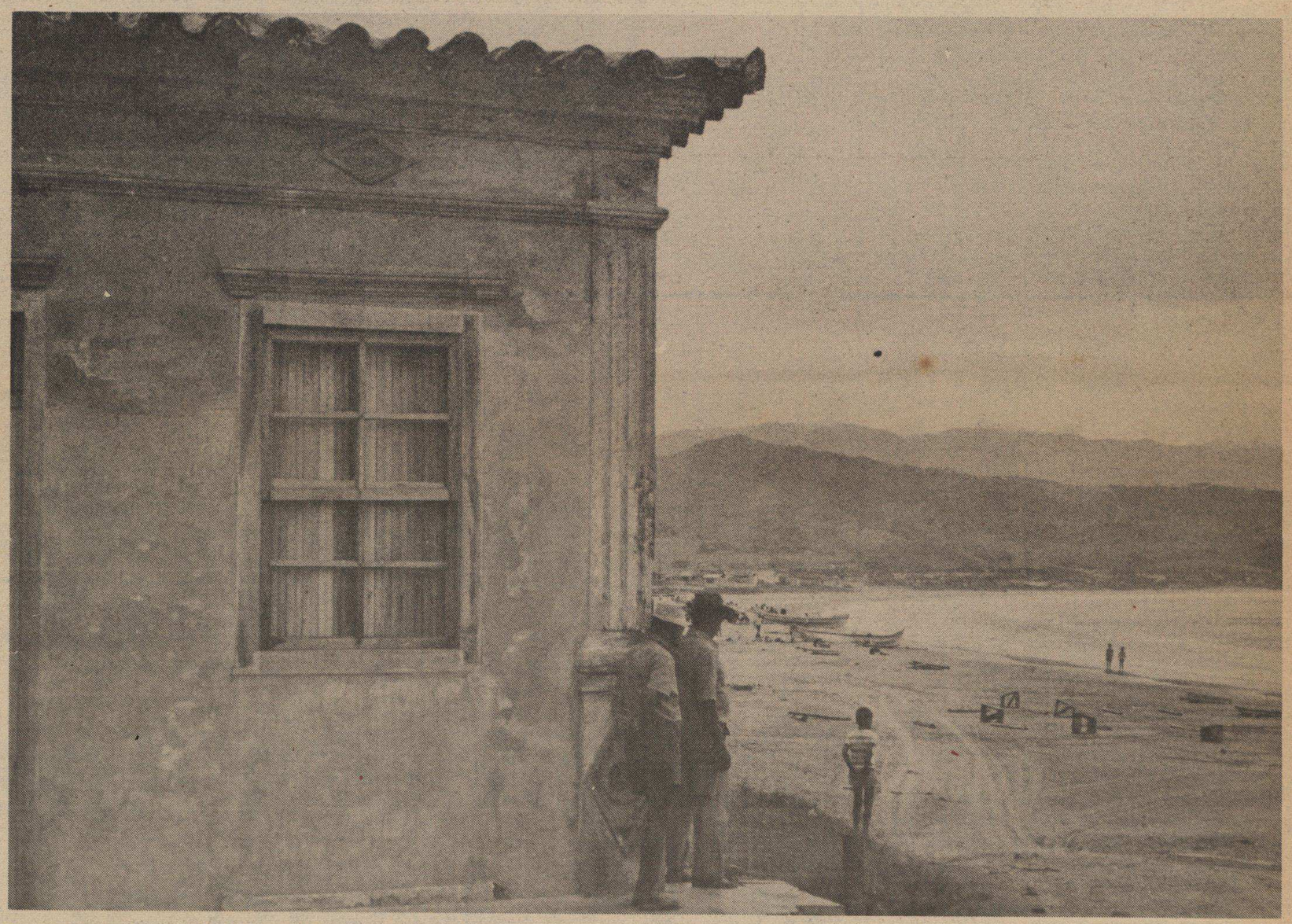
A tranqüilidade, porém, está fugindo aos poucos. Já há derrubada de prédios antigos, e surgem edifícios novos destoando completamente da arquitetura do lugar, como o Hotel Garopaba e a Central Telefônica.

Pior, para quem ama a singeleza de Garopaba, são os planos do prefeito. Adílio Inácio de Abreu, 54 anos, eleito pela Arena, único partido no município, pensa, entre outras ambições, "realizar algumas obras para retribuir o progresso que os gaúchos nos trouxeram".

O prefeito quer dar conforto aos amáveis veranistas: água encanada, esgoto, um centro de campismo, "onde os veranistas possam ter os prazeres de uma boate e também de uma piscina. Isto talvez já para o próximo ano".

Os moradores, no entanto, avaliam de maneira diferente a invasão de cada verão, pois os turistas dificultam sua alimentação, roubam seu sossego, levam seus pertences. Agora, quieta, cautelosa, a população apenas observa a movimentação dos forasteiros.

Quando algum filho de pescador aparece com uma camisa daquelas americanas, recebida do filho de algum turista, ou falando gírias bem característica de cidades afastadas dali, os pais sentem mais profundamente que as tradições do lugar estão sendo seriamente ameaçadas. Por isto, quando chega março, suspiram de alívio e saúdam o fim do verão.



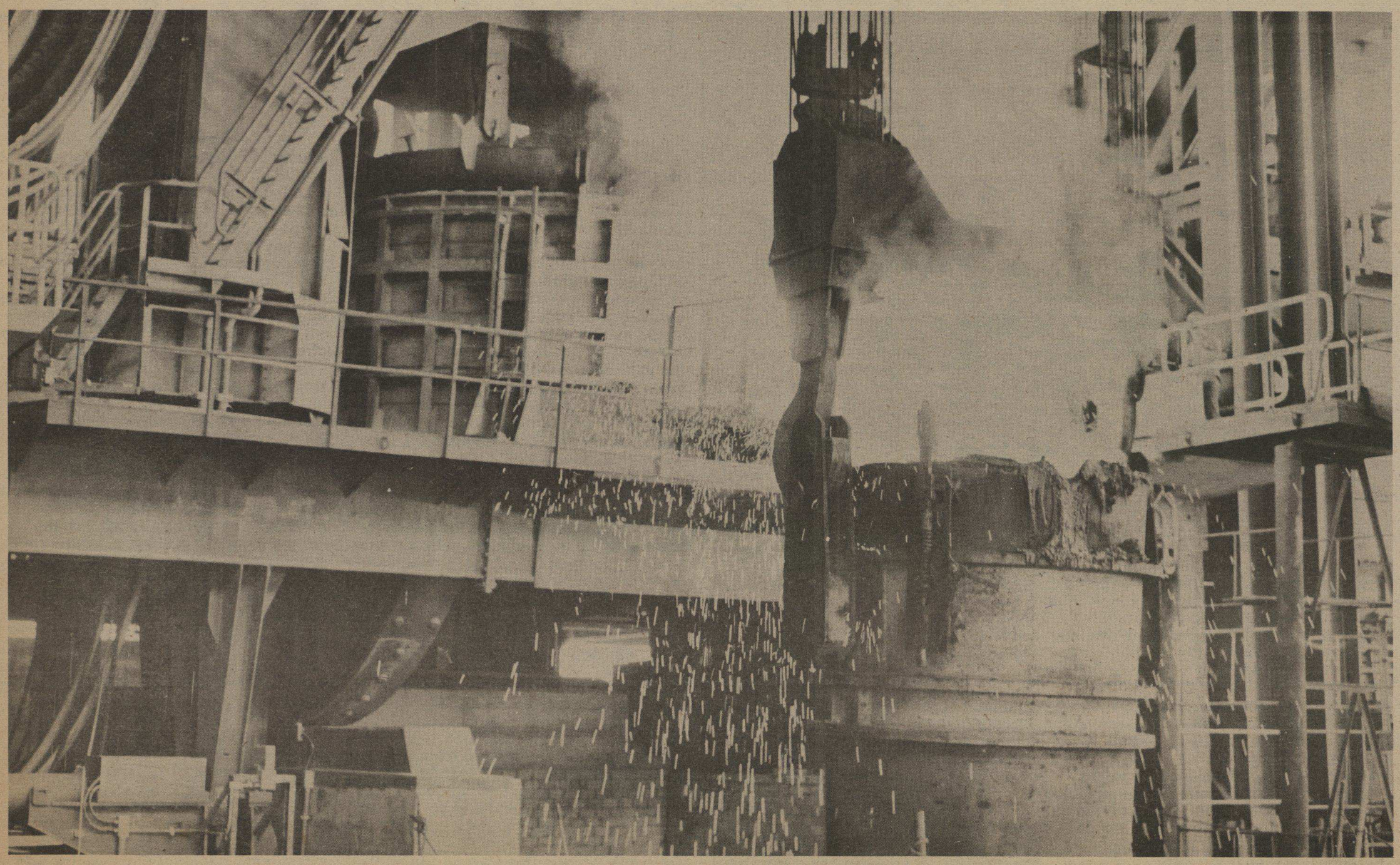
Garopaba: a tranqüilidade só foge nos meses de verão

Para inaugurar com muita propaganda o novo endereço, a Escala quis trazer, pelo dobro do que eles ganham, o Mafuz e o Ernani Behs para o departamento de RP, o Adão e o Gilberto Lehnenn para o atendimento, o Tonho e o Jayme Sirotsky para tomar conta da mídia e o Edgar Siegmann para desempenhar na produção gráfica. Nenhum deles aceitou.

Tem horas que não dá mesmo para entender as pessoas.

Escala Publicidade Ltda.
Rua Santo Antônio, 63 – 3º andar
Tels. 25·6822 – 25·0306 – 24·4767

Esta foto está cheia de alma e de aço do Grupo Gerdau.



Mas olhe para ela mais um pouco e você vai ver também o perfil da empresa privada deste País.

Produzir 950.000 toneladas de aço por ano é a participação ativa do Grupo Gerdau no desenvolvimento de uma coisa que interessa a todos os brasileiros: o Brasil.

Por isso, o fogo que você está vendo nesta foto é, ao mesmo tempo, uma ferramenta e um símbolo.

Ele fica aceso dia e noite, o ano inteiro, na Siderúrgica Riograndense, em Sapucaia do Sul e Porto Alegre; na Açonorte, em Recife; na COSIGUA, no Rio de Janeiro; na Guaíra, em Curitiba; na COMESA, em Maceió.

É este fogo que simboliza o dinamismo da empresa privada do nosso País, que só no setor da Siderurgia contribuiu, em 1976, com mais de 3.800.000 toneladas de aço, vitais para o desenvolvimento de alguns dos mais importantes setores de produção, entre eles a construção civil e a indústria mecânica.

Portanto, você não está vendo aí apenas um forno produzindo aço. Como o retrato de uma fábrica nunca é só uma fábrica. Atrás de cada empreendimento, estão a garra e a livre iniciativa do empresário que planeja e faz, que abre frentes e desenvolve.

O Brasil que aí está, deve muito à livre iniciativa.

Por isso, esta foto mostra mais do que os seus olhos podem ver.

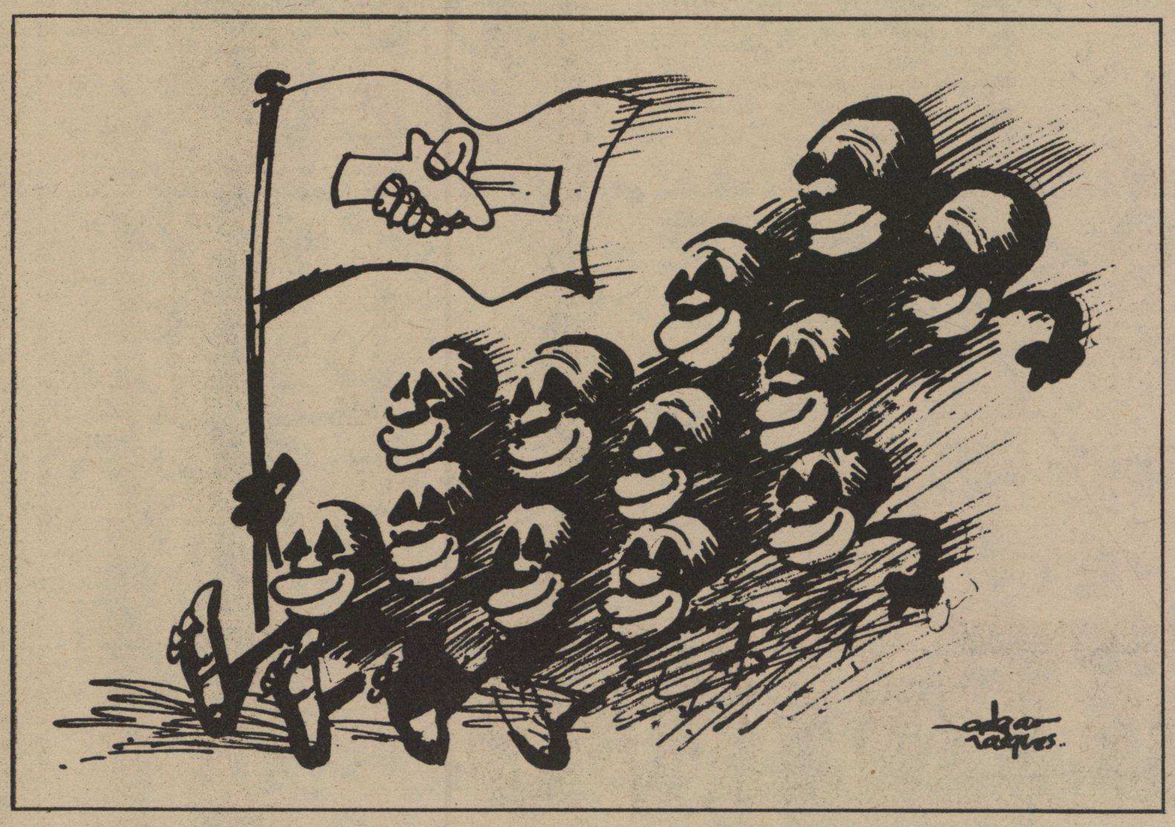
Observe bem.

Talvez, você apareça nela, também.

Grupo Gerdau

Metalúrgica Gerdau S.A.
Siderúrgica Riograndense S.A.
Comercial Gerdau Ltda.
Siderúrgica Açonorte S.A.
Cia. Siderúrgica da Guanabara - COSIGUA
Siderúrgica Guaíra S.A.
Cia. Siderúrgica de Alagoas - COMESA

República da Guiana: o país é uma cooperativa



Ao norte do Brasil floresce uma jovem nação, a Guiana. Com um passado histórico subordinado à colonização inglesa, é um país independente desde maio de 1966. Oitocentos mil habitantes vivem em sua pequena área territorial de 214.970 quilômetros quadrados, a maior parte coberta por densas florestas equatoriais, de clima quente e úmido. A população é formada de europeus, indígenas, chineses, africanos e hindus, a maior parte concentrada na capital Georgetown, de 300 mil habitantes. Sua economia é sustentada pela produção de matérias-primas: arroz, coco, cana-de-açúcar, além da extração de bauxita, ouro e diamantes.

É um país tropical, bastante parecido com seus vizinhos sul-americanos. O que diferencia a Guiana é a forma de governo que adotou: tem seu regime político baseado no sistema cooperativo. A incomum opção levou o país a adotar o nome de República Cooperativa da Guiana.

Clement R. Jarvis, conselheiro da embaixada da Guiana no Brasil, concedeu a seguinte entrevista para o jornal *Ponteiro*, da Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste, em Recife, onde fala sobre a experiência cooperativista da Guiana:

Como funciona o sistema cooperativo na Guiana?

O movimento cooperativo começou em 1944, quando um grupo de guianenses foi treinado na Jamaica. Até então, o movimento cooperativo, de maneira organizada, era totalmente inexistente Nesta data, o governo criou um departamento que ficou responsável pela organização das sociedades cooperativas, melhorar financeiramente o padrão de vida dos trabalhadores e também como maneira de torná-los mais independentes do governo e dos administradores públicos, proporcionando a melhoria das suas cidades e da produção agrícola

Como vive o sistema cooperativo da Guiana em face das multinacionais, as forças invisíveis?

Nós somos um país de governo socialista, portanto as multinacionais estão sendo gradualmente aconselhadas a desaparecer. Não tem sido grande problema porque existem muitas áreas onde as cooperativas podem atuar, fora da atuação das multinacionais, que são poucas. Mesmo os empregados das multinacionais têm organizado cooperativas entre eles. Isto não só acontece com as multinacionais, mas também com as grandes organizações comerciais e industriais.

Até que ponto a interferência oficial macula o sistema cooperativo?

Bem, você tem que dar alguma coisa em troca de outra. O fortalecimento das cooperativas tem sido estabelecido pela assistência, e isso eu não chamaria de interferência do governo, que está assegurando a sua independência para o futuro. Até que, fortalecidas, possam dizer ao governo: bem, muito obrigado pela sua assistência. Nós não precisamos mais dela.

E como é feita esta assistência a que o senhor se refere?

O governo fundou um Colégio Cooperativo, assegurando assim um grande número de pessoas treinadas em contabilidade, administração e pessoal técnico em geral para ajudar as cooperativas. Particularmente, o que estamos fazendo é a capacitação de recursos humanos.

No Brasil, um dos grandes problemas no meio cooperativista é a falta de conscientização do cooperativado. E na Guiana?

O problema de devoção ao movimento cooperativo por parte parte dos seus membros é um problema de educação. É questão de combater a ignorância. Isto combatido e vencido, o associado verá que o cooperativismo existe para ajudar o povo a ver seu próprio interesse. Por outro lado, vê que seu interesse depende da devoção ao cooperativismo. Com isto, metade do trabalho está feito. Na Guiana, tem sido um longo processo de educação e ainda não conseguimos vencer este problema.

O combate à ignorância é feito oficialmente nas escolas?

Existe na Guiana, há muitos anos, a União Cooperativa, que tem um quadro de extensionistas que fazem visitas ao povo falando sobre cooperativismo. Dão treinamentos educativos e de lealdade para com as suas cooperativas. Estes extensionistas são pagos através de fundos fornecidos pelas próprias cooperativas e por fundos governamentais. Este é o método que temos usado. E tem funcionado satisfatoriamente, embora ainda exista muito o que fazer

Como o regime político está organizado para atender ao sistema cooperativo?

Existe um Ministério de Cooperativismo. Este ministério é um dos mais importantes. O ministro tem como um de seus deveres a promoção e o fortalecimento do movimento cooperativo.

Existem colégios, escolas ou faculdades na Guiana para formação, a nível superior, de cooperativismo?

O treinamento cooperativo é compulsório em quase todas as instituições na Guiana. Desde a escola primária até a universidade. Até mesmo a polícia tem que fazer curso de cooperativismo. É um movimento nacional em que todos têm que entender os objetivos e como funcionam suas diferentes atividades.

Qual é o nível de relacionamento existente entre a Guiana e o Brasil?

Acredito que estamos no início de uma nova experiência.

Quem faz e quem lê o COOJORNAL tem um interesse em comum: a verdade.

Quem faz o COOJORNAL é uma equipe da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

Quem lê o COOJORNAL são pessoas críticas e exigentes. Que buscam no nosso jornalismo o meio melhor de acompanhar os fatos do nosso tempo.

Para essas pessoas é que nós fazemos o COOJORNAL. Com a responsabilidade de quem sabe que fazer jornal é fazer leitores.

Sempre tendo coisas importantes em comum com eles. Como a verdade.

Preenchendo o cupom ao lado, você preenche a sua necessidade mensal de informação selecionada e tratada como você merece.

cooJORNAL

CUPOM DE ASSINATURA

Nome: _____

Endereço: _____ Telefone: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Forma de pagamento:

Cheque em nome da COOJORNAL

Banco: _____ Valor: _____ Data: _____

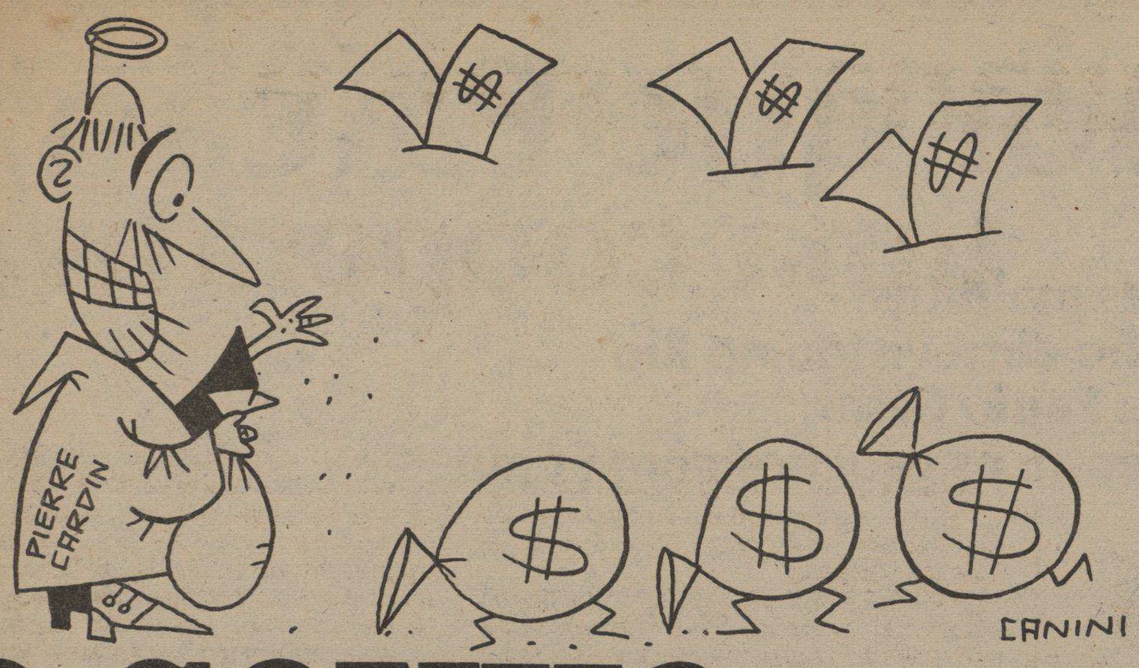
Ordem de pagto. nº: _____ Valor: _____ Data: _____

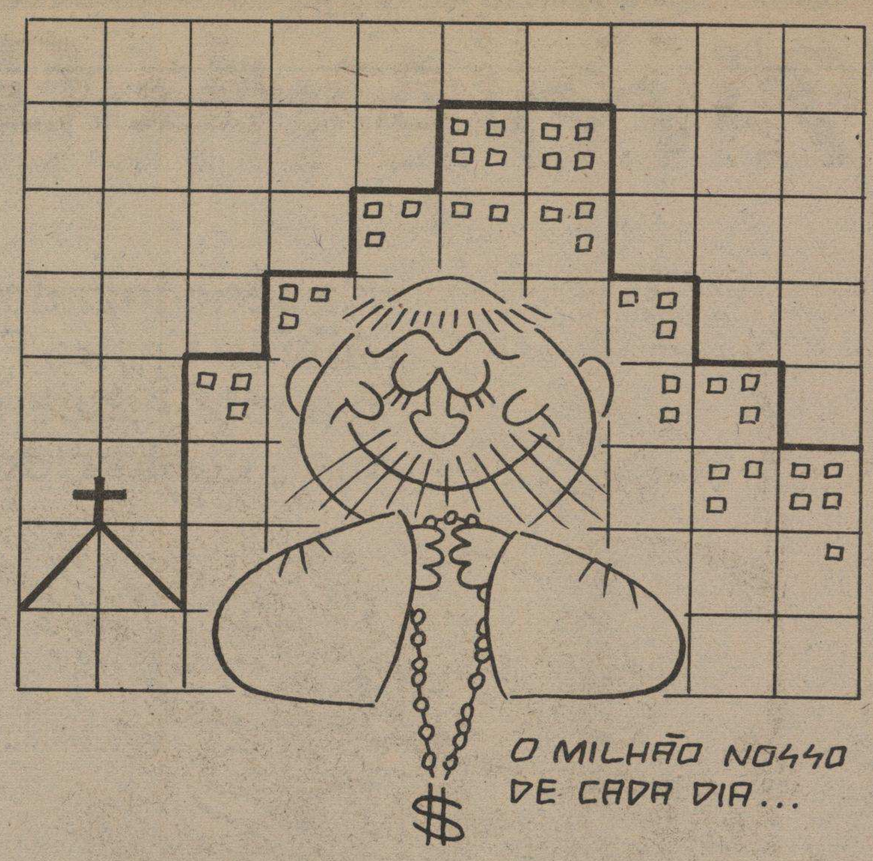
Banco: _____

Vale postal nº: _____ Valor: _____ Data: _____

ASSINATURA POR 12 EDIÇÕES: Cr$ 60,00

Rua Comendador Coruja, 372 Fones: Redação — 24.0951 — Administração e Comercial — 21.8984
Porto Alegre — RS - Brasil





O SONHO DOS CAPUCHINHOS

O sonho dos padres capuchinhos gaúchos era fazer uma rede nacional de televisão. A matriz continuaria em Porto Alegre, com a TV Difusora , e as outras duas principais emissoras seriam a TV Rio e a TV Alvorada, em Brasília, no centro do poder. Mas o insucesso da TV Rio (veja matéria nesta página) acabou cedo com este sonho.

Fugindo a todos os padrões da Ordem dos Franciscanos, vigentes desde 1896, data em que se instalaram no Brasil, os capuchinhos gaúchos conseguiram atrair severas discordâncias de seus irmãos europeus. As 50 paróquias existentes no sul de Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, mais seis rádios, dois jornais e uma estação de televisão são contundentes provas materiais de que os capuchinhos estão bem afastados do voto de pobreza que fizeram ao entrar para a ordem.

No início do século os frades já tinham um jornal em Caxias do Sul dirigido à colônia italiana. Foi o embrião da Gráfica São Miguel, onde hoje são impressos os dois jornais, *Correio Riograndense* e *Jornal de Caxias*.

Na década de 60 surgiu a oportunidade ("recebemos um assoprão", diz um dos freis) de adquirir a concessão de um canal de televisão. "Era um passo normal", comenta hoje frei Renato, responsável pelo departamento religioso da TV Difusora. Se bem que, conforme disse frei Cândido, ligado ao Seminário dos Capuchinhos, no início não havia uma preocupação em difundir as idéias religiosas através dos meios de comunicação.

Foi nesta época que frei Matielo, atual diretor técnico da televisão, viajou aos Estados Unidos para tirar um curso de Engenharia Eletrônica. De lá mesmo fez o projeto da emissora — quando terminou o curso, o prédio já estava concluído.

O suceso da TV Difusora é que alimentou o sonho da rede nacional. E justo o fracasso do primeiro passo matou o sonho de frei Matielo, pois os lucros gerados pela Difusora eram enviados ao Rio, para compensar os prejuízos da TV Rio. E até a transferência de ações a grupos ou particulares causava problemas. Como a venda para a Caderneta de Poupança Vitória-Minas, que em 74 foi fechada pelo Governo, o que deu novos prejuízos aos capuchinhos.

"Mas depois que nós entramos no negócio tínhamos que continuar", argumenta frei Renato. Assim, além de suportar os problemas econômicos, ainda tinham as pressões externas, da Ordem estabelecida na França e Itália, onde os capuchinhos ainda vivem como na Idade Média, de esmolas — e por isto não admitiam a *modernização* dos irmãos brasileiros.

A TV Difusora Porto-Alegrense continua bem, apesar de notória má pagadora (o salário mensal de um repórter é de Cr$ 1.200,00) mas o desligamento da TV Rio ainda não está bem explicado. Segundo um comunicado oficial do Governo, frei Antônio Guizzardi é um dos maiores acionistas da tevê carioca, com 241.980 ações. Entre os acionistas ainda há dois freis, Borghetti e José Pagno, cada um com 58.860 ações.

Mas uma nota oficial da Difusora diz que a emissora gaúcha nada tem a ver com a carioca. De qualquer forma, frei Borghetti, diretor administrativo, que está no Rio, entrou em contato com o advogado gaúcho Paulo Couto e Silva, para mais uma vez tentar contornar a situação.

Também no Rio, o advogado Carlos Alberto Fonseca de Andrade, representante de 80 funcionários da TV Rio, raciocina assim: frei Borghetti é, ao mesmo tempo, diretor administrativo da TV Difusora e principal acionista da TV Rio, por isto, os capuchinhos de Porto Alegre devem ser acionados na Justiça.

Esta parecer ser uma disputa que irá longe. De qualquer forma, nada indica que os capuchinhos estejam arrependidos das conquistas materiais e dispostos a seguir o medieval voto de pobreza.

Najar Tubino

TV Rio: um final melancólico

Vinte e dois anos e nove meses depois de sua inauguração, a TV Rio, Canal 13, do Rio de Janeiro, saiu do ar definitivamente. Foi numa segunda-feira, dia 11 de abril. A tevê estava condenada por uma dívida superior a Cr$ 60 milhões — reflexo natural de problemas administrativos não superados que acabaram decretando a morte lenta da emissora.

O último programa, apresentado naquela noite por Henrique Lauffer, foi um show musical ao vivo com o conjunto Os Meninos de Deus, "que só foi ao ar por falta de artistas mais qualificados", conforme confessou o desolado apresentador.

Desde o dia cinco, quando foi anunciada a cassação da concessão, o ambiente era de desolação e incertezas no 24º andar do inacabado Panorama Palace Hotel, em Ipanema. Ali, enquanto produtores e ex-produtores providenciavam apressadamente na retirada de móveis e cenários que eles próprios haviam adquirido para os programas que levavam ao ar, os funcionários perambulavam em silêncio pelos espaços vazios.

Só o superintendente Raymundo (Ramon) Back Van Buggenhout ainda acreditava numa reviravolta. Agora, ele tem o prazo legal de 120 dias para recorrer da cassação — embora o Governo considere a medida irreversível.

Ramon argumentará que o fechamento da TV Rio não afetará apenas os 147 funcionários do quadro estável, mas também outros 600 profissionais que, com seus dependentes, somam cerca de 2.500 pessoas (no período de 18 de fevereiro a dois de abril, quando a emissora esteve temporariamente fora do ar, nem 5% do pessoal que procurou trabalho em outros locais conseguiu emprego).

Há quatro meses sem tirar um centavo — desde janeiro de 75 eles receberam apenas vales irrisórios, não receberam dois 13º salários e não tiveram os vencimentos reajustados — aos funcionários só restou uma opção: recorrer à Justiça do Trabalho. Assim, só em salários e indenizações a dívida da TV Rio seria superior a Cr$ 10 milhões.

A ação de recisão de contrato (por falta de pagamento) e solidariedade (para provar a ligação entre as duas empresas) é contra a TV Rio e a Rádio e TV Difusora Porto-Alegrense. O advogado Carlos Alberto Fonseca de Andrade diz que pode provar, com documentos, que a TV Rio sempre foi tida sob controle acionário da Difusora. "Apesar de terem uma figuração jurídica própria, os diretores eram os mesmos das duas empresas. Era apenas uma diretoria, sendo a TV Rio uma subsidiária da Difusora".

Depois de ter vivido uma fase áurea na televisão carioca, na década de 60, a situação atual da TV Rio era caótica. Noventa por cento da programação era ao vivo porque a emissora não tinha video-teipe, filme, caminhão de externa nem peças de reposição dos transmissores, que eram simplesmente remendados de qualquer jeito. Com uma folha de pagamento de Cr$ 410 mil, a tevê precisava de uma receita de Cr$ 7 milhões por mês para se manter no ar — um malabarismo impossível de ser feito sem anunciantes.

Segundo o Ibope, a última emissão da TV Rio não superou o insignificante índice médio de 0,5%. Sem dúvida, um final melancólico para uma emissora que foi líder de audiência, por largo período, no horário nobre da televisão carioca.

Riomar Trindade

Continental. Som de uma orelha a outra.

Nos 1120, rádio à moda da casa.

"Zico é melhor que Falcão"

Na série jogadores malditos, Albino Castro Filho entrevistou no Rio o ponta-esquerda Paulo César, mais conhecido entre os gaúchos como Caju

Paulo César: não tem lugar pra Caçapava na Seleção

Acusado de covardia e traição durante as disputas da Copa do Mundo de 1974 na Alemanha, Paulo César, apelidado Caju por ter tingido os cabelos, teve que refugiar-se na França depois da derrota brasileira. Jogando no Olympique de Marselha freqüentava as páginas esportivas com a mesma assiduidade com que aparecia nas colunas sociais fotografado ao lado de Marisa Berenson e Alain Delon. Não era um procedimento novo. Antes do exílio, ainda no Brasil, Paulo César costumava dividir a imprensa esportiva brasileira ao ostentar o carrão do ano, roupas último tipo, óculos sofisticados e a fala macia, carregada nos esses, própria da *jeunesse dore* da zona sul carioca. A muitos, um negro com esse comportamento agredia.

Pois Paulo César Caju voltou ao Brasil no ano passado, contratado pelo Fluminense do empresário Francisco Horta, onde novamente provocou polêmicas. No clube, muitos torcedores ameaçaram rasgar a carteira de associados enquanto a crônica esportiva dividia-se em alas. Seus opositores vêem em suas calças justas e nos tamancos *à Carmem Miranda* motivos para deboche.

Seus defensores lembram a infância de menino pobre e negro, criado em Botafogo sob o preconceito racial, cuja ascensão econômica desagradou os brancos dirigentes do futebol brasileiro. Campeão carioca em 1976, Paulo César não foi convocado para a seleção dirigida por Osvaldo Brandão, que o chamava de covarde. Com a queda de Brandão — a quem Paulo César acusou de incompetência — o jogador voltou ao selecionado agora dirigido pelo treinador do Flamengo, Cláudio Coutinho.

Assim, novamente na crista dos acontecimentos esportivos do país e sendo considerado como um jogador agora preocupado com os destinos de sua classe profissional, Paulo César sente-se à vontade para falar de futebol.

— Olha, acho que o melhor futebol do Brasil é disputado no Rio. Não quero saber se o Internacional é bicampeão brasileiro ou se o Cruzeiro ganhou a Taça Libertadores. O negócio é que aqui, no Rio, estão os melhores jogadores brasileiros. São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife estão bem atrás. Futebol é no Rio. Já foi em São Paulo, mas isso passou.

E o futebol do Internacional, Paulo César?

— O Internacional é conjunto. Só conjunto. Por isso quase todos os jogadores do bicampeão brasileiro não conseguem ser titulares absolutos na Seleção Brasileira. O Fluminense do doutor Horta é diferente: dá espetáculo. A individualidade é cultivada. O futebol assim é um esporte realmente bonito e não uma coisa mecânica. Na hora de se organizar a Seleção o técnico faz o seguinte: onde tem bons jogadores. No Rio, Belo Horizonte e Porto Alegre. Nos outros lugares a coisa tá ruça.

Paulo César muda o rumo da conversa. Quer falar dos colegas:

— Fiquei chateado quando li uma entrevista do Vladimir, do Corintians, criticando Marinho e Marco Antônio. Será que ele se acha melhor do que os dois? Só rindo, né? Marinho e Marco Antônio foram elegantes e nem responderam. Givanildo também reclamou. Mas reclamou de quê? Será que ele acha mesmo que está no mesmo nível do Carlos Alberto Pintinho e do Toninho Cerezzo?

Falando na meia-cancha da Seleção Brasileira, que tal o Falcão?

— Falcão chegou até a dizer que não jogaria no lugar do Zico, porque não tinha sido titular desde o começo na Seleção. Mas uma coisa é óbvia: Zico é bem melhor do que Falcão. Será que alguém duvida disso? Falcão tem que jogar atrás, disputando a mesma posição com Pintinho e Cerezzo.

Então quais são os jogadores selecionáveis de Porto Alegre?

— Acredito que são quatro. Manga por ser um goleirão. Falcão para disputar a posição com Pintinho e Cerezzo, pois os três se equivalem. Valdomiro, porque o Brasil não tem ponta-direita a não ser ele e o Gil, e Lula, que apesar de não ter sorte na seleção e ser veterano, é bom jogador.

Caçapava fica de fora da seleção?

— Fica sim. Ele joga direitinho, à base da velocidade, mas não acho que encontre lugar entre os 22. Na posição dele o técnico está bem servido. Os outros dois da frente, Rivelino e Carpeggiani, são também melhores que ele.

Considerado hoje no Rio como um jogador preocupado com a consciência e a união da classe, Paulo César não assume uma contradição com esse julgamento dos seus colegas?

— Pra mim é apenas uma questão de honestidade. Quando fui convocado pela primeira vez em 1968 fiquei na reserva do Edu, que tinha a minha idade. Não reclamei como agora fizeram Vladimir, Falcão, Givanildo. E em 1970 no México, quando Zagalo improvisou Rivelino na ponta-esquerda e eu fui barrado, também fiquei quieto. Minha resposta foi em campo, no jogo contra a Inglaterra quando joguei uma das melhores partidas de toda minha carreira.

Paulo César teve vários momentos tristes em sua carreira.

— Primeiro foi o próprio Botafogo, o meu time de coração. O clube registrou a minha compra através de um golpe sujo de um cartola. Eles estavam acostumados com a ingenuidade do Garrincha. Mas depois eu dei a volta neles.

Mas houve outros momentos de tristeza maior.

— Num jogo no Morumbi, entre Brasil e Chile, a torcida me vaiou do começo ao fim porque eu estava jogando no lugar do Edu, do Santos. Certa vez, quase apanhei da torcida quando jogava no Flamengo. E no mundial de 1974 me acusaram de ser um "traidor da pátria" quando o Brasil perdeu.

E que sonhos Paulo César reserva para o futuro, depois de uma carreira tão tumultuada?

— Sonho agora em classificar o Brasil para a copa de 1978. Depois tenho outros planos. Quero voltar para a Europa. Tenho convite do Saint-Germain de Paris e do Grasshopper de Zurich. Prefiro o Saint-Germain. Acho que as coisas na Europa estão melhores.

Albino Castro Filho

Continental. Som de uma orelha a outra.

Nos 1120 ,rár'io à moda da casa.